

LORENA DE FÁTIMA PRIM

AGRICULTURA DE GRUPO E PROJETO CAMPONÊS: AVANÇOS E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA — O MOVIMENTO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NO OESTE CATARINENSE.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Sociologia Política** no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a Orientação da Prof^ª. Dr.^a Maria Ignez S. Paulilo .

FLORIANÓPOLIS

1996

**AGRICULTURA DE GRUPO E PROJETO CAMPONÊS:
AVANÇOS E LIMITES NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA —
O MOVIMENTO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NO OESTE
CATARINENSE.**

LORENA DE FÁTIMA PRIM

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

Aprovada por:

Prof^ª. Dr.^a Maria Ignez S. Paulilo - Orientadora

Prof^ª. Dr.^a Leonilde Sérvolo de Medeiros - Membro da Banca

Prof^ª. Dr.^a Maria José Reis - Membro da Banca

Prof^ª. Dr.^a Ilse Scherer-Warren - Membro Suplente da Banca

Florianópolis, SC
junho de 1996

FICHA CATALOGRÁFICA

PRIM, Lorena de Fátima.

Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania — o Movimento de Cooperação Agrícola no Oeste Catarinense. Florianópolis, UFSC, PPGSP, 1996.

xiii, 155 f.

Tese: Mestrado em Sociologia Política

1. Agricultura de grupo. 2. Movimentos Sociais Rurais. 3. Campesinato. 4. Santa Catarina.

I. Universidade Federal de Santa Catarina - PPGSP

II. Título

DEDICATÓRIA

À minha família: pai (Longino), mãe (Benta), aos meus irmãos e cunhados respectivamente (Lourdes e Nóbrega, Lauro e Kátia, Márcia e Saulo) e ao Sobrinho (Igor, nossa alegria conjunta), pelo apoio e estímulo aos meus estudos.

Aos dois grandes amigos, aos quais não tenho palavras para expressar a sua importância na minha vida: Ana Paula e Reinaldo.

Aos agricultores, participantes do Movimento de Cooperação Agrícola, pela sua coragem e exemplo na luta em busca da cidadania.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

- À Maria Ignez, sua competência profissional, seu conhecimento e envolvimento com a temática estudada foi fundamental para a realização desse trabalho e para minha formação profissional.

- À Albertina, pelo apoio dado em todos os momentos necessários.

- Ao Ivanor, Sandra e Eduardo (que só conheço por fotografia) pelas informações, pela hospitalidade, enfim, pela amizade.

- Aos agricultores, Moacir e Desilde, Orides e Gema, Olga e Dalvino pela hospedagem em sua casa durante o trabalho de coleta de dados. Pelo vinho, queijo, polenta, frango e radite, pelo chimarrão e pelas conversas que tivemos, onde percebi que a cooperação é necessária para que possamos lutar contra a exclusão na qual estamos sendo lançados. O caminho da cidadania é um caminho sem volta.

- Ao Rogério, pela ajuda no inglês, pelo melhoramento da escrita desse trabalho, pela assessoria na informática e, é claro, pela estimada amizade que temos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que estiveram, durante a realização desse trabalho, das mais variadas formas, em meu caminho:

- Aos agricultores pesquisados, que, de várias maneiras, me possibilitaram o acesso à sua condição, o que me permitiu a realização desse trabalho.
- À APACO, pela oportunidade de realização do estágio de Psicologia Organizacional.
- À família, Longino e Benta, às irmãs Lourdes e Márcia, ao irmão Lauro. Aos cunhados, especialmente ao Nóbrega, pelo apoio.
- À Dona Almyr, pelo incentivo, orações e, sobretudo, pelo exemplo de alegria, de coragem e de vida.
- À turma de alunos do mestrado em Sociologia Política (Ana Paula, Ariane, Edilaine, Dulce, Zilma, Claudino, Jaime, Ronaldo, Daniel e Alejandro) pelas trocas estabelecidas, demonstrando sempre o quanto podemos aprender.
- A todos os professores do Programa, especialmente aqueles que foram os meus professores (Tamara Benakouche, Júlia Guivant, Maria Ignez Paulilo, Paulo Freire Vieira, Paulo Krischke, Ilse Scherer-Warren e Eduardo Viola) e também ao professores Ary Minella e Luzinete Simões, por quem tenho grande admiração.
- Ao Departamento de Psicologia, em especial: Mareli, Maria Zita, Nadir, Rosa, Andréia, Nícia, Mauro, Bauss, pelo estímulo e confiança que depositaram em meu trabalho.
- Aos amigos: Ana Paula e Rogério, Bárbara e Reinaldo, Dulce e Ari, Laura, Ariane e Armando, Cleucí e Ângelo, Marisa Coutinho, Janine, Edilaine, Lucienne, Liliane e Wilson, Silvana e Vânio, Silvana, Siomara, Sandra e Antônio, Sônia, Mônica, Verinha, Tânia, Andréa e Ricardo. Cada um com sua especificidade é parte importante dessa trajetória.
- Ao Ricardo, sem o qual esse trabalho não teria se iniciado, por tudo o que me ensinou sobre a agricultura do Oeste Catarinense, local onde vivemos parte da nossa história. Sua mediação foi fundamental para o início desse estudo e para tantas outras coisas.
- À Daniela Castro, pelas orientações necessárias para a criação das condições psicológicas para a elaboração dessa dissertação.
- À Fátima, sempre prestativa e disposta a ajudar.
- À CAPES, pela bolsa de estudos concedida.

RESUMO

O fenômeno agricultura de grupo por nós estudado é caracterizado por experiências de coletivização na área da produção, da comercialização e da armazenagem, entre pequenos agricultores do município de Caxambu do Sul na Região Oeste Catarinense. A proposta da agricultura de grupo nasce da confluência de forças de entidades progressistas (CEBs, Sindicatos e PT) da Região que, preocupadas com o futuro da pequena propriedade, ameaçado pela modernização conservadora da agricultura brasileira, buscam um projeto alternativo de desenvolvimento que a viabilize. Essas entidades progressistas surgem juntamente com a democratização da sociedade brasileira e questionam o modelo de desenvolvimento agrícola, concentrador e excludente, adotado no país.

O objetivo deste trabalho é analisar as relações de convergência e divergência existentes entre a agricultura de grupo e o projeto camponês. Buscamos entender os motivos que levam os grupos de cooperação agrícola (GCAs) ao “sucesso” ou ao “fracasso”, analisando as dificuldades que surgem no cotidiano grupal. Concluímos que os agricultores fazem grande esforço para se modernizarem, pois entendem a tecnificação como aliada na luta contra a precariedade de sua situação econômica e na melhoria das condições de vida. Por isso, muitas vezes, aderem à proposta da agricultura de grupo, mais como uma estratégia para atingir novo patamar produtivo e menos como uma possibilidade radical de mudança pessoal e social. Entre os dois extremos, há posturas intermediárias que emprestam significados diferentes a essa experiência. A moral cristã e o sobreinvestimento ideológico gerados pela ideologia dos mediadores lançam os GCAs numa série de dificuldades, que só conseguem ser superadas com a construção de mecanismos que sirvam para lidar com as diferenças e as contradições existentes na diversidade constitutiva da agricultura de grupo. É necessário o resgate das forças que influenciaram na ação do Movimento e dos valores mais presentes na concepção de mundo dos agricultores, para que se empreenda a dinâmica atual do Movimento de Cooperação Agrícola. Os agricultores não aceitam as imposições dos mediadores e desejam mudanças desde que elas partam das condições por eles colocadas.

ABSTRACT

The group agriculture phenomenon, which is the subject of this study, is characterized by collective experiences in the area of production, commercialization and storage, among small farmers in the municipality of Caxambu do Sul in the Western Region of Santa Catarina state.

The proposal of group agriculture came about through the converging forces of progressive organizations (CEBs, Unions and the Labor Party) from the Region that, concerned with the future of small property and threatened by the conservative modernization of Brazilian agriculture, look for an alternative development project that might protect it. These progressive entities have arisen, along with the democratization of Brazilian society and they question the existing model of agricultural development, one that is concentrated in a few hands and excludes the greater part of the population.

The objective of this study is to analyze the convergence-divergence relations, existing between group agriculture and the peasant project. We have sought to understand the causes for “success” or “failure” in the groups of agricultural cooperation (GCAs) analyzing the difficulties that arise in the daily life of the group. We conclude that the farmers have made a great effort to modernize, for they see technology as an ally in the struggle against the precarious economic situation and also in bettering living conditions. For this reason, they often join group agriculture programs, more as a strategy to reach a new level of production than as a radical possibility for personal and social change. Between these two extremes, there are intermediate positions that give different meanings to this experience. Christian moralism and ideological overinvestment, generated by the ideology of the mediators have gotten the GCAs into a series of difficulties, that can be overcome by building mechanisms for coping with the differences and contradictions existing within the diversity that constitutes group agriculture. It is necessary to rebuild the forces that have influenced the action of the movement and to reaffirm the values that are most meaningful at present within the world view of the farmers, in order to establish a working dynamics in the Movement of Agricultural Cooperation. The farmers no longer accept the impositions of the mediators and desire changes, as long as they stem from the conditions with which they can identify.

ÍNDICE

FICHA CATALOGRÁFICA	iii
DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS ESPECIAIS	v
AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT	viii
ÍNDICE.....	ix
SIGNIFICADO DAS SIGLAS QUE APARECEM NO TEXTO	xii
1. INTRODUÇÃO	15
PARTE I: DO SURGIMENTO DA AGRICULTURA DE GRUPO AO MOVIMENTO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA	23
CAPÍTULO 1 - A REGIÃO OESTE CATARINENSE.....	24
1.1 - LOCALIZAÇÃO	24
1.2 - POPULAÇÃO	26
1.3 - COLONIZAÇÃO	27
1.4 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA	32
1.5 - A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL REGIONAL.....	35
1.6 - A PRODUÇÃO E O USO DE TECNOLOGIAS AGRÍCOLAS NA REGIÃO OESTE.....	41
CAPÍTULO 2 - O FENÔMENO AGRICULTURA DE GRUPO E SEUS MEDIADORES.....	53
2.1 - A ATUAÇÃO DA EPAGRI - VERTENTE PIONEIRA NA FORMAÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO DO OESTE CATARINENSE.....	56
2.2 - A MEDIAÇÃO DA IGREJA NA CONSTITUIÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO NO OESTE CATARINENSE - A VERTENTE PROGRESSISTA.....	62
2.3 - A ATUAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO E A “AGRICULTURA DE GRUPO” NO OESTE CATARINENSE	70
CAPÍTULO 3 - O SURGIMENTO DO MOVIMENTO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NO OESTE CATARINENSE	86
3.1 - O 1º ERAA OESTE - ENCONTRO REGIONAL DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DA REGIÃO OESTE.....	86
3.2 - O 1º SEMINÁRIO OESTE CATARINENSE DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA.....	90
3.3 - O NASCIMENTO DE UM MOVIMENTO SOCIAL.....	92
3.4 - A APACO - ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE	97
PARTE II - O PROJETO CAMPONÊS E O MOVIMENTO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA	108

CAPÍTULO 4 - O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	111
4.1 - LOCALIZAÇÃO	111
4.2 - POPULAÇÃO E COLONIZAÇÃO	113
4.3 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA, UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E PRODUÇÃO AGRÍCOLA	115
CAPÍTULO 5 - QUEM É O AGRICULTOR ESTUDADO NESTA PESQUISA?	121
5.1 - OS AGRICULTORES BUSCAM A MODERNIZAÇÃO	126
5.3 - A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA COMO FORMA DE LIDAR COM O RISCO	138
5.4 - O CRÉDITO SUBSIDIADO NÃO EXISTE MAIS	140
CAPÍTULO 6 - O DESEJO DE PERMANECER NO CAMPO E O FUTURO DA PEQUENA PROPRIEDADE	144
CAPÍTULO 7 - POR QUE O AGRICULTOR ENTRA NO GRUPO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA?	150
CAPÍTULO 8 - COMO FUNCIONA O GRUPO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA? ..	160
8.1 - A EFICÁCIA E OS IMPASSES DA MORAL CRISTÃ NA CONSTRUÇÃO DOS GRUPOS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA	160
8.2 - O SOBREINVESTIMENTO IDEOLÓGICO: O GRUPO COMO ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA	164
8.3 - OS ENTRAVES DA APROPRIAÇÃO DA LÓGICA EMPRESARIAL PELA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO	172
8.4 - O QUE O GRUPO PRECISA PARA DAR CERTO?	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189
ANEXOS	204

ÍNDICE DE GRÁFICOS, MAPAS E TABELAS

MAPA I - MAPA DA REGIÃO OESTE.....	10
TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO AS REGIÕES, ESTADO E PAÍS, 1960, 1970, 1980 e 1990.....	11
TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA NO OESTE CATARINENSE - 1960 e 1985.....	17
GRÁFICO I - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ACORDO COM OS ESTRATOS DE ÁREA NO OESTE CATARINENSE EM 1985.....	17
GRÁFICO II - EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DA TERRA NO OESTE CATARINENSE SEGUNDO O TIPO DE USO NOS ANOS DE 1960 - 1985.....	18
TABELA 3 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO OESTE CATARINENSE E SANTA CATARINA, SEGUNDO SUBSETORES DE ATIVIDADE, 1970 e 1988.....	24
MAPA II - MAPA DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.....	75
TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM CAXAMBU DO SUL.....	76
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES QUANTO À ÁREA EM CAXAMBU DO SUL.....	78
TABELA 6 - FORMA DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.....	79
TABELA 7 - PRODUTOS AGROPECUÁRIOS MAIS REPRESENTATIVOS EM CAXAMBU DO SUL EM 1987 (IMPORTÂNCIA RELATIVA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA).....	81
TABELA 8 - RELAÇÃO DOS GRUPOS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA EM CAXAMBU DO SUL.....	84
TABELA 9 - RELAÇÃO ENTRE PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR, CUSTO DE PRODUÇÃO E PREÇO PAGO PELO CONSUMIDOR.....	89

SIGNIFICADO DAS SIGLAS QUE APARECEM NO TEXTO

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina.

ACCS - Associação Catarinense de Criadores de Suínos.

ADEMA - Associação de Defesa do Meio Ambiente.

AEASC - Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina.

APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense.

ARENA - Aliança Renovadora Nacional.

ATASC - Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina.

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base.

CEMA - Central Municipal de Apoio.

CEPAGRO - Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo.

CETS - Centro de Estudos Políticos e Sociais.

CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.

CIMI - Comissão Indigenista Missionária.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

COOPERCENTRAL - Cooperativa Central do Oeste Catarinense.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais.

CPPP - Centro de Pesquisa para Pequena Produção.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

DCE - Diretório Central dos Estudantes.

DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais.

DRC - Departamento Rural da CUT.

EBAA - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural.

EMPASC - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A.

ERAA - Encontro Regional de Agricultura Alternativa.

FAO - Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil.

FETAESC - Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Santa Catarina.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

FUNDESTE - Fundação Educacional do Oeste.

GCAs - Grupos de Cooperação Agrícola.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

MCR - Movimento de Cooperação Agrícola.

NMS - Novos Movimentos Sociais.

MST - Movimento dos Sem-Terra.

NSR - Novo Sindicalismo Rural.

OMA - Organização das Mulheres Agricultoras.

PEA - População Economicamente Ativa.

PIDSE - Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

PJ - Pastoral da Juventude.

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.

PO - Pastoral Operária.

PSD - Partido Social Democrata.

PS - Pastoral da Saúde.

PT - Partido dos Trabalhadores.

SAI - Sistema de Assessoria e Informação.

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SINDASPI - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Informação e Pesquisa de Santa Catarina.

SRT - Sindicato dos trabalhadores Rurais.

TA-FASE - Tecnologias Alternativas - Federação e Órgãos para Assistência Social e Educacional.

UDR - União Democrática Ruralista.

VBP - Valor Bruto da Produção.

“... A agricultura, você vê, não tem valor nenhum, o porco que seria pra nós, o colono, é pro grande, porque quem está criando é o grande, o pequeno não adianta mais criar. É capaz deles (as agroindústrias) nem vir mais pegar os porcos. Qual é a alternativa que o colono tem? Vai colocar 100 cabeças de gado em cima de meia colônia de terra? Eu até vendi um pedaço pra colocar o aviário, estava devendo um pouco, daí vendi, paguei e comprei as coisas pro aviário, pra tentar, e o que tem de gente vendendo terra! Terra você encontra aí por... se tem 5 alqueires, vende 2 ou 3 e coloca um aviário e o outro vende e vai tentar outra coisa, a maior parte vai para a cidade de Chapecó.

P - E os seus filhos? Também estão indo embora?

R - Todo mundo quer ir para a cidade, é que a colônia não tem mais jeito, pronto! Hoje quem tem máquina, tem que vender, porque não consegue manter as máquinas. Não tem explicação. Se planta um saco de soja, outros anos um saco de soja se colhia 100 sacos de soja, hoje você tem que colocar adubo e botar uréia na soja, pra poder colher. A terra está fraca, um pouco é a peste, um pouco é a semente fraca.” (Agricultor, grupo do Grêmio Serraria).

1. INTRODUÇÃO

A relação com o meio rural permeia significativamente nossa história. Nossos avós paternos foram, juntamente com outros colonos, os fundadores da cidade onde nascemos. Nossos pais deram continuidade a essa história, permitindo que nosso cotidiano fosse mediado pelas vicissitudes do pequeno produtor rural.

Na universidade, fazendo a graduação em Psicologia, participamos do projeto de extensão “Universidade na Roça”, que objetivava o intercâmbio entre universidade e comunidade, atuando junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Curitiba e junto à Associação de Pequenos Agricultores daquele município. Outros vínculos pessoais nos aproximaram da questão rural, oportunizando a participação em debates sobre a situação da agricultura no país.

Em 1988 conhecemos o Oeste Catarinense, região que nos causou surpresa, por ser um dos maiores celeiros alimentares do país e conter um número significativo de meninos e meninas de rua pedindo ou furtando para comer. As desigualdades sociais marcantes, com favelas em pequenos e médios municípios, a presença de índios e de agricultores sem terra e a organização de vários movimentos sociais rurais chamaram-nos a atenção para os conflitos sociais ali existentes.

Resolvemos, durante a realização de um estágio de Psicologia Organizacional na APACO (Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense), estudar um desses movimentos sociais - O MCA (Movimento de Cooperação Agrícola). O contato com

a Associação, cujo objetivo é assessorar as experiências do MCA, trouxe-nos inúmeras questões, as quais deram origem a essa dissertação. Como as informações obtidas no período de estágio foram usadas nesse trabalho, consideramos esse período como a primeira fase da coleta de dados.

A opção por um mestrado em Sociologia Política derivou da busca de uma complementação dos estudos de graduação em Psicologia, já que os pontos de contato entre as duas áreas extrapolam suas definições formais. Na perspectiva da Psicologia (LANE, 1984), o ser humano não pode ser considerado separadamente do contexto social, sob pena de reducionismo. Por outro lado, a visão da Sociologia segundo TOURAINE (1976) é a de que as duas ordens da realidade - individual e social - devem ser analisadas conjuntamente por essa disciplina. Ambas são fundamentais para o estudo que nos propusemos realizar, já que cada uma dá sua contribuição para o entendimento do fenômeno.

A modernização da agricultura brasileira, implantada a partir da década de 70, atingiu de forma seletiva os produtores rurais. A crise da pequena produção está relacionada ao atual modelo de desenvolvimento adotado no país. Os pequenos produtores encontram-se cada vez mais impotentes frente à exclusão provocada pelas políticas agrícolas e agrárias de inspiração neoliberal¹, que agrava ainda mais os problemas rurais. A concentração de renda no campo tem sido intensa, conseguindo nele permanecer apenas aqueles agricultores que se modernizaram, aliando-se ao complexo agroindustrial.

Nesse contexto, no início da década de 80, no Oeste Catarinense, surgem, mediados por algumas entidades, os movimentos sociais rurais, sendo os mais importantes:

¹ *“Por neoliberalismo entende-se a orientação político-econômica que se caracteriza pela diminuição da intervenção do Estado enquanto regulador das diferenças sócio-econômicas dos setores produtivos da sociedade, ficando tal regulação ao sabor do mercado”.* (MOREIRA, 1995, P. 11)

o Movimento das Barragens, o MST (Movimento dos Sem Terra), o Novo Sindicalismo, a OMA (Organização das Mulheres Camponesas) e o MCA (Movimento de Cooperação Agrícola). Caracterizam-se por lutarem contra a exclusão do trabalhador rural de seu meio e a favor da reorientação das políticas agrícolas e agrárias, denotando avanços na construção de uma nova cultura política, que implica em redefinição da cidadania.

O MCA objetiva a construção de uma proposta de desenvolvimento alternativo, que viabilize a pequena produção familiar, colocando a cooperação agrícola como meio para atingir tal objetivo.

“É uma proposta, uma alternativa para os agricultores continuarem no campo, se existir com força pode salvar a vida de muitos agricultores. Não se tem claro a política do governo, não se sabe o que vai acontecer, não se tem assistência técnica. (...) É preciso se organizar em forma de grupos e com tecnologia.” (Agricultor, coordenador da APACO).

A questão central dessa dissertação é entender os vários aspectos da proposta de cooperação agrícola, qual a sua compatibilidade com os valores camponeses² e quais são as dificuldades e impasses que encontra. Para isso, procuramos responder as seguintes questões norteadoras:

Quais as propostas dos mediadores do Movimento de Cooperação Agrícola e que conflitos geram?

Qual o projeto do agricultor e como ele faz para viabilizá-lo?

Quais as dificuldades encontradas para a viabilização das experiências de coletivização?

Buscamos instrumentalização teórica em uma série de estudiosos do campesinato, das experiências de coletivização no campo e dos movimentos sociais rurais, sendo os principais: VELHO (1982), MARTINS (1981), D'INCAO (1990, 1991 e 1995), SCHERER-WARREN (1989a, 1989b, 1993), DURHAN (1984), ESTERCI (1984),

² Nesse texto os termos camponês, agricultor e pequeno produtor são utilizados como sinônimo.

PAULILO (1990a, 1993, 1994 e 1995), LHULLIER (1992), WANDERLEY (1985), SHANIN (1980), GRZYBOWSKI (1987 e 1994), KLEBA (1992) e CARVALHO (1989).

Através dos subsídios fornecidos por esses autores e dos conhecimentos empíricos que possuíamos sobre a realidade estudada, realizamos a segunda etapa da coleta de dados, com as seguintes hipóteses de trabalho:

- O agricultor entende o MCA como uma estratégia para a viabilização de seu projeto, que é o de permanecer sendo agricultor.

- A permanência do agricultor no MCA depende da quantidade de conflitos que necessitará superar. Caso a proposta dos mediadores provoque uma ruptura com a sua situação anterior, o agricultor desistirá.

- Os agricultores, enquanto cidadãos, lutam pela superação da precariedade e a favor da melhoria da sua condição de vida. A cooperação agrícola só se efetivará, quando considerar o ponto de vista do agricultor e, a partir dele, construir as alternativas necessárias.

Como já foi dito, a pesquisa de campo foi realizada em dois períodos. No primeiro realizamos entrevistas semi-estruturadas (anexo 1) com 9 coordenadores e 3 técnicos da APACO, observação assistemática das atividades da Associação e análise de documentos pertinentes (atas, projetos, relatórios e boletins), durante a realização do estágio de Psicologia Organizacional, em 1991, objetivando estudar a relação entre a cultura política dos coordenadores e da equipe técnica da Associação e a sua forma de organização. E, no segundo momento, em 1993, realizamos entrevistas semi-estruturadas (anexo 2) com 18 pequenos produtores integrantes do MCA e com 3 técnicos relacionados a esse Movimento, sendo que os primeiros residem no município de Caxambu do Sul. A escolha desse município, para a realização da pesquisa, ocorreu devido a três motivos: primeiro, pela presença do fenômeno a ser estudado, ou seja, grupos de cooperação agrícola; segundo, em virtude do conhecimento sobre a região adquirido por nós durante a realização do estágio, nos sabíamos que a realidade desse município era semelhante aos demais; e terceiro, porque os contatos pessoais que mantivemos com alguns agricultores de Caxambu do Sul garantiu-nos a possibilidade de estada durante o trabalho de campo.

A escolha dos agricultores para a realização das entrevistas foi intencional, sendo usado como critério a sua participação no MCA, a contemplação de todas as

tendência político-partidária existentes e, também, a inclusão dos que eram e dos que não eram líderes do MCA. O número das entrevistas foi delimitado pela repetição dos conteúdos das respostas dadas.

Na análise dos dados, procuramos superar a dicotomia subjetivista (idealista) e objetivista (positivista), levando em consideração tanto as representações dos agricultores, captadas a partir do seu discurso, bem como os condicionantes estruturais (estrutura fundiária, políticas agrícolas e agrárias, desenvolvimento econômico, etc) do sistema social na qual estão inseridos.

Dividimos o trabalho em duas partes que se relacionam, completando-se. Na primeira, discutimos o surgimento do MCA no Oeste Catarinense, analisando o papel dos seus mediadores, que são as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) da Igreja Progressista, os sindicatos e implicitamente o PT (Partido dos Trabalhadores). Apresentaremos as propostas desses mediadores, marcando os pontos de união e de conflito que eles produziram. Vimos que os pontos de união levarão à formação de uma grande força, responsável pelo surgimento de um Movimento Social, que é o próprio Movimento de Cooperação Agrícola, cujo objetivo é lidar especificamente com o pequeno produtor rural e buscar uma alternativa de desenvolvimento regional que possa fazer frente ao modelo agrícola excludente.

Para representar o MCA, criou-se a APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) que tem como objetivo dar orientações técnicas, econômicas e políticas aos GCAs (Grupos de Cooperação Agrícola) da região Oeste Catarinense.

Os pontos de conflitos situaram-se na formação de duas tendências, que entendiam de forma diferente como deveria ser a relação do MCA com os partidos políticos, qual seria o papel desse Movimento e como deveria ser organizado. Mostraremos no trabalho quais eram as propostas de cada uma dessas tendências e quais os desdobramentos que traziam para a organização do MCA e para o cotidiano dos GCAs.

A segunda parte do trabalho objetiva entender qual o projeto do agricultor e sua compatibilidade com a proposta do MCA, como ele subjetiva a realidade na qual vive e quais as estratégias que usa para lidar com ela. Para estudar o que chamamos de “projeto camponês”, enfocamos as estratégias relacionadas às atividades produtivas e ao futuro dos

filhos e da pequena propriedade. Constatamos existir relação estreita entre as estratégias, umas perpassando o caminho das outras, por isso trabalhamos com uma idéia de “projeto” que está baseada em SARTRE (1987). Segundo esse autor, não existe uma **natureza humana a priori**, existe uma **condição humana** criada pelo próprio homem através de seu pressuposto orgânico e social. O homem produz sua própria essência e, mediante as circunstâncias dadas, caminha em direção a um futuro. A identidade (projeto) vai se constituindo historicamente e dialeticamente, não podendo ser compreendida apenas como o produto do passado, pois o futuro também faz parte da realidade enquanto temporalidade.

Toda ação humana é entrelaçada no tecido social, emaranhada nos outros, que cruzam a história singular para torná-la definitivamente social. É no horizonte das relações com os outros, com as coisas, com a natureza, com o corpo, com o passado e com o futuro, que o homem se objetiva, constituindo-se numa identidade. O homem é um movimento que se faz superando-se a cada novo momento, sempre em direção aos possíveis, ao futuro. O ato humano é sempre transcendência.

O projeto expressa características da identidade que revelam o sentido da razão de ser do sujeito como singular em uma determinada sociedade.

“O projeto caracteriza a dialética do subjetivo e do objetivo. O homem é uma subjetividade objetivada, se faz em ação, em ato, pelas possibilidades e impossibilidades do futuro. É através da reflexão crítica que ele supera sua situação em direção aos possíveis, mas ele precisa sentir, vivenciar já, a possibilidade. Ele precisa, enfim, compreender. Esta dimensão do vivido o lança para a possibilidade de se objetivar de outra forma, de superar a objetividade anterior negada pela subjetividade, transformando sua situação.” (MAHEIRIE, 1992, p. 43).

Os possíveis existem como um campo estruturado, dependendo de toda a história e suas contradições. O projeto revela a situação atual do homem.

“No ato, no gesto, no trabalho o homem está inteiro em cada um deles: ele é seu ato, ele é seu gesto, ele é seu trabalho. Em cada perspectiva considerada, encontro aí o homem total se objetivando num determinado sujeito. Reduzi-lo a apenas uma perspectiva seria insuficiente e limitado, tão equivocado quanto recusar a totalização expressa em cada uma delas:” (MAHEIRIE, 1992, p. 47).

“A exigência totalizadora implica que o indivíduo se reencontre inteiro em TODAS as suas manifestações”. (SARTRE, 1984, p. 172, citado por MAHEIRIE, 1992, p. 47).

SARTRE (1987) também chamou o projeto de escolha ou de liberdade. Ele os caracterizou como constitutivos da condição humana. Por termos a possibilidade de nos fazermos diferente daquilo que fizeram de nós, porque não somos totalmente determinados pelo passado, por não sermos apenas uma soma de reflexos condicionados, escolhemos, vivenciamos e superamos. É isso que mostra o movimento humano. Esse movimento que se inicia exatamente no momento em que o homem transforma a natureza e assim também se transforma. Momento em que surge a predominância da cultura sobre a natureza:

“De forma geral, podemos dizer que a identidade é a dialética da liberdade se escolhendo sobre determinadas condições materiais. Identidade é projeto”. (MAHEIRIE, 1992, p 49).

Não existe homogeneidade entre os agricultores. A forma como eles se lançam para o futuro depende de uma série de condições e possibilidades, colocadas pela própria realidade na qual vivem e também pela forma como eles a entendem.

Os agricultores buscam a modernização, pois entendem-na fundamental para sua permanência no campo, embora a maioria dos agricultores não possua condições para realizar esse propósito. Mostraremos adiante por que esse fato ocorre e quais as dificuldades daí advindas. Parte dos agricultores não vê futuro para a agricultura, pretendendo a saída da atividade. Alguns almejam ir para a cidade, onde pensam conseguir trabalhar como autônomos, jamais como operários. Outros consideram que não valeria a pena ir para a cidade pois lá também enfrentariam dificuldades.

Ao analisarmos os motivos que levam os agricultores a entrar para os GCAs, novamente vimos não existir homogeneidade, embora há um denominador comum a todos os agricultores, que é o desejo de melhorar as atuais condições de vida. Concluimos que há pontos, especialmente controversos na implementação e funcionamento dos grupos.

O MCA é formado por lideranças, que no cotidiano das atividades são as responsáveis pelo repasse da ideologia da cooperação agrícola, baseada na racionalidade cristã, advinda da Igreja Progressista. Essa ideologia, ao mesmo tempo em que deseja conscientizar o agricultor da sua realidade, tornando-o um cidadão, desqualifica-o, pois,

entendendo sua atuação como missão, a Igreja impõe princípios morais que mascaram as diferenças e as contradições existente na própria realidade do MCA.

A relação do Movimento com os partidos políticos é um ponto nevrálgico, provocador de polêmicas, conflitos e impasses. Também a apropriação da proposta da cooperação, que contém elementos de uma lógica empresarial, pela unidade familiar de produção, é permeada por dificuldades. Procuramos apontar quais são essas dificuldades e quais são os mecanismos criados pelos agricultores na tentativa de superá-las. Desses mecanismos, buscamos quais os utilizados pelos GCAs que se viabilizaram.

Por fim, mostramos quais são as convergências e divergências entre a proposta da cooperação agrícola e o projeto camponês.

Esta dissertação não pretendeu esgotar a problemática estudada, tendo em vista as várias perspectivas de análise que suscita o fenômeno estudado.

PARTE I: DO SURGIMENTO DA AGRICULTURA DE
GRUPO AO MOVIMENTO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

CAPÍTULO 1 - A REGIÃO OESTE CATARINENSE³

1.1 - LOCALIZAÇÃO

Segundo o ICEPA (1990a), a região Oeste Catarinense compreende o Vale do Rio do Peixe, Meio e Extremo Oeste Catarinense, englobando as microrregiões homogêneas Colonial do Rio do Peixe e Colonial Oeste Catarinense conjuntamente — conforme mostra o mapa da Região Oeste na página seguinte.

O Oeste constitui-se em região homogênea devido às características bastante semelhantes de relevo, colonização e estruturação econômica, hoje fortemente alicerçada na produção agrícola e em pequenos estabelecimentos quase sempre integrados ou dependentes dos complexos agroindustriais que se estabeleceram na Região.

Embora seja uma área de menor densidade populacional, abriga 25% da população estadual, no plano econômico, particularmente no setor agrícola, a região se destaca. Do valor global da produção primária estadual, pelo menos a metade é gerada nesta região. Aos poucos foram se desenvolvendo nesta diversos pólos econômicos de influência sub-regional, como Chapecó, São Miguel do Oeste e Xanxerê na Colonial Oeste e Concórdia, Joaçaba, Videira e Caçador, na Colonial do Rio do Peixe.

³ Os dados desse capítulo, no que tange aos sub-títulos, Localização, População e Estrutura Fundiária são obtidos das seguintes referências bibliográficas: (ICEPA, 1990a e ICEPA, 1990b).

MAPA I - MAPA DA REGIÃO OESTE

1.2 - POPULAÇÃO

A Região Oeste Catarinense possui uma superfície territorial de 25.338 km², correspondendo a 26,4% do território catarinense. Abriga atualmente 109 municípios e uma população total aproximada de 1,1 milhão de habitantes. Desses, conforme mostra a tabela 1, 55% vivem no meio rural, embora o grau de urbanização de Região tenha se elevado a partir da década de 60. A predominância da população rural é um dado importante, pois diferencia a região do restante do estado e país onde esta proporção é de 29% e 25% respectivamente.

Em 1980, quase metade da população regional não era natural do município onde residia. Dos residentes no meio urbano a maior parte veio do meio rural, evidenciando-se um forte êxodo rural.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO AS REGIÕES, ESTADO E PAÍS, 1960, 1970, 1980 e 1990.

Regiões	População residente por situação de domicílio											
	Total (mil)				Urbana (%)				Rural (%)			
	1960	1970	1980	1990 (1)	1960	1970	1980	1990	1960	1970	1980	1990
Oeste												
Catarinense	464	731	918	1101	20%	24%	37%	45%	80%	76%	63%	55%
Santa												
Catarina	2129	2902	3628	4461	32%	43%	59%	71%	68%	57%	41%	29%
Brasil	70191	9313	119002	150368	45%	56%	68%	75%	55%	44%	32%	25%

Fonte: Dados básicos: IBGE. Censo Demográfico de Santa Catarina, 1960, 1970, 1980 (Dados Gerais); Censo Demográfico do Brasil, 1960, 1970, 1980 (Dados Gerais); Sinopse do Censo Demográfico de Santa Catarina, 1991; Sinopse do Censo Demográfico do Brasil, 1991; Instituto Cepa - Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1993.

(1) Projeção IBGE

Apesar da existência dos estabelecimentos familiares como característicos, a mão-de-obra assalariada vem ganhando importância. Nos estabelecimentos de mais de 200 hectares registra-se o predomínio desta sobre a familiar. Este fato ocorre devido à modernização da agricultura na região, pois a mecanização ampliou a sazonalidade da demanda de mão-de-obra. Cultivos como o de maçã, fumo, alho e feijão têm seus picos de

necessidade de mão-de-obra em algumas fases do ciclo produtivo, especialmente na colheita.

1.3 - COLONIZAÇÃO

Segundo o ICEPA (1990b), para melhor compreender o processo de colonização da Região Oeste Catarinense faz-se necessário tecer algumas considerações acerca da ocupação do Planalto Catarinense. Inicialmente, este era apenas um território de passagem do gado gaúcho, servindo de ligação das “vacarias” (zona de criação de gado sulinas) ao Sudeste e Centro-Oeste brasileiros. Em 1722, foi autorizada a abertura do “Caminho do Sul”, com o objetivo de facilitar o transporte de gado para o centro do país, que representava a ligação da campanha gaúcha com os campos gerais de Curitiba (vacarias-Lages-Mafra).

Na segunda metade de século XVIII, a fundação do povoado de Lages, por Correia Pinto, ocasionou um grande impulso no processo de ocupação regional. Ao mesmo tempo foram formadas as estâncias através da concessão de sesmarias, incentivadas pela abertura da estrada do Rio do Rastro em 1771. Essa ligou Lages à Laguna.

Ao longo do “Caminho do Sul” foram se fixando novas frentes pastoris. Disseminavam-se os povoados, fazendo surgir as pastagens de invernada e de criação, que se estendiam a Oeste, dando origem a Curitiba e mais tarde a Campos Novos. Correia Pinto transformou em fazendas a maior parte das terras serranas recebidas como sesmarias.

Assim, dois tipos de estabelecimentos foram se expandindo na região: as posses ou currais de diminutas áreas, em terras devolutas nas quais os posseiros iam se instalando e as sesmarias, que eram extensas áreas de terras doadas pelo Império para quem possuísse bens e influência na capitania de origem.

Nos campos naturais do Oeste e do Vale do Rio do Peixe, além da frente lageana rumo ao Oeste, instalava-se uma corrente povoadora, também dedicada ao pastoreio, proveniente dos campos de Guarapuava (Paraná) e a partir do Rio Grande do Sul desenvolveu-se, na metade do século XIX, uma terceira frente que era composta por fazendeiros e remanescentes da revolução Farroupilha (1835-45) e mais tarde da Revolução Federalista de 1893.

Até o início deste século, predominava na região a estrutura latifundiária, combinada com os sistema de posse dos caboclos, num processo de esparso povoamento. Fixava-se, assim, uma estrutura latifundiária em toda a região, fazendo predominar nas fazendas o “coronelismo”⁴. A estratificação social era clara nas fazendas. Numa única fazenda coexistiam fazendeiro, criado, empregado, camarada, capataz e agregado. A forma de ocupação inicial de todo o planalto catarinense deu origem à heterogeneidade social que se reflete no movimento político e social conhecido como “Contestado”⁵.

Para facilitar o escoamento dos produtos da zona colonial gaúcha, em 1893 foi autorizada a construção da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, cujo principal objetivo seria o transporte de produtos gaúchos, erva mate e madeira do Paraná e Santa Catarina. Sua construção coube à empresa norte-americana Bazil Railway Company, que recebeu como pagamento, em forma de concessão, 15 quilômetros em cada lado dos trilhos da estrada. A concessão foi realizada, sem levar em consideração qualquer posse anterior. A empresa trouxe para a região um contingente de mais de 10.000 trabalhadores, das mais

⁴ Segundo (HASS, 1993), o coronelismo é um sistema social onde o fazendeiro, senhor todo poderoso (geralmente coronel da Guarda Nacional), desempenhava o papel de juiz, chefe, legislador, concentrando todo o poder regional e exercendo grande influência na política administrativa das vilas próximas.

⁵ Revolta sertaneja iniciada em 1912, com desfecho apenas em 1916. Para maiores esclarecimentos, ver AURAS (1984) e THOMÉ (1984).

diversas etnias e camadas sociais para a construção da estrada e assumiu o compromisso de colonizar, posteriormente, as terras concedidas.

A construção da estrada significou o marco inicial do processo colonizador de toda a região Oeste Catarinense e veio a reconstituir um dos mais importantes fatores que desencadeou a “Guerra do Contestado”. A companhia respeitou as áreas ocupadas por fazendeiros com títulos de propriedades expedidas antes de 1889, ocupando as áreas que embora documentadas, não estivessem habitadas, ou seja, áreas devolutas e as áreas sob domínios dos posseiros, os quais foram sumariamente desalojados.

Antes da construção da estrada de ferro, o Vale do Rio do Peixe já apresentava um incipiente povoamento iniciado com a expansão das atividades pastoris, a partir dos Campos de Lages, com remanescentes da Revolução Farroupilha e Federalista. Implantaram-se as fazendas de criação de gado, num movimento oriundo dos campos de Guarapuava, formando uma frente pastoril para os campos de Palmas, Campo Erê, até Campos de Iraní, mas a colonização só intensificou-se a partir da construção da estrada de ferro São Paulo- Rio Grande do Sul.

Subsidiária da Brasil Railway Company, a Southern Lumber and Colonization Company, passou a promover a colonização das terras já demarcadas, projetando pequenas vilas junto às estações ferroviárias, demarcando lotes ao longo do caminho para posterior venda aos imigrantes, em geral descendentes de alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul. Esta tentativa de colonização não teve sucesso devido a falta de confiança dos imigrantes, uma vez que boa parte deles encontrou nas terras compradas antigos posseiros e ex-trabalhadores da estrada de ferro. Diante deste fracasso, o governo permitiu que as terras concedidas pudessem ser vendidas, em grandes glebas, a particulares. Estes formaram

empresas próprias que, por sua vez, voltaram a atenção às “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, onde a escassez de terras já era grande.

A partir de 1911, com os imigrantes gaúchos, foram fundadas as colônias de Rio das Antas e Eerval. No entanto, a primeira colonização da região, que seguindo o padrão de colonização⁶ que caracterizou todo o processo, foi realizada pela primeira empresa colonizadora, LUCE ROSA & CIA LTDA, em 51.025 hectares (2.041 colônias), nos atuais municípios de Concórdia, Itá e Seara.

Durante a Guerra do Contestado (1912-1916) ficaram praticamente paralisados todos os programas de colonização no Vale do Rio do Peixe e Oeste. Apenas em 1917 o governo estadual deu novos passos para colonização, criando o município de Cruzeiro⁷. Desse modo, os imigrantes descendentes de alemães e italianos, oriundos do Rio Grande do Sul foram instalados ao longo do rio do Peixe formando núcleos coloniais, repetindo a mesma situação das antigas colônias.

Mais para o oeste, o processo colonizador só começou a partir de 1920. Até então, a região era escassamente povoada, sendo habitada por caboclos e índios. Com a colonização estes foram se deslocando para locais mais distantes.

Muitas empresas colonizadoras atuaram nas áreas do extremo oeste, entre as principais temos a Firma BERTASO, MAIA & CIA fundada em 1918, cujo dono Ernesto Bertaso encaminhou ao Oeste Catarinense aproximadamente 8.000 famílias, num total de 40.000 pessoas. Na sua maioria ítalo-brasileiros, oriundos do Rio Grande do Sul, que

⁶ Segundo (ICEPA 1990b), o padrão global de colonização em geral era sempre o mesmo. As colonizadoras exploravam a madeira das terras, demarcavam os lotes ao longo das linhas (estradas vicinais), geralmente com área padrão de uma colônia, ou seja, pouco mais de 24 hectares e os vendia aos imigrantes, em geral famílias novas de descendentes de italianos e alemães. Nas áreas próprias as atividades agropastoris e extrativistas, as glebas variavam de 100 a 1.000 hectares.

colonizaram os municípios que hoje são Chapecó, Xanxarê, Xaxim e Coronel Freitas. A firma ainda vendeu parte de suas áreas para outras colonizadoras, que continuaram trazendo para a Região os colonos das antigas colônias do Rio Grande do Sul. Segundo CAMPOS (1987), as principais firmas foram a CHAPECÓ PEPERI LTDA, a MOSELE, a empresa THEODORE CAPELE.

Além das companhias citadas, outras menos importantes atuaram na colonização da região. Teve papel destacado a Colônia Militar de Chapecó que, além de proteger a frente pastoril contra as incursões indígenas, foi responsável por obras de infraestrutura e algumas experiências colonizadoras propriamente ditas.

Conforme mencionamos anteriormente, a grande maioria dos novos colonos catarinenses vieram das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Destes, os descendentes de italianos, predominaram no Vale do Rio do Peixe durante todo o processo colonizador e na região Colonial Oeste a partir de 1940. Vieram de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi, Cachoeira do Sul e arredores. Os colonos de descendência alemã, que no início do processo concentraram-se na região Colonial Oeste, vieram das regiões de Montenegro, Lageado, Santa Cruz do Sul e Estrela. Além destes, formaram-se alguns núcleos de descendentes de poloneses, que completaram a diversidade cultural do Oeste Catarinense.

A partir de 1920, o processo colonizador teve seu grande impulso, embora ainda não chegasse a caracterizar uma marcha para o Oeste, pois esse iniciou-se predominantemente no sentido Sul-Norte, com os primeiros núcleos instalando-se no Vale do Rio do Peixe e no Alto Uruguai para, a partir daí, deslocarem-se tanto para o Oeste quanto para o Norte.

⁷ Após desmembramento tornou-se Joaçaba e Chapecó.

O processo colonizador da região Oeste teve seu auge nos anos 50 e 60, na época foi o grande desaguadouro dos excedentes populacionais das colônias gaúchas. No Rio do Peixe a chegada de novos colonos intensificou-se a partir de 1920 e prolongou-se até 1960, quando foi praticamente fechada a fronteira agrícola. Mais para o Oeste, até 1940, os imigrantes instalavam-se nas margens do rio Uruguai. Com a abertura de novas estradas o fluxo foi se intensificando e na década de 50 atingiu o maior crescimento relativo. É na década de 60 que, em termos absolutos, ocorreu o maior fluxo migratório para o Oeste, esgotando-se em 70 a fronteira agrícola também no Extremo-Oeste do estado. Neste período o número acumulado de imigrantes somava 157.947, dos quais cerca de 15.000 já teriam deixado a região. Com o fechamento da fronteira agrícola a região passou, desde 1975, a gerar excedentes populacionais, para as novas fronteiras agrícolas do sudoeste do Paraná, Mato Grosso, Rondônia e demais estados do Centro-Oeste brasileiro.

1.4 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Segundo o ICEPA (1990b), o estudo preliminar dos solos da região Oeste Catarinense aponta que aproximadamente 70% da sua área é imprópria para culturas anuais, por situar-se em terrenos classificados entre fortemente ondulados a montanhosos e pedregosos.

Desde o início da colonização, os seus empreendimentos não eram formados unicamente por “colônias”⁸, pois incluíam a venda de unidades menores. Ao final do

⁸ “O termo *Kolonie* (*Colônia*) designa toda a região colonizada ou área colonial, ou seja, o conjunto dos lotes de uma área previamente estabelecida pelo governo, juntamente com um núcleo populacional mais denso (a vila), servindo como sede administrativa e local onde se realizam os serviços religiosos, comércio e vida recreativa. Com o mesmo termo - *colônia* - os imigrantes alemães e seus descendentes designaram a pequena propriedade agrícola de uma família”

processo de colonização, na década de 70, cerca de 90% das propriedades tinham menos que 50 hectares. Na micro região Colonial Oeste, nos anos 60, com o processo de ocupação ainda em curso, pelo menos 1/3 das propriedades não possuíam sequer 20 hectares de área total.

Entre 60 e 70, houve uma relativa desconcentração de área, fruto do processo de colonização e, após este período, verifica-se um lento e progressivo movimento de concentração da terra. A área média das propriedades decresceu na Região Oeste Catarinense, que em 1960 era de 31,5 hectares decaindo para 22,4 em 1985. Na microrregião Colonial Oeste Catarinense, em 1960 a média era de 26,1 decaindo em 1985 para 17,1 hectares.

Observa-se, na tabela 2, que uma característica importante da estrutura fundiária da região Oeste é o grande número de estabelecimentos com menos de 10 hectares. Em 1985, eles representavam 39,7% dos estabelecimentos e somavam tão somente 9% da área total, enquanto que, no outro extremo, 0,8% dos estabelecimentos agrícolas possuíam mais de 200 hectares e somavam 25% da área total. Os estabelecimentos agrícolas que possuíam mais de 500 hectares, somavam 18% da área total e representavam tão somente 0.3% do total de estabelecimentos.

(SEYFERTH, 1974, p. 54). A divisão das terras entre os colonos seguiu o modelo do Centro e sul da Europa, predominando lotes com área de aproximadamente 24 hectares (ICEPA, 1990b).

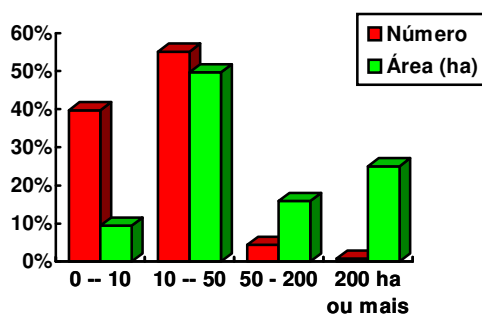
TABELA 2 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA NO OESTE CATARINENSE - 1960 e 1985.

Grupos de área	Oeste Catarinense							
	1960				1985			
	Número	%	Área	%	Número	%	Área	%
menos de 5 ha	6.874	13,8	22.273	1,4	17.715	17,5	50.663	2,2
De 5 a menos de 10 ha	6.725	13,6	49.684	3,2	22.483	22,2	161.693	7,2
De 10 a menos de 20 ha	13.743	27,6	190.691	12,1	32.793	32,4	451.360	20,0
De 20 a menos de 50 ha	17.692	35,6	527.724	33,6	22.992	22,7	671.604	29,7
De 50 a menos de 100 ha	3.514	7,1	236.443	15,1	3.519	3,5	233.560	10,3
De 100 a menos de 200 ha	755	1,5	100.063	6,4	960	0,9	129.096	5,6
De 200 a menos de 500 ha	263	0,5	78.190	5,0	510	0,5	155.768	6,9
de 500 ha mais	145	0,3	364.844	23,2	325	0,3	409.736	18,1
Total	49.738	100	1.569.912	100	101.297	100	2.263.480	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1985.

Com base nos dados da tabela, elaboramos o:

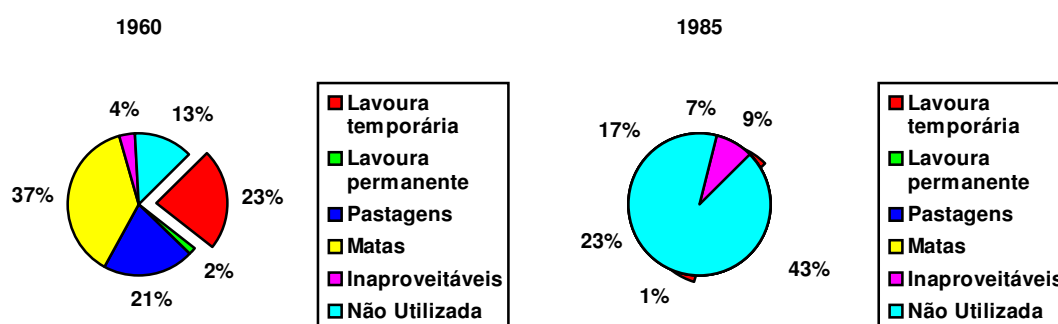
GRÁFICO I. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ACORDO COM OS ESTRATOS DE ÁREA NO OESTE CATARINENSE EM 1985.



Conforme ICEPA (1990), com relação à utilização das terras verifica-se que, entre 1960 e 1985, houve um aumento de quase 50% da área agrícola e que o percentual de áreas não exploradas (matas, terras ociosas e inaproveitáveis) caiu de 53% para 29% no mesmo

período. O reduzido nível de cobertura vegetal, assim como o baixo percentual de áreas não trabalhadas, indicam que as áreas possíveis de incorporação são atualmente muito restritas.

GRÁFICO II - EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DA TERRA NO OESTE CATARINENSE SEGUNDO O TIPO DE USO NOS ANOS DE 1960 - 1985.



Fonte: Instituto Icepta. Diagnóstico Geral do Setor Agrícola - Oeste Catarinense - Florianópolis, 1990.

O estudo dos solos do Oeste Catarinense constata que a fronteira agrícola para lavouras anuais está extrapolada e qualquer aumento de produção não poderá ser baseada em novas áreas, mas sim na produtividade dos solos.

1.5 - A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL REGIONAL⁹

Até final do século XIX, a economia da região baseava-se na pecuária extensiva e extração de erva-mate para exportação. No início deste século, o extrativismo da erva-mate firmou-se como a principal atividade econômica da região e aos pouco ganhou importância a extração da madeira.

⁹ Os dados desse sub-título são obtidos do ICEPA (1990b) e CAMPOS (1987).

A economia oestina começa a abrir novos espaços para economia colonial sulista ao aumentar o seu intercâmbio com os principais centros do país (São Paulo e Rio de Janeiro).

Com a aceleração do processo colonizador a partir de 1920, a extração da madeira firmou-se como a principal atividade econômica e, juntamente com a extração de erva-mate, representou a primeira fonte de acumulação de capital na região.

Com a chegada dos primeiros imigrantes gaúchos ao Vale do Rio do Peixe, os novos núcleos coloniais começaram a desenvolver atividades agropecuárias, em especial a produção de milho, de suínos e de trigo. Também enviavam ao Rio Grande do Sul os excedentes, como a banha, o porco vivo e a erva-mate. De lá adquiriam pequenas máquinas agrícolas e ferramentas. Mais para Oeste as dificuldades eram maiores, quase não existiam estradas, a mata densa e a topografia acidentada dificultava a limpeza dos terrenos. As famílias na maioria dos casos eram novas e recém-constituídas.

Os colonos descendentes de alemães, procedentes da região de Santa Cruz, trouxeram o cultivo do fumo à região. Este, juntamente com a erva-mate e a madeira, representaram a base econômica da região, permitindo o estabelecimento de casas de exportação. Aos poucos surgiram os primeiros “engenhos de serra”.¹⁰ As serrarias seguiram o movimento colonizador e pertenciam, em geral, às companhias colonizadoras, que tinham na extração da madeira uma segunda atividade econômica.

A crescente demanda paulista de suínos vivos e banha foi intensificando o comércio com a região Centro do país, a partir daí desenvolveram-se as casas comerciais de imigrantes, iniciando o processo de acumulação de capitais gerados na própria região.

¹⁰ Estes eram estabelecimentos agrícolas destinados a beneficiar madeira, erva-mate, trigo, etc.

Na década de 30, a produção de suínos firma-se como produto rentável. Na década de 40, o melhoramento das estradas e uma crise que atingiu as empresas fumageiras provocou o deslocamento da maioria dos fumicultores, geralmente de origem alemã, para a suinocultura, consolidando esta como a principal atividade econômica. Na esteira da produção de suínos, foram desenvolvidas atividades complementares como a cultura do milho, do feijão, do arroz e da mandioca. A criação de porcos ocorria em “mangueiras”¹¹. As raças eram “tipo banha” e os animais tinham como alimento básico o milho, a mandioca e a abóbora.

A remessa de suínos vivos e cereais para São Paulo começa a perder a lucratividade na década de 30; a atenção das casas comerciais passa então para os serviços de processamento de matéria-prima na própria região, fazendo surgir assim os primeiros moinhos de trigo e abatedouros de suínos.

No início da década de 40, a partir dos capitais comerciais acumulados a nível local, são fundados 3 frigoríficos de suínos, todos no Vale do Rio do Peixe, dando início a uma nova fase da economia regional: a fase da agroindustrialização¹². O principal produto industrial é a banha; complementarmente, a carne é aproveitada para a fabricação de linguiça ou vendida sob forma de carne salgada. Mostra-se altamente lucrativa a industrialização de suínos a partir da década de 40, induzindo a um processo de expansão horizontal que atinge a região do Vale do Rio do Peixe ao extremo Oeste Catarinense.

¹¹ Uma área delimitada por uma cerca na qual havia dentro um rancho rústico, onde se mantinha os porcos.

¹² Segundo CAMPOS (1987), quatro fases caracterizaram a agroindustrialização do oeste catarinense: 1^ª) Produção de subsistência e gestação do capital comercial, que compreende o início da colonização até o início dos anos trinta, 2^ª) crescimento do capital comercial e sua expansão no descênio de 35-45. 3^ª) Surgimento do grande capital agroindustrial e mercantilização da pequena produção, de 1945-65. 4^ª) Monopolização do capital agroindustrial e modernização seletiva da pequena produção mercantilizada, a partir de 1965.

Intensifica-se o processo de colonização no Extremo Oeste. A produção de milho segue ritmo semelhante. O mesmo acontece com o feijão, quer como alternativa para a pequena propriedade ou como complemento à cultura do milho sob forma consorciada.

No período de 40-60, a região assume a primeira posição estadual na produção de suínos e também na de milho e feijão, este último cultivado mais no extremo-oeste. Neste período, desenvolve-se o grande capital agroindustrial, trazendo mudanças para a pequena produção, que começa a passar por um processo contínuo de mercantilização.

No final da década de 50, a carne torna-se o produto nobre da suinocultura. A banha é paulatinamente substituída pelo óleo vegetal. As agroindústrias passam a preocupar-se com a assistência técnica, introduzindo junto aos criadores as raças “tipo carne”¹³ e fornecendo alguns componentes da ração, dando surgimento assim a indústria de rações e concentrados para animais.

Segundo CAMPOS (1987), com a criação destes frigoríficos formou-se a base industrial de suínos do Oeste Catarinense, que a partir de 1960 experimenta a sua grande expansão. O abate de suínos se quadruplica entre 1970 e 1984 e o abate de aves, inexpressivo no início do período, torna-se também responsável por cerca de 26% da produção nacional e por 95% da produção estadual em 1984. Desenvolve-se, assim, um importante complexo agroindustrial, que destaca-se no cenário nacional, e responde atualmente por 45% da transformação agroalimentar catarinense.

¹³ Esse suíno é de raça melhorada e sua carne é transformada em uma gama de subprodutos industrializados, os embutidos, que possuem maior lucratividade.

O complexo agroindustrial passa a desenvolver duas estratégias. Primeiro, ampliar e fortalecer o incipiente sistema de integração¹⁴ dos produtores junto às empresas, que incluía atividade de fomento, com assistência técnica, fornecimento de animais de alta linhagem, rações e concentrados e, ao mesmo tempo, assegurando a compra e o fluxo de produção. Enfim, estreitam seus vínculos com a produção, de modo a regularizar e a padronizar a oferta de matéria-prima. Uma segunda estratégia opera-se no interior das agroindústrias, na forma de diversificação de atividades e ampliação do número de produtos elaborados. Seus interesses estendem-se à avicultura, que já nasce sob base tecnológica moderna.

O surgimento da avicultura na década de 60 é o resultado do modelo de urbanização do país e da estratégia de diversificação industrial. Quase toda a produção é contratada com os produtores¹⁵ que, em Santa Catarina, eram cerca de 5.000, com capacidade de alojamento para 70 milhões de aves e que respondem por 90% da produção. Facilidade de mercado e incentivos fiscais permitiram o rápido crescimento da avicultura na região, que participa com 90% da produção estatal e esta 25% da nacional. As exportações catarinenses de aves em 1991, representavam 60% do total das exportações brasileiras.

A produção de perus desenvolveu-se a partir de 80, atingindo em 1988 uma produção de quase 8 milhões de cabeça. A produção é integrada como a de frango e

¹⁴ Segundo (PAULILO, 1990), entende-se por “sistema de integração” ou “produção integrada” a forma de produção onde a empresa agroindustrial fornece insumos, dá assistência técnica e compra a matéria prima que os produtores integrados fornecem exclusivamente para ela.

¹⁵ Os integrados da avicultura são pequenos produtores com cerca de um ou dois aviários, em geral com 12.000 frangos cada (ICEPA, 1990a).

realizada totalmente em apenas 3 municípios, que são Chapecó, Caxambú do Sul e Coronel Freitas, unicamente para uma empresa, a Sadia Avícola de Chapecó.

A partir da década de 60, inicia-se a chamada “modernização tecnológica” versão brasileira da “revolução verde”, que produz profundas mudanças na base técnica da pequena produção oestina. Significou o desenvolvimento e a introdução de material genético animal e vegetal com maior potencial produtivo (novas raças e novos cultivares), mecanização do processo produtivo e uso de insumos químicos (fertilizantes e pesticidas). O Estado brasileiro, através da pesquisa agrícola, assistência técnica e, principalmente, farto crédito rural fortemente subsidiado, teve papel decisivo como indutor deste processo.

Cresce o setor de rações e concentrados, que mais tarde se constituirá num dos mais importantes ramos da agroindústria regional. Ainda se consolida a produção de soja em Santa Catarina, que ganhou grande impulso no final da década de 70 e fez surgir a agroindústria de óleos vegetais, que inclui a produção de farelos, importante matéria-prima da indústria de rações.

A partir dos anos 50, com forte apoio governamental, surgem as cooperativas agrícolas que aos poucos também verticalizam suas atividades e passam a atuar nos mesmos moldes do capital agroindustrial privado. Segundo CAMPOS (1987), a COOPERCENTRAL (Cooperativa Central Oeste Catarinense) foi criada em 1969, tendo como principal filiada a COOPERALFA (Cooperativa Alfa), que já tinha sido fundada em 1967, por iniciativa de 37 agricultores. A COOPERALFA inicialmente se dedicava à comercialização de suínos e grãos, logo passou a diversificar as suas atividades, atuando no ramo da armazenagem, da comercialização de insumos e bens de consumo, formando uma rede de entrepostos comerciais que, somados a uma frota de 150 caminhões e 7 supermercados, se estende por oito municípios da região. Segundo CAMPOS, essa

cooperativa tinha aproximadamente 13.500 associados e estava implantando um frigorífico de leite em Quilombo e uma indústria de suco de uva e de laranja em Videira. A COOPERCENTRAL possuía, em 1986, um número de 1380 funcionários e abatia 16% do SIF (Serviço de Inspeção Federal) estadual de suínos.

A mudança na base técnica do processo produtivo significa uma profunda alteração na organização da pequena produção e na sua relação com o capital agroindustrial. Os agricultores que não conseguiram atingir os padrões produtivos médios foram marginalizados do processo, convertendo-se nos atuais bóias-frias e demais sem-terra, tão numerosos na região.

A década de setenta e oitenta são marcadas pela consolidação e maturação do complexo agroindustrial regional, que além de uma rápida expansão dos níveis de produção, inclui a completa verticalização das atividades e uma grande concentração de capital com a incorporação de várias empresas pelos oligopólios que ali se firmaram. Do lado da produção, estreita-se o relacionamento entre as agroindústrias e os produtores, onde a forma de integração evolue para a agricultura contratual, com cláusulas perfeitamente definidas das obrigações entre as partes.

1.6 - A PRODUÇÃO E O USO DE TECNOLOGIAS AGRÍCOLAS NA REGIÃO OESTE¹⁶

A Região Oeste Catarinense destaca-se na produção agropecuária cuja importância relativa aumentou durante os anos de 1970 e 1988. Apesar de ocupar apenas

26% do território estadual, sua participação no valor bruto da produção agropecuária passou de 47,6% em 1970 para 55,3% em 1980. Este crescimento deveu-se, sobretudo, à produção animal que passou de 53% para 61% da produção estadual, enquanto que na produção vegetal esta participação passou de 44 para 48%. Dos 19 produtos mais importantes em termos de valor da agropecuária Catarinense, 8 tem mais do que 50% do seu volume produzido nessa região.

Na região Oeste, conforme mostra a tabela a seguir, os produtos mais importantes no VBP são: aves, suínos, milho, soja, bovinos, leite, feijão e maçã.

¹⁶ Os dados desse sub-título são obtidos do (ICEPA ,1990a).

TABELA 3: VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA(1) NO OESTE CATARINENSE E SANTA CATARINA, SEGUNDO SUBSETORES DE ATIVIDADE- 1970 e 1988.

Produtos	Oeste Catarinense		Santa Catarina	
	1970	1988	1970	1988
Total	474015	197239	994899	356721
1. Vegetal	272569	74957	614781	156289
a) Lavoura temporária	259953	69353	582506	139885
- Alho	-xx-	340	-xx-	2437
- Arroz	6757	685	56727	8038
- Batatinha	2338	825	13086	3970
- Cana	2560	1039	19302	4141
- Cebola	37	304	1488	7101
- Feijão	29340	7059	54700	12730
- Fumo	6652	1974	86728	13587
- Mandioca	46437	1402	103432	10142
- Milho	122233	31005	189132	43971
- Soja	15206	12322	16232	15533
- Tomate	303	723	3844	2578
- Trigo	28090	11675	37835	15657
b) Lavoura permanente	12616	5604	32275	16404
- Banana	859	-xx-	16653	6864
- Maça	200	4500	817	8185
- Uva	11557	1104	14805	1355
2. Animal	201446	122282	380118	200432
- Bovino corte	15901	12206	64118	37671
- Leite	41310	11982	106886	27767
- Aves (2)	20353	62006	40008	83217
- Suínos	123882	36088	169106	51777

Fonte: ICEPA - Diagnóstico do Setor agrícola, 1990, p 61. Baseado na Fundação IBGE. Censo Agropecuário de 1970.

Instituto CEPA. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1988-1989.

(1) Principais produtos animais e lavouras. Não estão incluídos silvicultura e extração vegetal.

(2) Apenas frangos.

O setor secundário no Oeste contribui com apenas 13% do valor total da transformação industrial em Santa Catarina. Enquanto no estado 32% da PEA está ligada ao setor secundário e 31% ao setor primário, no Oeste Catarinense apenas 18% desenvolve

atividades na indústria e 55% na agropecuária. O setor terciário ocupa 27% da PEA regional enquanto que no estado este percentual é de 37%.

Num trabalho de tipificação dos estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares, OGLIARI et. al. (1989) verificou que quase a metade (45,87%) das propriedades são produtoras de suíno e milho.

A avicultura, apesar da sua importância econômica, em 1980 apareceu como a principal renda de apenas 2% dos agricultores. O número de avicultores não sofreu uma alteração significativa ao longo da década de 80, permanecendo em torno de 2 a 3% do total de estabelecimentos do Estado de Santa Catarina.

Na suinocultura o número de produtores integrados passou de 3.860 em 1980 para cerca de 30.000 em 1990. As cinco maiores agroindústrias que operam na região, através de onze frigoríficos, são responsáveis por quase 90% do abate no estado. Com o quarto maior rebanho, caracterizado por matizes de alta linhagem genética, Santa Catarina responde por 45% dos abates inspecionados no Brasil.

A utilização de defensivos agrícolas, de força mecânica e conservação do solo são prática de um percentual muito pequeno de agricultores, o emprego de calcário é também bastante restrito. Menos de 30% dos agricultores recebem algum tipo de assistência técnica ou fazem uso de técnicas modernas de produção. Esse uso está basicamente limitado às propriedades integradas às agroindústrias, principalmente aquelas produtoras de frangos e suínos, onde a Região Oeste Catarinense se iguala a alguns dos países de suinocultura e avicultura mais avançadas, como o Japão, a Alemanha, a França, os Estados Unidos e a Inglaterra.

A região Oeste é considerada a mais importante das cinco bacias leiteiras de Santa Catarina, possui 45% da produção estadual. O governo estimulou as usinas de

beneficiamento de leite e a partir de 85/86 ocorreu uma expansão. A bovinocultura, que é realizada na maioria das vezes como atividade complementar nas pequenas propriedades, cresceu na região, melhorando a sua produtividade, embora esta ainda seja considerada baixa. Os problemas que limitam sua expansão são: instabilidade de políticas públicas de preços, deficiência alimentar no inverno, dispersão de fornecedores e pequena escala de produção, problemas sanitários e baixo padrão genético de animais.

A produção leiteira, se conseguisse superar os problemas acima, poderia ser uma alternativa para boa parte dos 30.000 produtores de leite da região. Caso esses não consigam superar essas dificuldades serão, provavelmente, eliminados da atividade.

Os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1985, analisados pelo ICEPA, indicam algumas alterações nos sistemas de produção da região. A fuminicultura e a produção de leite aumentaram de importância. Quanto à suinocultura, houve a elevação na escala média (aumento do número de criadeiras por produtor), redução na sua importância econômica de 27% do VBP agropecuário regional em 1980, para 18% em 1988 e a diminuição do número de estabelecimentos ligados à atividade.

As agroindústrias, cada vez mais, passam a selecionar os produtores, fornecendo-lhes reprodutores, insumos e assistência técnica. Deverá ocorrer ligeiro aumento no número de matrizes por produtor integrado para reduzir os custos da matéria-prima para as agroindústrias, se isto ocorrer surge a preocupação com os pequenos agricultores não integrados, que têm na criação de animais uma forma de valorizar a produção de grãos. O aumento da produtividade não significa o aumento de produtores integrados, pelo contrário, significa um número cada vez menor, implicando na seleção daqueles conseguem acompanhar o desenvolvimento tecnológico desejável.

Segundo COUTO ROSA (1994), a década de oitenta, atualmente identificada em termos econômicos como a década perdida para o Brasil, revelou em termos políticos e sociais uma gama de respostas da sociedade civil, buscando sair da crise da segunda metade dos anos 70. É uma década de mudanças políticas e institucionais, a caminho da transição democrática, pondo fim a 20 anos de autoritarismo militar. Nesse contexto, organiza-se o movimento nacional pela reforma agrária, a economia mundial passa por uma profunda depressão, o que cria para o Brasil e outros países em desenvolvimento altamente endividados, uma situação de contração simultânea do comércio mundial e de crédito internacional. Tal situação é geradora das crises internas no país, fazendo o Brasil sofrer um acelerado processo inflacionário e persistente estagnação monetária.

Existem quatro razões básicas que levam à moderação do ritmo de modernização da agricultura brasileira na primeira metade da década de oitenta, conforme GRAZIANO (1993). A primeira é a própria recessão que se abateu sobre a economia brasileira como um todo a partir do final dos anos setenta. A segunda é a redução explícita dos incentivos creditícios à modernização, traduzidas não apenas pela eliminação das taxas de juros reais negativos do crédito rural, mas principalmente pela redução drástica dos recursos para os financiamentos agropecuários, especialmente para os investimentos. A terceira tem a ver com o carácter profundamente desigual e excludente do processo de modernização da agricultura brasileira. Este já incorporou os mais aptos, que são as modernas empresas agropecuárias capitalistas do Centro-Sul, excluindo os demais¹⁷. A

¹⁷ Estes representam 4,5 milhões de pequenas unidades que, segundo (GRAZIANO, 1993), não passam mais de local de moradia da família rural e que já não tem um papel produtivo importante.

quarta razão é a mudança no padrão de modernização da agricultura que está se gestando a nível mundial¹⁸.

A reforma da política agrícola, gerada pelos princípios neoliberais visava a retirada do Estado, eliminando o subsídio ao crédito rural em troca de maior liberdade de mercado.

Mas a agricultura desenvolvida torna-se cada vez mais dependente dos mecanismos de financiamento, o que gera uma grande instabilidade ao nível da produção e da comercialização para os segmentos rurais menos privilegiados.

Conforme mostra GRAZIANO (1993), a safra de 84/85 marca o reconhecimento explícito de que a política agrícola, baseada no crédito fácil e barato, havia terminado.

Apenas no período de 85/86, devido ao plano cruzado, a política de crédito rural tornou-se claramente expansiva, com um aumento real de quase 30% em relação ao ano anterior. Nesse período, os preços mínimos foram considerados pelos próprios produtores como adequados. Ao lado destas medidas de estímulo à produção, procurou-se interferir no padrão de crescimento anterior, o qual estava favorecendo culturas mais ligadas à balança comercial, os grandes produtores e empresas rurais. O governo restabeleceu condições diferenciadas para a concessão de crédito rural, favorecendo os pequenos produtores e a produção de alimentos básicos (arroz, feijão, mandioca e milho).

Essas circunstâncias favoráveis, criadas pela estabilização alcançada nos primeiros meses do plano cruzado, levou os agricultores a realizar novos investimentos, mas a retomada do processo inflacionário já no final de 1986 fez com que o custo dos

¹⁸ Os anos oitenta mostraram que a agricultura dos países desenvolvidos passou a incorporar de forma crescente as chamadas novas tecnologias, que são a informática, a microeletrônica e as

empréstimos, especialmente os do crédito para investimento, se tornassem altos. O resultado foi o endividamento, especialmente dos pequenos produtores, muitos dos quais acabaram por perder seus bens, inclusive as terras que possuíam.

Segundo GRAZIANO (1993), o impacto desse contexto macro-econômico instável foi o aumento brutal do risco na agricultura. No final da década de oitenta, a principal vítima do descontrole inflacionário e da incapacidade demonstrada pelo governo de combatê-la foram certos segmentos do setor agrícola, os mais pobres. Para a agricultura que se industrializa, os dos complexos agroindustriais, ocorreu uma abertura para o exterior. Esses complexos tiveram que se ajustar à competitividade dos mercados internacionais.

O crescimento da agricultura, que na década de 70 deu-se pelo emprego de mão-de-obra e pela incorporação de novas áreas, na década de oitenta sofre mudanças. A produtividade¹⁹ será o fator preponderante no aumento da produção agrícola, sendo as regiões Norte e Centro Oeste as que mais se expandiram.

Os agricultores que não conseguiram competir, ficaram numa situação de abandono e isolamento: falta-lhes assistência técnica, canais de comercialização, de infraestrutura básica. Seria necessário modificar as políticas agrícolas, no sentido de reorientar a agricultura familiar, pois, conforme GRAZIANO (1993), a política agrícola atual favorece o segmento patronal da agropecuária brasileira.

As diretrizes básicas para a formulação da lei agrícola, prevista na constituição de 1988, negligenciam o tema da Reforma Agrária e as políticas diferenciadas. Esta lei é

biotecnologias (GRAZIANO, 1993).

¹⁹ Contribuíram para este ganho de produtividade, o aumento de utilização de insumos, os resultados da pesquisa agrônômica e a mudança na composição da produção (GRAZIANO, 1993).

definidora das atribuições do Estado, que deixa prevê o predomínio da livre iniciativa e as práticas da lei do mercado em todas as atividades agrícolas.

A luta pela Reforma Agrária ampla e democrática saiu perdedora na década de oitenta. Conforme COUTO ROSA (1994), esse fato ocorreu devido a dois grandes embates, que foram a criação e o esvaziamento do PNRA e a constituinte de 1988. O PNRA foi marcado por um grande distanciamento entre as metas projetadas e o número de famílias que realmente conseguiu assentar.

O debate sobre a Reforma Agrária gerou polêmicas e conflitos na Assembléia Nacional Constituinte. Apesar disso, no texto final da Constituição promulgada em 1988, pouco ou nada se conseguiu de novo em relação à de 1969. A função social da propriedade garantida pelo Estatuto da Terra passou, na última constituição, a ser função social potencial, ocorrendo um rebaixamento da função social, que ficou circunscrita à concepção de propriedade produtiva.

A terra, como queriam os grandes proprietários, passou a ser discutida como um bem de produção que deve estar voltado para a produtividade, mesmo que essa seja apenas potencial, ou seja, mesmo que não esteja sendo totalmente utilizada, não poderá ser desapropriada. Além disso, o processo de desapropriação torna-se oneroso para o Estado, porque a lei permite demoras no processo de imissão de posse.

PRADO JR (1979) mostra que a discussão da função social da terra não pode ser baseada em termos de sua produtividade. É necessário, antes de indagar sobre o nível e o padrão tecnológico da produção, saber a que categoria de indivíduos essa produção vai beneficiar. Existe uma questão social que é anterior a da produtividade.

Segundo GRAZIANO (1993), os que imaginaram que fosse possível um programa moderado de Reforma Agrária, reconhecem que esse sonho acabou. A fragilidade

da organização dos trabalhadores contrastou com a capacidade de articulação da burguesia agrária. A concentração de renda no campo está sendo brutal, existindo uma minoria que fica cada vez mais rica e uma maioria que fica cada vez mais pobre.

...“A parcela apropriada pelos 10% mais ricos (10+) da população economicamente ativa do setor agropecuário passou de 34,7% em 1970 para 47,7% em 1980, enquanto a renda da metade mais pobre (50-) caiu de 24,2% para 17,9% no mesmo período.” (GRAZIANO, 1993, p. 198).

Em parte, essa crescente desigualdade e o crescimento da pobreza decorre da incapacidade dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios produtores agrícolas de repassarem seus preços no mesmo ritmo que a inflação. O crescimento da pobreza no campo, que se pode observar a partir da segunda metade da década de oitenta, se deve à perda do poder aquisitivo do salário mínimo real.

... “apenas no ano de 1987 foi registrado um volume significativo de vendas de terras agrícolas de pequenos agricultores que se encontravam endividados após o fracasso do plano cruzado.” (Id, ibid, p. 203).

Com a consolidação do neoliberalismo e a saída do governo de algumas atividades, ocorreu maior seleção de beneficiários na utilização dos recursos, o que agravou ainda mais os problemas do campo, pois implica excluir um grande número de produtores rurais de suas atividades.

A consolidação de um novo padrão de crescimento intensivo da agropecuária brasileira esbarra na capacidade de financiamento do Estado. Houve, apesar de todas as adversidades, um crescimento acima da média do setor agropecuário²⁰, que foi ajustando-se estruturalmente ao novo cenário de oportunidades e de desenvolvimento oferecidos pelo

país. No Brasil, a terceira revolução agrícola, caracterizada pelo uso do microcomputador, dos bancos de dados e telecomunicações, da robótica, da transferência de embrião, da engenharia genética e do cultivo hidropônico já é uma realidade, tal como ocorre também nos países desenvolvidos. Só que sua difusão restringe-se a um grupo privilegiado de inovadores, em geral grandes grupos econômicos, geralmente de alcance internacional, que tem acesso a essas novas tecnologias.

A política agrícola está delineada de forma clara e os “barrados no baile” formam um contingente de 5 a 7 milhões de famílias, que sobrevivem na marginalidade rural ou urbana, conforme GRAZIANO (1993, p. 217),

“...O resultado do ponto de vista social do novo modelo de crescimento agroindustrial ensaiado na década passada não poderia ter sido mais perverso: aumentou drasticamente a concentração de renda no campo, a proporção de pobres cresceu e os pobres se tornaram relativamente mais pobres. As questões que se colocam - não são novas - até quando e até onde é possível reproduzir este modelo? Quaisquer que sejam as respostas que possamos dar a estas duas interrogações fundamentais, impõe-se uma terceira: o que fazer com os que já foram excluídos?...”

VEIGA (1991) considera as possibilidades de reorientar as políticas agrícolas, no sentido de reorientar a agricultura familiar, integrada a uma política de redistribuição de terras, desde que o Estado deixe de favorecer o segmento patronal da agropecuária brasileira.

É na década de 80, considerada a década perdida para o Brasil, que surgem os mais variados tipos de movimentos sociais. Esses se caracterizam pela luta contra a

20 O crescimento da agropecuária se deu através da inovação dos processos agrônômicos organizacionais e gerencias, que possibilitaram uma melhor gestão das empresas rurais no anos 80 (GRAZIANO, 1993).

exclusão social. Os trabalhadores rurais, em suas diversas formas de vida, começam a defender seus interesses.

CAPÍTULO 2 - O FENÔMENO AGRICULTURA DE GRUPO E SEUS MEDIADORES

Segundo SCHERER-WARREN (1989), o Movimento dos Trabalhadores Rurais no Sul do Brasil, que expressa formas de resistência ao autoritarismo estatal pós-64, caracteriza-se por sua luta pela terra, seja contra a expropriação ou expulsão, seja pela ocupação de terras ociosas de grandes propriedades.

O projeto desenvolvimentista adotado no país gerou profundas desigualdades na agricultura do Oeste Catarinense. Nos anos 70, para reagir a essa situação, os agricultores se organizaram através de vários movimentos, como o Movimento das Barragens, o MST (Movimento dos Sem Terra), a OMA (Organização das Mulheres Agricultoras), o Novo Sindicalismo Rural, chamado também de sindicalismo autêntico ou combativo, entre outros.

Esses movimentos, segundo SCHERER-WARREN (1989), caracterizam um novo sujeito histórico, com uma nova cultura política. Surge uma redefinição da cidadania, sendo fortalecidas novas relações comunitárias vivenciadas no cotidiano dos grupos e, de maneira geral, esses movimentos expressam a luta contra a desigualdade social no meio rural.

É nesse contexto que começa a surgir e a fortalecer no Oeste Catarinense uma nova forma de organização dos pequenos agricultores, designada por eles, de MCA (Movimento de Cooperação Agrícola) e que, na prática, é constituído pela formação de um número razoável de associações com base em trabalho semi-coletivo. Essas

experiências são denominadas, de maneira geral, “agricultura de grupo”. Possuem grande diversidade e heterogeneidade, ambas garantidas pela forma como se constituem os grupos. Eles diferem em relação ao número e característica das famílias associadas, ao tipo de atividade que coletivizam (pode ser a produção, a comercialização, a armazenagem, etc), ao tamanho e estrutura da propriedade, ao tempo e período de existência do grupo, à expectativa político-ideológica e à própria forma de organizar-se.

A agricultura de grupo, aqui referida, pode ser exemplificada como a união de alguns pequenos produtores de uma comunidade para comercializar parte da sua produção, como, por exemplo, a venda do feijão, ou as compras de chimarrão, adubo, café, material de limpeza, etc. Outros trabalham coletivamente na produção, organizando condomínios para produzir leite, suínos, aves, etc, ou ainda armazenando comunitariamente seus produtos. Outros ainda fazem roças coletivas. Dessa forma, podemos dizer que não há uma padronização dessas experiências. Os agricultores que participam delas não coletivizam todas as suas atividades, cada família mantém-se na sua propriedade, por esse motivo os grupos são chamados de semi-coletivos, em contraposição aos coletivos presentes nos assentamentos.

A tarefa de compreender ou explicar a complexa constituição de tais grupos não é fácil, pois além de eles serem totalmente diversificados e heterogêneos, nasceram através da mediação de entidades diferenciadas, no início e durante a década de 80. Por isso, realizamos mais um mapeamento das tendências, conflitos e acordos que uma generalização.

Segundo as entrevistas que realizamos com os coordenadores e assessores da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense), a agricultura de grupo no Oeste Catarinense nasceu sob duas vertentes. A primeira, a influência das

experiências de coletivização orientadas pela ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), atualmente EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia), doravante assim chamada, as quais se baseavam nos condomínios coletivos de suinocultura²¹ e nas experiências de troca-troca²² orientadas pelo governo do Estado. A segunda diz respeito à influência dos grupos de reflexão²³ das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) criados através da atuação da Igreja progressista na região.

Alguns entrevistados nos responderam que a “agricultura de grupo” nasceu conjuntamente do trabalho dos grupos de reflexão das CEBs e dos sindicatos. Para compreender a junção Igreja-Sindicatos necessitamos explicar que o surgimento dos Novos Movimentos Sociais Rurais no Oeste de Santa Catarina foi, quase na sua totalidade, motivado pela atuação da Igreja Progressista naquela região. Esta, através dos grupos de reflexão das CEBs, ia formando líderes comunitários e estes foram compondo os quadros de liderança do Novo Sindicalismo, do Movimento dos Sem-Terra e do PT (Partido dos Trabalhadores). Todos os coordenadores da APACO iniciaram sua trajetória como militantes atuando junto à Igreja. Por este motivo, a segunda vertente de formação da “agricultura de grupo”, que se iniciou através das CEBs, traz consigo, no decorrer da década de 80, o Novo Sindicalismo e o próprio PT.

²¹ Os condomínios coletivos de suinocultura são associações de agricultores, que se formaram com o objetivo de produzir suínos, sendo orientados pelo programa do setor de Suinocultura da EPAGRI. Ver BUCHMANN (1991).

²² Segundo CAMPOS (1987), através desse os pequenos agricultores financiavam, individualmente ou coletivamente, a aquisição de tratores e equipamentos, sendo o pagamento realizado em quantidades fixas anuais de milho, feijão ou soja. Esse programa também foi utilizado para a aquisição de sementes.

²³ Os grupos de reflexão das CEBs são reuniões periódicas de famílias de uma comunidade, cujo objetivo é procurar soluções para seus problemas, com o auxílio dos princípios religiosos-políticos da Igreja Progressista.

Em princípio, essas entidades atuavam conjuntamente, formando assim uma corrente única, chamada “vertente progressista” ou de “esquerda”. Em princípio, porque, com o passar do tempo, os sindicatos e o PT foram incorporando princípios ideológicos e políticos que os diferenciaram da Igreja, embora continuassem atuando conjuntamente. Também foram surgindo novos grupos, nos quais os mais variados arranjos em nível local foram acontecendo.

No decorrer deste trabalho pretendemos explicar, dentro do que conseguimos apreender, a constituição do fenômeno “agricultura de grupo” e sua transformação para a forma de MCA (Movimento de Cooperação Agrícola), demarcando a contribuição das entidades que foram mediadoras nesse processo.

Embora a EPAGRI tenha sido a primeira entidade a organizar a agricultura de grupo, atualmente, em importância, é a segunda vertente que está atuando. O programa da EPAGRI terminou. Esclarecemos também que a agricultura de grupo existe como atividade associativa em todo o estado de Santa Catarina, embora estejamos estudando, neste trabalho, a que se formou no Oeste Catarinense, principalmente nos grupos vinculados à APACO.

2.1 - A ATUAÇÃO DA EPAGRI - VERTENTE PIONEIRA NA FORMAÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO DO OESTE CATARINENSE

O depoimento dos coordenadores da APACO sobre a formação da agricultura de grupo é confirmado por alguns relatos escritos a respeito do assunto. A primeira entidade a mediar esse tipo de experiência foi a EPAGRI, em 1981, com a criação dos condomínios de suinocultura. Segundo ARNS (1991), o texto elaborado pela coordenadoria de suinocultura da EPAGRI e remetido à ACCS (Associação

Catarinense dos Criadores de Suínos), em 1982, tem como título a agricultura de grupo e assim se refere a ela:

“Finalmente a Agricultura de Grupo, isto é, agrupamento de produtores para explorações em comum tem início de forma vigorosa e promissora no Brasil. E não por acaso, os exemplos mais expressivos acontecem em Santa Catarina. É bem verdade que muitas iniciativas isoladas vêm funcionando em diversas regiões do país. Porém como programa organizado e fruto da decisão democrática dos produtores as unidades em implantação pelos agricultores catarinenses ganham significação especial.” (ARNS, 1991, p. 46).

A EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) também elaborou um documento que data de 1984 e que, segundo ARNS (1991), demonstrava as possibilidades que se abrem para a pequena propriedade, quando esta parte para a formação de algum tipo de sociedade (economia de escala, estabilidade de renda, utilização de serviços públicos, etc.), bem como apresentava várias experiências espalhadas pelo Brasil e pelo Estado. Esse documento relatava que a ação do governo estadual na agricultura de grupo, além dos condomínios suinícolas, passou também pelo desenvolvimento dos condomínios de armazenagem e a formação de grupos de mecanização estimulados pelas facilidades de seus programas. No Oeste Catarinense, a CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), atuava na geração de infra-estrutura geral para a produção agrícola. A CIDASC possuía armazéns e silos para armazenar grãos e procurava manter o suprimento de sementes selecionadas na região²⁴. Essa Companhia promoveu entre outros programas o “troca-troca”.

²⁴ A secretaria da Agricultura vinha sendo um dos postos com maior peso político no governo estadual na lógica dos sucessivos governos da ARENA e posteriormente do PDS em Santa

Segundo CAMPOS (1987), o serviço de extensão rural em Santa Catarina se iniciou em 1956, com a criação da ACARESC, hoje EPAGRI, que na década seguinte já atuava na Região Oeste Catarinense. Os serviços prestados pela EPAGRI se pautaram por uma concepção globalizante da pequena propriedade como um sistema onde as diversas atividades se complementavam. Sua ação se restringia ao interior da unidade familiar. A EPAGRI passou a introduzir novas técnicas de cultivo, de criação de suínos e bovinos, elaborar projetos para financiamento agrícola, prestar assistência social, etc. Nas fases iniciais de implantação dos sistemas de integração, A EPAGRI prestou serviços conjuntamente com os departamentos de fomento de frigoríficos, porém, gradativamente estes últimos passaram a se responsabilizar por seus integrados²⁵. Assim, o público assistido pela EPAGRI se reduziu aos pequenos produtores cujos laços com a agroindústrias são mais tênues, normalmente pequenas propriedades dedicadas apenas a agricultura ou com pequenas criações de suínos. Público esse que, via de regra, encontrava as maiores dificuldades frente à rápida modernização da agricultura da região. O convívio com esse segmento da pequena produção fez com que alguns técnicos da EPAGRI começassem a perceber, na forma de inserção da pequena produção na economia globalizante, as causas mais profundas de seus problemas. Esse fato desencadeou dois desdobramentos no interior dessa Empresa. De um lado, alguns técnicos, através de iniciativas individuais, passaram a atuar de forma mais efetiva nas lutas políticas dos pequenos produtores e, por outro lado, A EPAGRI, enquanto

Catarina, a pasta das Construções e Obras era a grande fábrica de futuros governadores e políticos federais. No entanto, as sucessivas derrotas do PDS no Oeste Catarinense fez com que, através da CIDASC, fossem promovidos uma série de programas voltados para a agricultura, dos quais o mais audacioso era assentar cerca de 6000 famílias, o que não se efetivou.

²⁵ Segundo CAMPOS (1987), convém ressaltar que os departamentos de fomento fornecem assistência técnica não só a atividade integrada, mas sim a toda a propriedade.

instituição, absorveu à sua maneira a nova realidade, adotando novos programas de atuação, baseados na busca de novas tecnologias, adaptadas à pequena produção e ao incentivo ao artesanato familiar (fabricação de queijos, compotas, embutidos, etc).

A EPAGRI buscava formas de tornar a pequena produção mais competitiva no mercado. No entanto, a sua principal ação, em direção a nova filosofia, deu-se na tentativa de coletivizar determinadas atividades dos pequenos produtores, cujo exemplo são os chamados condomínios de suínos. O primeiro condomínio de suínos foi criado pela EPAGRI, em 1982, no município de Coronel Freitas, pertencente a região Oeste Catarinense. A dinâmica dos condomínios de suínos é relativamente simples. Uma vez decidida a criação do mesmos, os sócios, geralmente em número de dez, compram uma pequena parcela de terra (na maioria das vezes um ha pertencente a um dos sócios) e fazem o financiamento no Banco. As instalações do condomínio, em média para 60 matrizes, são modernas, com celas parideiras, creches, etc. Ao lado das instalações é construída uma casa onde reside um funcionário que cuidará do Condomínio. As despesas com financiamento, manutenção e pagamento do funcionário são divididas entre os associados. Cada associado deve fornecer uma parcela do milho consumido pelo condomínio e o funcionário recebe um salário mensal.

A estratégia proposta e desenvolvida pela EPAGRI para a criação associativa de condomínios não substitui o trabalho familiar. Através do associativismo (agricultura de grupo) desenvolvem-se mecanismos para melhor utilização da mão-de-obra, racionalizando os fatores da produção e do trabalho para aumentar a produtividade.

“ A característica principal da suinocultura catarinense é a organização da produção em sistemas integrados e a modernização constante das plantas industriais. Mais recentemente com a associação de pequenos agricultores em ‘condomínio’ um novo passo foi dado, no sentido de incorporar mais criadores na modernização tecnológica e no mercado”. (ICEPA, 1987/1988: p. 334, citado por BUCHMANN, 1991, p. 152).

A proposta da EPAGRI, através do programa de condomínios agrícola é de implementar, na gestão da pequena propriedade, uma lógica organizacional, que permitisse otimizar recursos. Tal lógica buscava, através da coesão social, a criação do fenômeno grupal. Acreditava-se que o planejamento organizacional ajudaria o agricultor a se modernizar e assim assegurar-lhe-ia um lugar na economia de mercado.

As vantagens do trabalho coletivo, segundo essa proposta, seriam muitas e mudaria a relação produtor/atividade suinícola e meio em que vive. As vantagens seriam as seguintes: a diminuição da jornada de trabalho; a melhoria nas condições intelectuais dos participantes pela aquisição de novos conhecimentos; maior segurança individual pelo apoio do grupo; racionalização das tarefas produtivas; facilidade de assistência técnica; maior facilidade de obter financiamento; melhoria das condições técnicas e econômicas da propriedade e bem estar da família; e ampliação do poder de negociação dos pequenos produtores com as agroindústrias, dando maior disciplina e organização ao mercado de suínos.

Segundo BUCHMANN (1991), em 1991 existiam 101 condomínios de suinocultores, sendo que 98 deles localizavam-se no Oeste Catarinense, envolvendo 824 famílias rurais. A EPAGRI, através de estudos realizados pelos técnicos ligados à área da suinocultura, buscou o modelo em experiências similares adotadas pela França e Espanha. O relatório da produção de suínos em condomínios, elaborado em 1991 pelo coordenador da gerência de pecuária da EPAGRI (setor suinocultura), traz alguns

registros sobre a agricultura de grupo em condomínios de suinocultura. Esses registros mostram que, de 1981 a 1991, a EPAGRI havia criado o número total de 157 condomínios. Na sua fundação, em 1981, os condomínios tinham um número médio de 9,4 sócios, no entanto, em 1991, esse número havia diminuído para 6,4. Em relação à distribuição de cotas²⁶, o movimento foi inverso. Quando da fundação, havia um número médio de 6,0 cotas por sócio que em 1991 aumentou para 10,3. Ocorreu uma diminuição do número de sócios por grupo, porém eles tiveram acrescido o número de cotas.

Em 1991, essas experiências fizeram 10 anos de existência e possuíam uma legislação especial que contemplava a agricultura de grupo como instrumento de modernização das pequenas produções agrícolas. Para vender a sua produção os condomínios se integravam ao complexo agroindustrial local, pois o projeto não previa a comercialização coletiva da produção. Conforme demonstra BUCHMANN (1991), houve ganho de produtividade, mas não aconteceu o aumento do poder de barganha na comercialização. Percebendo essa defasagem, os agricultores conjuntamente com os mentores do projeto chegaram à conclusão que era necessário ampliar sua esfera para a defesa da produção como um todo. A ACCS (Associação Catarinense de Criadores de Suínos) também começou a atuar nesse sentido, para juntar forças e viabilizar a pequena produção. Surge então uma série de entidades associativas, preocupadas com a comercialização coletiva.

Segundo ARNS (1991), quanto aos outros programas desenvolvidos pelo estado, como os condomínios de armazenagem e a formação dos grupos de mecanização, estes eram vistos como programas eleitoreiros. Muitos dos grupos

²⁶ Parte que cabe a cada sócio do condomínio.

formados nunca se viabilizaram na prática ou permitiram a concentração das cotas dos grupos em mãos de poucos, quando não de um único sócio.

Fazendo uma tentativa de síntese a respeito da atuação da EPAGRI, pode-se afirmar que a empresa foi a pioneira na formação da agricultura de grupo no Oeste de Santa Catarina, começando esse trabalho no início da década de 80. Ela tinha como objetivo a viabilização da pequena propriedade. A acreditava-se que, através da incorporação de uma nova lógica organizacional, esta poderia racionalizar ou otimizar sua produção e recursos e assim resistir e permanecer no campo. Começa atuando na produção para, mais tarde, chegar à conclusão que as atividades de comercialização coletiva também são fundamentais para a estabilidade da pequena produção. A perspectiva de atuação da EPAGRI foi via modernização tecnológica, pois não tinha o cunho político-ideológico que as experiências adquiriram posteriormente. Suas experiências, sem dúvida, serviram ao agricultor como forma de aprendizagem a respeito do comportamento grupal ou cooperativo.

2.2 - A MEDIAÇÃO DA IGREJA NA CONSTITUIÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO NO OESTE CATARINENSE - A VERTENTE PROGRESSISTA

No momento da pesquisa a vertente progressista era constituída principalmente por dois tipos de mediadores: os ligados às CEBs da Igreja Progressista e os ligados ao Novo Sindicalismo. Vinculado a esses está o PT, cuja atuação não explícita, se faz através de alguns sindicalistas da CUT (Central Única dos Trabalhadores). As lideranças da CUT e do Novo Sindicalismo são as mesmas.

Posto isso, procuramos, a seguir, caracterizar esses mediadores, mostrando sua forma de entendimento e de atuação. Iniciamos a análise pela Igreja e continuamos com o Novo Sindicalismo e o PT.

Segundo SCHERER-WARREN (1993), após o Golpe Militar de 1964, há um período em que apenas o sindicalismo rural, tanto o patronal como o do trabalhador, continua se disseminando pelos municípios brasileiros, porém com características sempre assistencialistas. A repressão militar não permite a formação de outros movimentos sociais no campo até a segunda metade da década de 70. A partir do final dessa década, houve um grande crescimento do número das organizações e manifestações no campo.

O golpe militar de 1964 preocupa-se em diminuir a influência de militantes de esquerda junto às populações rurais. A Igreja que num primeiro momento apoia os militares, discorda do modelo excludente implantado pelo regime e começa a envolver-se, passando a mobilizar as populações pobres marginalizadas da cidade e do campo. No Oeste Catarinense, há o exemplo de NMS (Novos Movimentos Sociais), como o Movimento das Barragens, o MST, o OMA, etc., onde a Igreja, através do trabalho pastoral, deu sua contribuição, tornando-se fundamental.

A atuação da Igreja, como mediadora desses movimentos, é baseada na teologia da libertação que, segundo SCHERER-WARREN (1993), desenvolveu-se primeiramente na América Latina e mais tarde difundiu-se em outras partes do mundo. Trata-se de uma nova visão da prática cristã, do pensar teológico e de entender a atuação da Igreja. As principais idéias, em torno das quais se desenvolveu a teologia da libertação, são a recuperação do processo histórico e da realidade na qual a Igreja atua,

buscando a libertação das mais variadas formas de opressão. Outra idéia fundamental é a de que o homem deve ser sujeito de seu destino pessoal e de sua história.

Ainda segundo SCHERER-WARREN (1993), o Documento do Conselho Vaticano II, nos anos 60, recomendou a criação de uma doutrina orientada socialmente. Com o objetivo de superar a miséria e a opressão, a teologia passou a usar o conhecimento das Ciências Sociais, a tomar consciência das contradições do sistema social opressor e das inadequações das medidas políticas e econômicas de alguns regimes políticos. Assim, a Igreja Progressista passou a proporcionar uma base e também cobertura para as organizações populares. A multiplicação das CEBs possibilitou à nova utopia da libertação penetrar nas áreas rurais empobrecidas e nas favelas urbanas. Foi feita uma opção preferencial pelos pobres.

As CEBs são grupos de reflexão formados por famílias de uma comunidade que se encontram periodicamente para escutar a palavra de Deus e compartilhar seus problemas através da inspiração do evangelho. Faz parte dos objetivos das CEBs ensinar como interpretar a vida cotidiana, não confiando em fórmulas prontas, sendo que o alvo espiritual é apenas o ponto de partida de um processo que pretende ajudar as pessoas a conquistar a cidadania.

Para isso, a Igreja Progressista recomendava a formação de grupos cristãos militantes, objetivando ajudar programas de desenvolvimento comunitário. Ao valorizar o comunitário, a Igreja confirma a base da cultura camponesa, na qual o aspecto religioso é forte, como observa MARTINS (1986). Resgatar o comunitário significa uma forma de viabilizar a luta contra o capitalismo, advogando uma sociedade pluralística, na qual todos os grupos sociais devem se integrar e defender seus direitos em igualdade de condições.

“O camponês legitima o espaço que a igreja tem no campo, por isso seu espaço é tão amplo neste sentido. O princípio do partido ou do sindicato é contratual e se refere à realidade social dos trabalhadores rurais, dos trabalhadores assalariados. É nesse sentido, também, que ela tem um êxito muito grande na mobilização das populações camponesas, na criação das comunidades de base etc. Acho que ela fala uma língua que é entendida pelas populações trabalhadoras, e é isso que a torna um elo essencial nas lutas populares no campo”.(MARTINS, 1986, p.75).

O cristão, segundo SCHERER-WARREN (1993), é entendido pela teologia da libertação como uma unidade material e espiritual. No sentido material, a Igreja deve trabalhar pela libertação das várias formas de opressão: política, econômica, étnica, racial, sexual, etc e, no sentido espiritual, a Igreja objetiva libertar as pessoas da alienação, da falsa consciência, da falta de coragem e autodeterminação. Procura transformar a pessoa humana, fazendo-a conquistar a sua dignidade. Para tanto, a Igreja começa, então, a usar a palavra organização e a organizar as populações oprimidas.

... “mesmo que não funcione como partido, ela cria os canais, as condições, oferece uma base de apoio para as populações rurais se organizarem. Não desconhecemos a importância que esse apoio tem tido no sentido de permitir a mobilização sindical e a mobilização partidária dos trabalhadores rurais”.(Id, ibid, P. 70).

A partir dos anos 70, segundo TAVARES (1988), a Igreja engajou-se decisivamente na questão da terra. Criada em 1968, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) elegeu a Reforma Agrária como centro de sua ação política e criou uma agência católica para trabalhar especificamente com os camponeses, a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Na década de 70, nas regiões de fronteira agrícola, bispos, padres e agentes pastorais se engajam na luta dos posseiros contra os grileiros e

os grandes latifundiários. Em 1979, acontece o IIIº Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Nesse congresso, são aprovadas importantes indicações de luta, tais como a greve para as reivindicações dos assalariados agrícolas e a ocupação de latifúndios para pressionar a implementação da RA (Reforma Agrária). Tais propostas foram reconhecidas como uma atuação positiva por parte do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais. Sob apoio da CPT, surgiu o MST que, em princípio organizado à margem do sindicalismo serve para fortalecê-lo.

“Organizado à margem do sindicalismo, o MST tem forte apoio dos setores da Igreja Católica engajados na luta pela terra. Suas lideranças passaram imediatamente, entretanto, a disputar - e frequentemente vencer - as eleições dos sindicatos nas áreas onde atuam. O mapa político do Movimento dos Sem Terra no Brasil é amplamente coincidente com o mapa político dos bispos e padres inspirados pela Teologia da Libertação. O movimento, entretanto, faz questão de reiterar a sua autonomia e mantém mecanismos próprios de decisão”.(TAVARES, 1988, p. 9 e 10).

A atuação da Igreja subsidiando a organização inicial destes grupos procurou fazer com que esses caminhassem por conta própria, estimulando, assim, a autonomia dos movimentos sociais.

Segundo Martins (1986), a Igreja, na verdade, não tinha uma política fundiária, um projeto agrário. Seu objetivo era lutar contra o modelo de desenvolvimento que vinha sendo adotado, considerado por ela desumano e selvagem. O objetivo da Igreja era de resgatar o valor da pessoa, legitimando, para isso, a luta dos oprimidos por melhores condições de vida. Assim, a Igreja tornava a questão agrária uma questão política e, por isso, foi reprimida pelo Estado autoritário brasileiro. Esse tentava desativar as mediações sociais e políticas que faziam da questão agrária e das

lutas dos trabalhadores uma questão política propriamente dita. A luta pela Reforma Agrária em nosso país foi e é uma luta sangrenta.

Todos os coordenadores assessores da APACO, nos seus depoimentos, enfatizaram a contribuição da Igreja para a constituição do Movimento de Cooperação Agrícola. Sua contribuição se efetiva no nível da “formação”, ela “conscientiza” a respeito da realidade e defende as propostas da agricultura de grupo. Como disse um entrevistado querendo demonstrar a sua atuação educativa “...*depois da escola, é ela*”. Para viabilização da APACO, a diocese de Chapecó, conjuntamente com os sindicatos, encaminharam à Misereor (entidade religiosa alemã que enviou recursos para subsidiá-la), um projeto de desenvolvimento regional alternativo.

A ação educativa das CEBs foi muito importante para a formação dos grupos de cooperação agrícola. Em 1991, a diocese de Chapecó lançou no Boletim da Campanha da Fraternidade o tema “Solidários na Dignidade do Trabalho”, que serviu de apoio para a discussão dos grupos de reflexão ligados às comunidades rurais. Seu objetivo principal era divulgar a idéia e os princípios da agricultura de grupo. Esse Boletim serve de exemplo para ilustrar a atuação da Igreja, por isso, detalharemos seu conteúdo.

O Boletim está dividido em quatro núcleos temáticos, sendo que o primeiro refere-se ao sentido do trabalho na vida; o segundo, à situação da agricultura que está prejudicando os pequenos agricultores; o terceiro, à saúde do trabalhador e o quarto mostrava a importância da cooperação agrícola para o pequeno produtor, usando para isso depoimentos ilustrativos de participantes de um grupo de cooperação agrícola. O quarto item é iniciado com a fala do dirigente do encontro na seguinte forma:

“Nos encontros passados debatemos sobre os problemas que prejudicam a vida dos agricultores. Hoje vamos falar do jeito como os trabalhadores da agricultura estão procurando se organizar buscando juntos formas de resistir na terra e de melhorar a vida da própria família”.(Boletim da Campanha da Fraternidade, 1991. p. 9).

Em seguida, o Boletim lança para a discussão a seguinte pergunta: como os agricultores estão se organizando e o que estão fazendo para se defenderem contra a exploração do seu trabalho? Nesse momento, o Boletim sugere aos participantes do encontro que discutam essa questão.

Continuando o quarto item, o Boletim coloca os depoimentos dos participantes de um grupo de cooperação agrícola. Eles contam como iniciaram e como funciona o trabalho coletivo do seu grupo de cooperação agrícola.

“A idéia veio de longe. Nasceu do grupo de reflexão. A gente falava que precisava se unir e se organizar para enfrentar junto os problemas da agricultura. Além disso a situação ficava cada vez mais difícil. Então resolvemos deixar de ‘papo furado’ e partimos para a ação. O nosso nome, ‘25 de dezembro’ está ligado às reuniões de grupo de preparação para o Natal. Descobrimos que enquanto os ricos preparam e festejam o Natal gastando e esbanjando porque exploram os trabalhadores, nós devemos nos organizar para nos defender dessa exploração”(Ibid, p. 10).

Os associados explicam que o grupo é formado por 16 famílias de pequenos proprietários e que estes, a partir das experiências de roças comunitárias, começaram a debater e a organizar compra e venda coletivas.

“Hoje, já conseguimos comprar em conjunto, calcário, adubo, arame, sementes e alimentos, como açúcar, farinha, arroz, sal, etc. (...) Fizemos uma compra de 270 mil toneladas de calcário para as associações da região, em São Paulo, diretamente na fábrica. Descontando o custo do transporte ainda saiu 20% mais barato do que na cooperativa. Há associações que já conseguiram adquirir 2 e até 3 caminhões para o transporte do produto”.(Ibid).

Sobre as atividades que o grupo já realizou, os associados relatam, no Boletim, que já adquiriram 30 vacas de raça holandesa e construíram um laticínio, que estão construindo uma esterqueira e preparando adubação verde, pois dentro de dois anos pretendem apenas usar o adubo orgânico. Os recursos para a associação eles estão conseguindo através do Ministério da Agricultura. Eles fazem reuniões de 15 em 15 dias para planejar e avaliar o trabalho, nas quais combinam o que e quanto vão plantar, organizam a colheita, a venda do produtos e a distribuição dos lucros.

“Nossas reuniões começam com uma leitura da bíblia para iluminar com a fé e com a Palavra de Deus a nossa vida, a nossa organização e o nosso trabalho. Isso é que nós implusiona e nos dá coragem e esperança de um dia transformar a sociedade e construir o reino de Deus aqui na terra...” (Ibid).

Além da fé e da oração, o grupo “25 de Dezembro” organiza-se através de estatuto, elaborado por eles mesmos e tem por objetivo definir os direitos e deveres “iguais” para cada associado. O trabalho é organizado por comissões. Há uma comissão para cada serviço: de pastagem, de construção, etc, e uma equipe para coordenar cada tarefa.

“Trabalhando junto se trabalha menos e rende mais. Na compra e na venda de mercadoria e dos produtos a gente sai ganhando no preço, pois se junta maior quantidade. (...) Aos pouco vamos deixando de lado o egoísmo e criando uma consciência comunitária de partilha e ajuda entre os vizinhos. Quando alguém precisa de dinheiro quem tem empresta sem cobrar juros. Quando fica doente os outros ajudam no trabalho da roça sem cobrar o dia de serviço. Os problemas das famílias são debatidos no grupo e todos ajudam a achar a solução”. (Ibid).

Ao encerrar esse item, o Boletim transmite uma mensagem final desses associados aos agricultores ensinando quais as entidades que orientam na formação de grupos de cooperação agrícola e sugere que os agricultores visitem o grupo “25 de Dezembro” e que façam reuniões em suas comunidades para debater sobre a cooperação agrícola como uma possibilidade para viabilização da pequena produção.

“Neste trabalho fomos orientado primeiro pela CPT, depois pela APACO e depois por agrônomos da ACARESC. Portanto, se quiser iniciar uma associação na sua localidade, busque ajuda destas entidades. Temos consciência de que a associação não tem força suficiente para resolver todos os problemas. Mas ajuda a permanecer na terra e a conseguir em conjunto melhores condições de vida. Achamos que vale a pena organizar-se em Associação. Estamos dispostos a receber visitas dos interessados.” (Ibid, p. 11).

O grupo relata que conseguiu assessoria de um agrônomo da EPAGRI para orientá-los nas suas atividades. Alguns integrantes do grupo eram lideranças do movimento sindical e já tinham participado na organização do MST.

Ao descrever o Boletim, pretendemos ilustrar, com um exemplo concreto, como ocorreu a atuação das CEBs nos grupos de reflexão, já que ela é uma das principais responsáveis pela formação da agricultura de grupo.

2.3 - A ATUAÇÃO DO NOVO SINDICALISMO E A “AGRICULTURA DE GRUPO” NO OESTE CATARINENSE

O sindicalismo, segundo SCHERER-WARREN (1989), passa a desenvolver-se a partir da segunda metade da década de 50 e se fortalece a partir da sua interação com o Estado nos primeiros anos da década de 60. Em 1961, a estrutura sindical estava quase toda montada, chegando ao ano de 1963 com a fundação da

maioria das federações e da CONTAG. Após o golpe militar de 1964, o sindicalismo sofre grande repressão e passa a assumir, como decorrência do intervencionismo do Estado, uma postura assistencialista. A sua atuação ficou restrita à prestação de serviços tipo assistência médica-odontológica e previdência social.

No início da década de 80, com a retomada do processo de conquistas democráticas da sociedade e os avanços das lutas no campo, parte dos sindicatos começou a participar e passou a ter um papel definitivo na construção desse processo. Eles deixam de ser assistencialistas e passam a agir no sentido de buscar mudanças estruturais para a sociedade, por este motivo são chamados “combativos” ou “autênticos”. Lutam pelas causas trabalhistas e pela Reforma Agrária, atuam conjuntamente com a Igreja local através da CPT e suas principais bandeiras de luta fazem referência à reivindicação da previdência social rural, preços justos aos produtos agrícolas e Reforma Agrária.

No Oeste Catarinense, o Novo Sindicalismo nasceu no decorrer da década de 80. Dirigia-se, de maneira geral, ao “trabalhador rural”. Porém, a modernização do campo provocou constantes modificações e, com o aceleração das inovações tecnológicas, produziu novas categorias de trabalhadores rurais como, por exemplo, os diferentes tipos de produtores integrados (fumicultores, avicultores, suinocultores). Ao mesmo tempo, esse modelo modernizador, por ser seletivo, criou uma parcela de agricultores sem-terra, de bóias frias, etc.

Segundo HAAS (1989), no Oeste Catarinense, o avanço do chamado ‘sindicalismo autêntico e combativo’²⁷ não ocorreu como a única forma de manifestação

²⁷ Em 1985, a direção do STR de Chapeco, na época um dos mais combativos da região Oeste, foi eleita pela emagadora maioria dos votos. (CAMPOS, 1987).

dos trabalhadores rurais no campo. As ocupações de terra e a atuação do MST, juntamente com outras grandes manifestações populares como, por exemplo, as Romarias da Terra, acabavam interagindo com o sindicalismo, no processo de organização das lutas dos trabalhadores rurais, tornando as formas de luta diversificadas(ocupações de terra, passeatas, comícios, fechamento de rodovias, de bancos, etc).

“ (Mas) apesar de tanto esforço as conquistas econômicas foram muito tímidas. Aos poucos os agricultores foram cansando e, desanimados, acabam desistindo da luta. Hoje, inclusive, pode-se notar um certo esvaziamento dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Neste contexto, identifica-se a necessidade de uma profunda redefinição das estratégias de atuação do Movimento Sindical Rural. (HAAS, 1989, p. 75).

No início, o Novo Sindicalismo, embora preocupado em realmente representar os interesses dos trabalhadores rurais, não conseguiu construir uma identidade que desse conta de representar essa nova realidade agrícola do Oeste que é, sem dúvida, heterogênea e complexa. Sob a égide de trabalhadores rurais, estão desde os agricultores altamente tecnificados e integrados ao complexo agroindustrial até os totalmente marginalizados, engajados ou não nos movimentos populares. Portanto, esta categoria “trabalhador rural” é abstrata demais para encontrar eco na diversidade da realidade rural (pequenos proprietários, boias-frias, sem-terra, arrendatários, etc).

Em princípio, o Novo Sindicalismo, juntamente com a CPT, atuava no Movimento dos Sem-Terra e em outras lutas como, por exemplo, a de preços mínimos, deixando uma lacuna em relação ao pequeno proprietário que não se identificava com as discussões gerais das lutas sobre “trabalhadores rurais” e pela reforma agrária.

Nesse sentido, ocorreu uma crise sindical e os sindicatos, na tentativa de buscar um espaço junto aos pequenos produtores, começaram a repensar sua forma de atuar. Na opinião do coordenador do DRC (Departamento Rural da CUT):

...“os sindicatos mais progressistas lutaram contra o assistencialismo - médico - dentista, essas coisas assim. E com isso foram perdendo filiados e força política, pois as discussões gerais e as lutas pela política agrícola não aglutinaram”. (depoimento do coordenador do DRC, citado por ARNS, 1991, p.44).

...“eles (os sindicatos) deveriam encabeçar uma luta que tenha resultados práticos e retorno econômico para dar novamente ânimo e credibilidade aos sindicatos.”(Id, ibid, p. 44 e 45).

...“os sindicatos tem que dar resposta positiva para os pequenos produtores, ter ganhos reais. Não significa dizer que está assumindo características do sindicalismo de resultado, porém as lutas gerais não conseguem aglutinar a massa trabalhadora, nem dos pequenos agricultores”. (Id, ibid, p. 45).

Os sindicalistas começaram então a discutir a necessidade dos pequenos agricultores formarem organizações também no campo da produção e comercialização, como alternativa de luta política contra o processo de pauperização a que estes vinham sendo submetidos pelas atuais políticas agrícolas e agrárias. A partir daí, adotaram a cooperação agrícola como proposta de resistência e viabilização para a pequena produção e, com isso, tentaram uma superação da crise sindical na qual se encontravam.

Juntamente com a proposta da cooperação agrícola para os pequenos produtores, os sindicalistas organizaram uma mudança na forma como estavam estruturados os sindicatos rurais da região Oeste Catarinense, que passaram a dividir-se por ramo de atividade.

“Os primeiros sindicatos que serão formados são: sindicato dos fumicultores, sindicato dos avicultores, sindicato dos assalariados rurais, sindicatos dos suinocultores. (...) Com isso, a proposta de organização sindical por municípios, reunindo todos os pequenos agricultores, assalariados rurais, arrendeiros, parceiros, meeiros, ocupantes, etc. independente da atividade (milho, fumo, feijão, suínos, aves, etc), deverá se adaptar às novas exigências, estruturando-se internamente por ramo de atividade, envolvendo as principais atividades agropecuárias de cada município.” (HAAS, 1989, p, 77).

A proposta de cooperação que os sindicalistas tinham para os pequenos produtores foi influenciadas pelos ideais e pelas experiências já iniciadas nos assentamentos dos MST, com as quais alguns deles estavam envolvidos. Conforme ARNS (1991), no município de Quilombo, um grupo de pequenos produtores organizou um dos primeiros grupos de cooperação agrícola da região. Foram liderados pelo iniciador do MST no município (sindicalista e posteriormente um dos coordenadores da APACO) que teve sua formação política junto ao grupo de reflexão ligado à Igreja Católica e foi influenciado pelas experiências do MST. A exemplo deste, outros grupos começaram a surgir, esboçando uma organização no mesmo sentido.

”Então, o início da Cooperação Agrícola pode ser contada tendo como elemento introdutor o MST, com forte influência da experiência da Associação de Nova Ronda Alta - RS”. (ARNS, 1991, p. 54).

“Na época, os únicos que discutiam cooperação agrícola eram os assentados. Grupos coletivos, semi-coletivos e associações para os assentamentos, armazéns comunitários e isso me despertou interesse” (depoimento de um líder sindical, citado por ARNS, 1991, p. 53).

Conforme mostramos, os sindicalistas, ao pensarem a cooperação agrícola para pequenos produtores, partiram da proposta de coletivização adotada pelo MST. Cabe agora explicar qual era esta proposta. Segundo D’INCAO (1991), a proposta de

coletivização adotada pelo MST foi, em grande medida, produto da própria esquerda representada pelos intelectuais da reforma agrária encarregados da elaboração da política de assentamentos.

“Assim, desejosos de evitar os riscos de reproduzir os espaços de ‘miséria rural’ criados pelas experiências de assentamentos do governo militar, e tendo de enfrentar, dentro do próprio governo, as forças políticas contra-reformistas, os responsáveis pelas diretrizes da política orientadora das referidas experiências adotaram um discurso produtivista e induziram grande parte desses assentamentos para o que chamavam de produção associada, que, pouco a pouco passou por influência da Igreja e da militância política de esquerda - um capítulo à parte - a ser chamada de ‘produção coletiva’. A lógica desse modelo produzido pelos quadros estatais é evidente: organizados de forma associativa, os trabalhadores assentados teriam condições de incorporar a tecnologia agrícola e a linha de subsídios estatais existentes e, conseqüentemente, de produzir em condições mínimas de competitividade com a grande empresa agrícola dominante”. (D’INCAO, 1991, p. 84 e 85).

As políticas de assentamento do MST tinham como objetivo não apenas a manutenção e otimização das condições de vida dos agricultores em situação precária, mas incluíam a proposta de construção de uma ‘nova sociedade’, baseada em homens novos e num conceito diverso de justiça social. A cooperação seria baseada na socialização da propriedade dos meios de produção e na valorização das formas coletivas de organização da produção e do cotidiano. Para o MST, os grupos que não se propunham a coletivizar totalmente a produção eram inferiores, pois entendia-se que não eram totalmente coletivos por faltar conscientização política. (KLEBA, 1991).

A proposta do MST de estimular a cooperação agrícola para manter os trabalhadores organizados nos assentamentos, conforme VENDRAMINI (1992), exige um investimento de base político-ideológica intensa. A cooperação, como é vista por este Movimento, procura:

”... não apenas a viabilização econômica dos assentados mas a consolidação de uma proposta política. Os objetivos desta proposta são os seguintes: fortalecer a capacidade econômica de resistir e permanecer na terra; criar canais de representação política junto aos interlocutores externos; incentivar novas formas de inter-relacionamento, baseados num ideal de ajuda mútua.(VENDRAMINI, 1992, p. 56).

O MST é um movimento com abrangência reivindicativa, religiosa e política. Faz um trabalho conjunto com outras entidades como o DRC da CUT, OMA, CPT, Movimento dos Integrados, sindicatos e PT. O movimento entende que a sua vinculação ao PT é fundamental, pois considera que um movimento “espontâneo” (sem vínculo político partidário) não consegue garantir a expressão dos interesses populares. VENDRAMINI (1992), defendendo o MST e sua forma de se relacionar com o PT, diz.

“Concordo que esse tipo de organização popular precisa ser avaliada e, se necessário, redimensionada, no sentido de avançar em termos de representatividade dos que a compõem; acreditar porém que um movimento espontâneo, autônomo, sem vínculos políticos irá garantir a expressão dos interesses populares, me parece simplificar a problemática em questão. As práticas dos movimentos populares, como associações de moradores, de mulheres, de negros, entidades ecológicas e outras, não são incompatíveis com práticas políticas mais globalizantes, como a dos partidos políticos por exemplo. Na verdade, os autores comentados assumiram para si o discurso dos movimentos, pois muitas organizações se colocam “acima dos partidos e dos interesses de classe“, embora no jogo político esta pretensa autonomia não exista de fato.(Id, ibid, p. 39).

Em relação à forma de organizar-se do MST, VENDRAMINI (1992) relata que o MST tem uma estrutura bastante centralizada, por isso eficiente, o que torna-se necessário para a manutenção de unidade interna do Movimento.

“Ele tem uma estrutura altamente centralizada, com direção nacional, direções intermediárias e bases. As decisões, no que tange às formas de ação e às próprias ações, são decididas sempre pela alta direção nacional.” (Id, ibid, p.163).

O modelo de grandes cooperativas agrícolas, com as atividades totalmente coletivizadas traz consigo, na concepção do MST, além de uma série de vantagens econômicas, a ideologia contrária à propriedade privada. Esta é vista como um mal, pois mantém a pequena burguesia na agricultura e conseqüentemente as formas individuais de trabalho, com todos os seus vícios. Segundo D’INCAO (1990), é aí que entram os velhos preconceitos da esquerda em relação ao pequeno produtor rural. Este preconceito também é demonstrado e criticado por MARTINS (1989), que sugere a necessidade de, sem cair na ingenuidade de supor que a política tradicional não exista mais no campo, repensar a forma como se define quem é o camponês.

Deles nos lembramos e a eles nos referimos unicamente como vítimas e patrocinadores do atraso. Tanto a direita como a esquerda assim os concebem. A direita por neles ver presumíveis aliados, base social da tradição conservadora e da oposição ao liberalismo e ao racionalismo. A esquerda por neles ver inimigos reais embutidos em aliados ocasionais, porque supostos defensores da propriedade privada, inimigos da socialização da produção”. (MARTINS, 1989, p. 17).

Para a esquerda, o camponês está envolvido numa estrutura conservadora que determina seu modo isolado e artesanal de agir e produzir.

“A estrutura do processo produtivo em que está envolvido o camponês, determina muito de suas atitudes sociais e traços de seu comportamento ideológico no momento em que participa dentro do grupo social. Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à Associação (sindical, cooperativa, etc) não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses quase sempre é muito baixo e sim procede da

incompatibilidade de tipo estrutural que distingue tal atitude da organização de caráter e participação sociais. (MORAIS, 1986, p. 13).

Portanto, para esse autor de importante influência sobre o MST, pois fornece a concepção sobre o entendimento da organização dos agricultores nos assentamentos, a ação viciada do camponês é contrária aos elementos fundamentais da organização empresarial que seria, no entender do MST, a unidade e a disciplina.

“Tais vícios são herdados das formas artesanais de trabalho predominantemente nas sociedades de desenvolvimento econômico incipiente, baseada em pequenas empresas ou empresas de tipo familiar de pouca divisão social do trabalho”.(Id, ibid, p. 27).

“Quando os camponeses resolvem formar um sindicato ou uma cooperativa de múltiplos serviços não tarda que, por circunstâncias políticas ou administrativas, em pouco tempo estas organizações sofram deformações em seu funcionamento. Desaparece o processo produtivo que teoricamente deveria estar socialmente dividido e o Presidente ou alguns dos diretores passa a realizar todas as funções e tarefas que corresponderiam a outros associados”.(Id, ibid, p.13).

Para combater e evitar estes vícios da forma artesanal de produção que são o individualismo, personalismo, espontaneísmo, anarquismo, imobilismo, comodismo, sectarismo ou radicalismo, liquidacionismo, aventureirismo e autosuficiência, o MST cria “mecanismos ou instrumentos” de controle que são principalmente a vigilância, a crítica e a reunião.

Segundo D’INCAO (1991), existe um maniqueísmo, sustentado por esse discurso moralizante a respeito da organização, onde o coletivo é considerado correto/normal e as outras formas erradas/desviantes, não sendo merecedoras de confiança. A partir daí, cria-se um clima tenso dentro do assentamento, onde expressar necessidades individuais ou idéias próprias pode ser considerado ‘individualismo’.

Para D'INCAO (1991), a impossibilidade do diálogo aberto acaba por despertar desconfiança de todo tipo, o que gera, entre os trabalhadores do assentamento relações de exclusão, nas quais fica-se buscando os “bodes expiatórios” dos descaminhos do coletivo e não se avaliam as possibilidades oferecidas pelas condições concretas da situação.

Apesar de o MST priorizar o grupo totalmente coletivo, nos assentamentos é comum a presença de grupos semi-coletivos. Esses grupos coletivizam apenas parte de suas atividades e consideram-se discriminados pelo Movimento. Alguns autores, estudiosos das experiências de coletivização, demonstram que existe uma tensão entre a lógica do grupo doméstico camponês e a lógica da coletivização. Há uma resistência acentuada dos assentados em geral à forma de coletivização total da terra e do trabalho.

CASTELLS & PAULILO (1991) mostram que a coletivização total é a forma defendida pelo MST como a melhor forma das famílias se viabilizarem economicamente. Essa ênfase provoca queixa das famílias que assim não se organizam, pois os grupos coletivos recebem mais atenção das lideranças do MST. Os agricultores, ao relatarem os principais problemas da coletivização total, ressaltam:

- rigidez nas regras; alguns sentem-se como se ainda estivessem trabalhando como empregados;
- perpetuação de alguns líderes, o que agrava ainda mais o sentimento de exclusão nas decisões;
- pouco espaço para os desejos individuais;
- dificuldade de coletivizar, geradas pelas diferenças existentes entre os participantes dos grupos.

CASTELLS (1990) mostra que o estudo do coletivo proposto pelo MST revela a existência de respostas padronizadas, que mostram, por um lado, seu trabalho de doutrinação e, por outro lado, a busca de uma identidade que sustente a mudança.

KLEBA (1991) mostra-nos que, no assentamento que estudou, há uma realidade complexa mantida por formas diversas da coletivização total, que é expressada pelos grupos semi-coletivos e pelos que preferem ficar individualmente no lote, onde nem as ações coercitivas dos líderes do movimento conseguem introduzir modificações.

“...entre a valorização do coletivo e sua imposição, se situa o espaço entre os ideais democráticos e as ações coercitivas, que, no caso destas últimas, nem sempre resultam nos fins esperados. Além disso, pressupostos ideológicos não relativizados, como o liberalismo econômico e o totalitarismo coletivista, tendem a reduzir, com pesados riscos, a complexidade e diversidade do real”.(KLEBA, 1991, p.9).

A valorização do coletivo, ao enfatizar a oposição às ações individuais e sua tendência à diversidade, desvalorizam formas intermediárias de cooperação que tendem a ter maior viabilidade e sucesso, pois levam em consideração o contexto e os valores dos atores envolvidos.

Conforme mostramos, uma parcela do movimento sindical, ao pensar uma forma de luta e de resistência para a pequena produção, traz consigo os elementos da sua vivência até então. Esta forma de luta estava baseada nos ideais da reforma agrária e agrícola gerada pela esquerda da época, que elegia o trabalhador rural como sendo o principal protagonista. No final da década de oitenta, o MST já estava consolidado em Santa Catarina e, até este período não se sabia o que fazer em relação à pequena produção, que, quando olhada, era vista como um entrave que o próprio capitalismo ia

acabar por extinguir, excetuando-se uma minoria delas, que seriam selecionadas pelo complexo agroindustrial local. Essas sofreriam profundas modificações na sua forma de ser, a ponto de perderem toda a autonomia, tornando-se totalmente exploradas e subjugadas.

Através da sua própria atuação, o movimento sindical começa a perceber que havia algo de errado na sua forma de tentar encaminhar as lutas em relação ao pequeno agricultor. A partir de 1988, o movimento sindical já sofria uma crise de representação em relação ao pequeno agricultor e, mediados por uma série de debates que estavam ocorrendo na Região Oeste²⁸, o sindicalismo começou a preocupar-se com a pequena propriedade.

Com forte influência dos ideais e das experiências do MST, os sindicatos passaram a defender a cooperação agrícola como forma de viabilização para a pequena produção. Porém, os princípios defendidos pelo MST não encontraram aceitação tranquila entre os pequenos produtores rurais, principalmente pela forma como este entende o aspecto político-ideológico da cooperação agrícola.

2.4 - O PT - O PARTIDO DOS TRABALHADORES - UMA MEDIAÇÃO IMPLÍCITA NA AGRICULTURA DE GRUPO

O PT acaba sendo um mediador para a agricultura de grupo à medida em que está diretamente vinculado ao movimento sindical, sendo que, na maioria das vezes, os seus representantes e os do movimento sindical são os mesmos. Conforme

²⁸ Estes debates foram propiciados principalmente no Iº ERAA OESTE, cujo objetivo era discutir formas de enfrentamento do modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo país, em especial a situação da pequena produção, já que este é um dos principais elementos da agricultura do Oeste Catarinense.

LHULLIER (1992), o PT nasceu no bojo da luta pela democratização do país e fez do socialismo democrático a sua principal bandeira. Conquistou amplo reconhecimento e apareceu como uma inovação no sistema partidário brasileiro, principalmente nas eleições de 1988, quando conquistou a administração de importantes prefeituras no cenário nacional. A sua valorização pelas formas mais democráticas de participação política é herdada das experiências prévias do novo sindicalismo, que permeia a proposta do partido. Assim, ao ter que administrar concretamente as prefeituras, o maior desafio que se coloca é a construção da democracia no cotidiano, pois não existe receita e o socialismo democrático é uma novidade a ser constantemente inventada.

A identidade do PT, a nível ideológico, não é claramente definida, pois envolve múltiplos atores e um processo político institucional em construção.

...”É muito mais a expressão atual de um processo de construção político-institucional que envolve múltiplos atores e ações numa combinação original que o singulariza, colocando ‘em cheque’ as tentativas de enquadrá-lo nos modelos analíticos estabelecidos a partir do passado do socialismo”.(LHULLIER, 1992, p. 12).

Segundo LHULLIER (1992), o PT nasceu da luta pela democratização e pelos direitos dos trabalhadores no Brasil, desde o seu surgimento foi marcado por uma heterogeneidade constitutiva. Suas origens se confundem com as do novo sindicalismo, que inaugurou uma outra era nas relações entre capital e trabalho na realidade brasileira. Também houve outros setores da sociedade que contribuíram para a sua formação: uma parcela dos movimentos sociais e populares surgidos a partir da década de 70, intelectuais e políticos de oposição empenhados na luta contra a ditadura e pelo

socialismo, lideranças da Igreja Progressista e de algumas organizações políticas de esquerda.

Surge, portanto, com uma proposta de partido democrático, defendendo a autonomia de expressão política dos vários movimentos, grupos e tendências diferenciados e independentes que contribuíram para a sua formação e crescimento.

Não é possível saber de antemão o resultado daquilo que se pretende que seja o socialismo democrático, pois ainda é projeto. Conforme LHULLIER (1992), o PT busca construir novos espaços de atuação política, procurando fugir da visão tradicional que agrupa pessoas em função de seu domicílio eleitoral, buscando construir novas redes de relações.

“Em grande parte, o projeto petista tem se definido por oposição ao que existe, daí ser mais fácil falar do que não é do que sobre o que é exatamente o socialismo democrático que pretende.” (Id, ibid, p. 22).

Exigências concretas no plano organizacional nem sempre são resolvidas de acordo com os princípios ideológicos. Assegurar a manutenção da identidade e a sobrevivência da organização não é uma tarefa fácil. Por isso, o PT está condenado a viver no espaço da contradição.

A adoção de práticas antidemocráticas, moldadas sócio-historicamente, em muitas situações do cotidiano denuncia múltiplos descompassos entre o discurso oficial, radicalmente democrático e o comportamento real, muitas vezes autoritário. Muitas vezes são usados mecanismos de exclusão das contradições, tentando se eliminar as diferenças e os diferentes com atitudes típicas do pensamento autoritário, tornando-se difícil a criação da democracia no cotidiano.

Segundo CARVALHO (1989), em relação à transformação social, o PT parte da premissa de que só no socialismo os problemas da classe dos trabalhadores serão resolvidos, seu posicionamento sobre o PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) foi mediado por esta compreensão, que, no caso, é nitidamente anti-latifundiária.

O Partido, num documento assinado pelo seu presidente, se manifestou em relação ao PNRA dessa forma:

“(a) imensa maioria (dos trabalhadores rurais) não viveram a experiência histórica da propriedade da terra sempre tolhidos pelos latifundiários, o PT apoia a sua aspiração à democratização da propriedade fundiária, expressa na proposta de Reforma Agrária ampla, massiva, imediata e dirigida por eles próprios” (Proposta do PT em relação ao PNRA/1985, citado por CARVALHO, 1989, p. 32).

Apesar das manifestações do PT, em favor da Reforma Agrária, segundo CARVALHO (1989), sua capacidade de direção política nesse sentido foi inexpressiva na constituinte de 1988.

“...não houve uma presença marcante do Poder Legislativo, revelando uma impossibilidade ou incapacidade política de se organizar um sistema parlamentar de apoio, até mesmo supra-partidário, que se fizesse influente nas discussões e decisões sobre a Proposta do Governo. (CARVALHO, 1989, p. 33).

Sem conseguir uma repercussão política que sensibilizasse fortemente os setores urbanos, as diversas manifestações dos trabalhadores rurais não foram capazes de se tornar um amplo movimento de massa, revelando uma incapacidade do PT para transformar seu projeto político em um projeto de sociedade.

CARVALHO (1989) questiona se não haveria alguma explicação para tal situação na própria dinâmica dos movimento social rural, cujas divergências internas

possam ter refletido em sua ação mobilizadora. A Reforma Agrária não pode, para este autor, cair na armadilha de separar a questão agrária da política agrícola, pois, com isso, restringem-se as possibilidades de alianças dos movimentos sociais rurais em luta pela terra. As lutas camponesas devem juntar-se às lutas dos outros trabalhadores rurais, para que se garanta um ponto de unificação. TAVARES (1988) faz reflexão semelhante quando diz:

“Neste sentido, uma proposta pode ser a busca de uma reconceitualização política da Reforma Agrária, capaz de abranger o conjunto das mudanças sociais na agricultura necessárias para garantir a inclusão dos camponeses no sistema político. E aí, sim a Reforma Agrária reconstituiria-se como ponto de unificação”. (TAVARES, 1988, p. 49, grifo do autor).

CAPÍTULO 3 - O SURGIMENTO DO MOVIMENTO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NO OESTE CATARINENSE

Através da atuação destes mediadores (EPAGRI, Igreja, Novo Sindicalismo e PT), os movimentos populares foram se formando no Oeste Catarinense e criando um perfil próprio. Conforme mostramos no capítulo 1, esses movimentos reagem à construção de um modelo de desenvolvimento agrícola que, a cada dia, ameaça a viabilidade da maioria dos pequenos agricultores, sem falar daqueles que já foram excluídos. Para discutir a situação da agricultura no Oeste Catarinense e buscar soluções para a pequena produção, em 1989 realizou-se o ERAA (Encontro Regional de Agricultura Alternativa), que foi fundamental no sentido de articular diferentes entidades regionais, todas preocupadas com a crise da agricultura e seus desdobramentos sociais. O Iº ERAA OESTE teve grande importância para a organização do MCA, pois a partir daí começa a consolidar-se uma proposta para a situação da pequena produção e também ocorre a articulação de uma série de entidades ligadas a ela.

3.1 - O Iº ERAA OESTE - ENCONTRO REGIONAL DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DA REGIÃO OESTE

O Iº ERAA OESTE que aconteceu em Chapecó, em 1989, fez parte de um movimento mais amplo, que a nível nacional tem seu ponto de confluência no EBAA (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa). Mais precisamente, o Iº ERAA OESTE tem sua origem no terceiro EBAA, realizado em abril de 1987, na cidade de Cuiabá (MT), onde decidiu-se pela realização de encontros estaduais de agricultura alternativa.

No ERAA buscava-se refletir formas de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo país. Segundo o seu relatório, o ERAA teve os seguintes objetivos:

- a) - Articular as diversas entidades populares em torno de pontos comuns de luta, de forma a fazer frente ao modelo agrícola e agrário em implantação no país;
- b) - Propiciar um momento de profunda reflexão e discussão dos grandes temas relacionados com a agricultura no Oeste Catarinense;
- c) - Divulgar o Movimento de Agricultura Alternativa, envolvendo ao máximo os segmentos interessados.

Permeando os objetivos gerais, os temas debatidos no encontro foram a relação entre a agricultura alternativa, a crise brasileira (cultural, histórica, social e tecnológica), a realidade agrícola do oeste catarinense.

As entidades promotoras do Encontro foram a AEASC (Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de Santa Catarina) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores). O presidente da AEASC²⁹- núcleo Oeste, na abertura do encontro, salientou a importância da produção familiar na produção de alimentos básicos do

²⁹ O presidente da AEASC era um dos pesquisadores da área de sócio-economia do Centro de Pesquisa da Pequena Produção - CPPP.

Estado de Santa Catarina, sem que esses produtores usufruam do resultado de seu trabalho, o que gera sua crescente pobreza e migração para as cidades, provocadoras de problemas sociais já conhecidos. O presidente da CUT regional fez um relato sobre a discriminação sofrida pela classe trabalhadora, fruto da política econômica e da violência provocada pela burguesia, que vitima os defensores da classe trabalhadora e do meio ambiente. O presidente da CUT defendeu a proposta de que as grandes transformações que desejamos passam necessariamente pela mudança do sistema social e construção do socialismo.

O Encontro contou com a participação de 160 pessoas representantes de 41 entidades regionais³⁰, ligadas as diversas esferas relacionadas à agricultura da região Oeste Catarinense.

As principais propostas aprovadas na plenária final do Encontro³¹ foram:

³⁰ São elas: Sindicato dos trabalhadores rurais de Chapecó, Concórdia, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Pinhalzinho, São Lourenço, Saudades, Quilombo, Palma Sola, Nova Erechim, São Domingos, Campo Erê, Iporã do Oeste, Cunha Porã, Águas de Chapecó, Caxambú do Sul; Sindicato dos bancários de Chapecó; AEASC- Núcleo Oeste e Estadual; CUT-Estadual; CUT Rural; CUT Regional Oeste; ADEMA; CIMI; CPT; MST; OMA; PJ; PO; PS; FEAB; DEC-FUNDESTE; Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina Veterinária; CETS; Grupo de Agricultores de Quilombo; Programa de Educação Rural de São Miguel do Oeste; SINDASPP; Associação dos funcionários da ACARESC; CETS; ATASC.

³¹ Foram aprovadas outras propostas que são: - Que os sindicatos dos trabalhadores encampem a luta dos integrados, promovendo maior discussão sobre esse sistema, identificando suas reivindicações e organizando os integrados de todos os tipos de produção. Envolver nessa discussão representantes dos operários das agroindústrias e assessoria técnica e econômica; - que a CUT promova cursos referente à questão ecológica; - Que a CUT, os sindicatos e os movimentos populares incluam nos seus meios de divulgação materiais referentes à alternativas tecnológicas, visando a preservação do meio ambiente; - que os participantes desse Encontro incentivem a criação de grupos que promovam a discussão sobre a agricultura alternativa; - Os encontros regionais e municipais de agricultura alternativa deverão ocorrer anualmente; - Que os sindicatos dos trabalhadores rurais e os técnicos estudem o projeto de micro-bacias, seus reais interesses, sua viabilidade, entre outros aspectos, para que haja um maior controle dos trabalhadores sobre os mesmos; - que a AEASC discuta sobre a sua filiação à CUT.

a)- Promover o debate nos sindicatos dos trabalhadores rurais e movimentos populares sobre grupos de cooperação agrícola e estimular experiências nesse campo como forma de resistência e estruturação econômica para a luta política;

b)- Garantir a participação da mulher nos grupos de cooperação agrícola e na discussão da nova proposta de sociedade;

c)- Promover, através do DRC, a articulação entre as experiências de cooperação agrícola;

d)- Lutar para que se inclua na legislação agrícola um crédito subsidiado para os pequenos produtores;

e)- Lutar pela manutenção da extensão rural oficial, porém discutindo o seu papel e garantindo a participação dos trabalhadores na mesma;

f) - Articular as entidades representativas dos trabalhadores rurais com a EMPASC, visando à geração de tecnologias apropriadas para a realidade do pequeno produtor.

Buscou-se, nesse Encontro, criar uma força no sentido de viabilizar uma alternativa para a manutenção da pequena propriedade no meio rural. Decidiu-se que a alternativa seria a busca de um espaço diferenciado, garantido pelo avanço de conquistas tanto a nível econômico, como político e tecnológico para o modelo de desenvolvimento agrícola adotado.

A necessidade de promover e estimular os grupos de cooperação agrícola como forma de resistência e estruturação econômica para a luta política aparece como a primeira deliberação do encontro.

...”Na época do primeiro ERAA, já existiam grupos de agricultores. Experiências semi-coletivas como a compra de insumos, produção de suínos, e armazenagem, além das chamadas 'roças coletivas' ocorriam isoladamente em diversos municípios da Região. Percebia-se estas experiências como o embrião de uma nova forma de cooperação, iniciada pelos agricultores na busca de soluções para os seus problemas. Por isso entendeu-se como necessário a realização de um encontro que reunisse estas experiências com os demais agentes dos movimentos populares, para entendê-las melhor e discutir novas formas de impulsionar o seu desenvolvimento” (Entrevista com o coordenador geral do 1º ERAA OESTE).

Esse primeiro encontro deu origem a novas discussões:

3.2 - O 1º SEMINÁRIO OESTE CATARINENSE DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

Alguns meses depois, cumprindo os encaminhamentos do ERAA, organizou-se o Seminário Regional de Grupos de Cooperação Agrícola, cujo objetivo era especificamente discutir a agricultura de grupo e buscar uma forma de organizá-la.

Esse encontro foi chamado de 1º Seminário Oeste Catarinense de Cooperação Agrícola, ocorreu em Chapecó, em 1989, no mesmo ano que o 1º ERAA-OESTE. O tema central do Seminário foi: “A Cooperação Agrícola e o Projeto da Classe Trabalhadora”. Participaram do Seminário os representantes dos grupos de cooperação e os sindicatos.

Em grupo os participantes do seminário debateram os seguintes pontos:

a)- a formação de grupos de cooperação agrícola;

b) - a relação entre a cooperação agrícola e o projeto político da classe trabalhadora;

c) - a relação entre a cooperação agrícola e as cooperativas e a criação da associação regional de grupos.

Em resposta à questão referente à formação de grupos de cooperação agrícola, os participantes definiram a importância de formá-los, pois essa seria uma forma de:

- resistir na terra; uma forma de organizar e planejar a produção;
- facilitar compra e venda para baratear os custos de produção;
- socializar os meios de produção;
- fortalecer os movimentos populares, sindicatos e partido;
- liberar líderes para os movimentos populares;
- promover troca de experiência entre grupos e de buscar a transformação da

sociedade.

Sobre a relação entre a cooperação agrícola e o projeto político da classe trabalhadora, as respostas sobre a cooperação agrícola foram que ela:

- é um instrumento e tática no novo projeto político de sociedade;
- deve engajar-se no partido político para transformar a sociedade e ser um

instrumento de conscientização da classe trabalhadora;

- deve ser uma forma de enfrentamento do capitalismo e da exploração, pois através da unificação dos grupos é mais fácil a tomada de poder.

No que tange à Associação Regional de Grupos, ficou deliberada a sua criação. Foi organizada uma comissão para formular uma proposta de estatuto e organizar a assembléia de fundação da Associação. Assim sendo, após dois meses, foi criada a APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense).

Paralelo ao processo de criação da APACO, foi contratado um agrônomo e um técnico agrícola pelo SAI (Sistema de Assessoria e Informação)³², para a realização de um projeto³³ de desenvolvimento agrícola alternativo, que na prática visava angariar recursos para a viabilização dos grupos de cooperação através da APACO. Este depoimento de um assessor da APACO é ilustrativo.

“A partir de experiência de grupos que surgiram espontaneamente, do aprofundamento da crise da pequena propriedade e da própria crise do movimento sindical, os sindicatos passaram a discutir seriamente a questão da cooperação e sistematizá-la em torno de um projeto. Com essa discussão surgiram novos grupos e se elaborou um projeto, o qual foi enviado à Misereor para busca de recursos. No decorrer de 1989 se definiu uma comissão provisória que discutiu um ante-projeto de estatuto para a APACO, em seguida se realizou a assembléia de fundação da APACO com a aprovação dos estatutos e eleição da direção”. (Depoimento de um assessor da APACO).

3.3 - O NASCIMENTO DE UM MOVIMENTO SOCIAL

Segundo SCHERER-WARREN (1993), no Brasil as noções de movimento popular ou social passaram a ser comumente utilizadas para denominar as ações coletivas desenvolvidas por organizações populares localizadas e específicas, com alcance limitado de ação política. Na segunda metade da década de 80, muitas dessas organizações se reorientavam e passaram a participar de redes mais amplas de pressão e

³² Organização não governamental vinculada aos sindicatos rurais.

³³ Este projeto foi subsidiado financeiramente pela MISEREOR, entidade religiosa alemã não governamental. Continha um diagnóstico da situação da pequena propriedade e sua preocupação fundamental era tornar a agricultura de grupo viável. Foi enviado à Alemanha, tendo sido assinado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, pelo SAI, pelo técnico e pelo bispo da Diocese de Chapecó. O projeto foi aprovado e os recursos conseguidos servem para subsidiar as ações dos grupos de cooperação agrícola.

resistência, criando, para isso, articulações entre movimentos. No sentido dado por TOURAINE (1989)

...“temos um movimento social quando se tratar de ‘um conflito social que opõe formas sociais contrárias de utilização dos recursos e dos valores culturais, sejam estes da ordem do conhecimento, da economia ou da ética’”. (citado por SCHERER-WARREN, 1993, p. 116).

“Portanto, (TOURAINE, 1989) refere-se aqui a ações coletivas que vão além da defesa de interesses particulares e que buscam intervir na formação das políticas gerais de organização ou de transformação da vida social”. (Id, ibid.).

Ainda segundo SCHERER-WARREN (1993), dentro desta mesma perspectiva de análise, tem-se a contribuição de MELUCCI (1989) que é bastante adequada para definição desses movimentos sociais. Ele define:

“...movimento social como uma forma de ação coletiva: a) baseada na solidariedade, b) desenvolvendo um conflito, c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”, (Citado por SCHERER-WARREN, 1993, p. 116).

“...Além disso quando refere-se a fenômenos sociais mais recentes, (MELUCCI) prefere falar de redes de movimento ou de áreas de movimento, nas quais inclui não apenas as “‘organizações ‘formais’, mas também a rede de relações ‘informais’ que conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla””. (Id, ibid).

Pode-se sugerir, ainda que de forma hipotética, que as redes de movimento que vêm se formando no Brasil, conforme SCHERER-WARREN (1993), apresentam algumas características em comum, que são: em primeiro lugar a transnacionalidade, caracterizada pela troca com entidades internacionais, demarcada pela própria troca de experiências, ideais e sustentação financeira; em segundo, a busca de articulação entre

atores e movimentos sociais e culturais que ocorrem de forma diversificada e por razões múltiplas, visando enfrentar questões regionais e, a partir desta articulação, constituir uma força de pressão mais ampla, na qual as relações entre os mediadores ocorrem de maneira formal e informal; em terceiro, o pluralismo organizacional e ideológico presente tanto no fato dos mesmos atores sociais participarem de várias organizações ou redes, quanto no de uma mesma organização incorporar ações e atores com concepções ideológicas ou simpatia partidária diferenciadas e em quarto, a atuação nos campos cultural e político em busca da formação de novos valores, ocorrendo a tematização em relação ao binômio Liberdade (e democracia) e Sobrevivência (direito a uma vida digna e ecologicamente saudável).

Essas redes se caracterizam como fontes de pressão sobre o sistema institucional e os padrões dominantes. Elas buscam uma prática mais democrática e mais tolerante frente à diversidade social e, mediante a crise das utopias totalizadoras, podem se constituir, através de seus processos articulatórios, em espaço de construção de novas utopias e novos modos de vida.

SCHERER-WARREN(1993) mostra que não há um acordo a respeito da definição do que seja um movimento social. Mesmo ciente de que são várias as possibilidades de análise e de definição, optamos pelo conceito lançado por ela no livro intitulado “Movimentos Sociais”.

“Definirei, assim, Movimentos Sociais como uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção)”. (SCHERER-WARREN, 1989, p. 20).

Levando em consideração a realidade que envolveu o surgimento da agricultura de grupo e a forma como ela foi sendo entendida e organizada por seus atores e mediadores, defendemos a idéia de que a agricultura de grupo se tornou, como os próprios atores assim já a definem, um movimento social no sentido dado pelos conceitos acima expostos. Nela estão presentes os elementos constitutivos apontados por SCHERER-WARREN: ação agrupal, proposta de transformação, projeto comum e organização diretiva.

Explicando melhor, todas as atividades registradas neste capítulo são reveladoras destas características. O Movimento de Cooperação Agrícola é movido por uma práxis, cuja ação pretende a transformação do sistema social e político dominante. Seu projeto visa buscar formas de resistência e viabilização para a pequena produção, criando a cooperação agrícola como alternativa e organizando-se para isso através da ação de inúmeros mediadores, onde cada um, com suas características e a seu modo, constrói o movimento. Alguns depoimentos são ilustrativos.

"a Cooperação Agrícola ou Agricultura de Grupo é entendida como um instrumento poderoso que vai no sentido de buscar objetivos econômicos e políticos, desde aumentar o poder de negociação dos pequenos agricultores, como também de facilitar a articulação destes entre si e com os outros setores da sociedade". (Depoimento do presidente do CEPAGRO citado por Boletim do CEPAGRO outubro/90, nº 1).

"É uma proposta, uma alternativa para os agricultores continuarem no campo. Se existir com força pode salvar a vida de muitos agricultores. Não se tem claro a política do governo, não se sabe o que vai acontecer, não se tem assistência técnica. Nem a APACO vai conseguir fazer algo se não houver assistência técnica. É preciso se organizar em forma de grupos e com tecnologia." (Depoimento de um coordenador da APACO).

“Não concordamos que a pequena produção familiar é inviável economicamente. O fato destas unidades de produção serem pequenas, não impede necessariamente que elas absorvam o progresso tecnológico e se capitalizem, mas para isso é necessário que se invista em uma nova proposta de desenvolvimento agrícola que tenha como base a pequena produção familiar, não apenas como uma questão social e de ocupação demográfica das áreas marginais, mas como uma questão econômica fundamental para o desenvolvimento alternativo da região.”(HAAS, 1989, p. 52).

Esse Movimento acredita na possibilidade de construir-se um projeto de desenvolvimento regional alternativo, em que se criariam as condições econômicas, políticas e tecnológicas para a resistência da pequena produção. Busca-se, para isso, fazer intercâmbios com outras entidades, a nível nacional e internacional formando redes articulatórias, cujo objetivo é ganhar forças.

“É interessante ficar claro que o projeto que apresentamos não se resume em mostrar para a região um modelo tecnológico alternativo, mas sim valer-se das tecnologias alternativas como uma parte integrante de um projeto de desenvolvimento alternativo das comunidades rurais da região.”(Id, ibid, p.48).

“Para assessoria e troca de experiência em tecnologia alternativa é fundamental que haja uma proximidade com o Projeto TA-FASE. Especificamente, para o caso do Oeste Catarinense, com experiências da ASSESSOAR - Francisco Beltrão/PR, CETAP - Ronda Alta/RS, VIANEI - Lages/SC, DESER - Curitiba/PR e Fundação Rureco/PR, que deverão ser sistematicamente estudadas e acompanhadas. Juntamente com estas experiências autênticas dos pequenos agricultores pretende-se buscar uma alternativa substancial a médio e longo prazo para o setor rural em toda a região.”(Id, ibid).

Conforme mostramos ao longo deste capítulo, a agricultura de grupo nasce da força oriunda da confluência de várias entidades progressistas da região Oeste Catarinense. Estas, num determinado momento, criam a APACO para representar mais

especificamente esse Movimento. Também foi criada outra entidade, chamada CEPAGRO (CENTRO DE ESTUDO E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO)³⁴, em 20 de abril de 1990, cujo objetivo é estudar e promover a agricultura de grupo em Santa Catarina e tem por finalidade recuperar as iniciativas de compra, produção e venda em comum entre os pequenos agricultores (CEPAGRO, folheto informativo, 1990).

3.4 - A APACO - ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE

A APACO foi criada em novembro de 1989 e sua sede está localizada em Chapecó. Participaram, como sócios fundadores, 28 grupos de cooperação agrícola. Na assembléia de sua fundação, estavam presentes os representantes dos grupos fundadores, os sindicatos rurais da região e a equipe de assessoria técnica.

A APACO é constituída pelos grupos de cooperação agrícola associados, por uma coordenação que é composta pelo coordenador geral, pelo secretário geral e pelo coordenador de finanças e seus respectivos suplentes e por um conselho fiscal constituído por 3 membros e seus respectivos suplentes. Tem como assessoria uma equipe técnica constituída por um agrônomo, um técnico agrícola e um coordenador

³⁴ As principais atividades que o CEPAGRO realiza são: a)- Elaboração de estudos e projetos em diversas áreas, entre as quais: produção, transformação e comercialização de produtos agrícolas em grupo; formação de jovens filhos de agricultores por alternância (casa familiar rural); turismo rural em pequenas propriedades; administração de sociedades de pequenos produtores para a cooperação agrícola; b)- Organização e animação de jornada de debates de temas importantes para os pequenos agricultores; c) - Intercâmbio com organização técnica internacional voltada aos pequenos agricultores (Boletim Informativo do CEPAGRO, 1990) .

(que é pago pela Associação para realizar formação política dos grupos) e conta com a ajuda de oito centrais municipais de apoio, espalhadas pelos municípios, envolvendo, cada uma, em torno de 3 coordenadores.

As atividades da APACO são regidas por um estatuto, que foi organizado pela própria Associação. Ele define as competências e as regras. O papel atribuído à coordenação da associação não é deliberativo, esse poder cabe única e exclusivamente à assembléia geral dos associados. *“A assembléia geral dos associados é o órgão máximo da associação para deliberar em todos os assuntos” (conforme estatuto).* À coordenação da Associação compete elaborar propostas de trabalho, orçamentos, prestações de contas e encaminhar as deliberações da assembléia.

O direito a associar-se cabe aos grupos de cooperação agrícola, a eles igualmente cabe o direito e o dever de votar e serem votados. De início, os sindicalistas também podiam participar como candidatos à coordenação da APACO, independente de participarem dos grupos de cooperação agrícola. Porém, na terceira assembléia da associação, realizada em 05/12/90, foi decidida a mudança desse artigo do estatuto. Os sindicalistas que não participassem de grupos de cooperação agrícola não poderiam mais se candidatar a chapas pela Associação.

Os recursos financeiros através dos quais a APACO subsidia os projetos realizados para os grupos de cooperação provêm de diversas fontes, desde entidades não governamentais internacionais até entidades governamentais nacionais. Enfim, não há uma regra e os recursos são angariados onde for possível, desde que não signifique o atrelamento da associação ao órgão financiador.

Das atividades realizadas pela APACO, uma das mais importantes são os encontros³⁵ organizados para debater, formar e organizar os grupos de cooperação agrícola, a comercialização coletiva³⁶ e a elaboração de projetos na área da produção³⁷ e da armazenagem.

Em 1990 a APACO contava com 51 grupos de cooperação agrícola filiados, envolvendo 712 famílias, espalhadas em 11 municípios da região Oeste Catarinense. Eles se localizavam na área da seguinte forma:

Município de Quilombo: 15 grupos semi-coletivos e uma associação municipal de grupos;

Município de Caxambu do Sul: 8 grupos semi-coletivos e uma associação municipal de grupos;

Município de Saudades: 6 grupos semi-coletivos e uma associação municipal de grupos;

Município de Coronel Freitas: 6 grupos e uma associação municipal de grupos;

Município de Chapecó: 5 grupos e uma associação municipal de grupos;

Município de Campo Erê: 3 grupos e uma associação municipal de grupos;

Município de Pinhalzinho: 3 grupos e uma associação municipal de grupos;

Município de Modelo: 2 grupos e uma associação municipal de grupos;

³⁵ Durante o primeiro ano de sua existência, a APACO havia realizado 66 seminários nas comunidades, 10 seminários municipais e 02 seminários regionais, 02 assembleias regionais, 10 assembleias municipais e também reuniões nos grupos em formação para dar assessoria.

³⁶ Como exemplo das ações, foi realizada uma compra coletiva de 252 toneladas de adubo, diretamente da fábrica com uma vantagem de 19% em relação ao comércio local. Esta foi a maior compra, outras compras e vendas coletivas também foram realizadas.

Município de São Lourenço do Oeste, São Domingos, São José dos Cedros:
cada um com um grupo.

A APACO, segundo os seus estatutos, tem como objetivo³⁸ ser uma entidade assessora dos grupos de cooperação agrícola. Essa assessoria aconteceria no plano econômico e político. No plano econômico, realizaria projetos na área da produção, da comercialização, da armazenagem, etc. No campo político, ela teria que lutar pelos objetivos considerados como históricos dos trabalhadores.

Os coordenadores da APACO assim a definem:

“É uma organização de pequenos agricultores com objetivo de trabalhar a produção, a industrialização de seus produtos, armazenagem e comercialização de forma coletiva, articulando isso a um projeto de desenvolvimento regional e um projeto estratégico de transformação social, ou seja, o objetivo é buscar coletivamente alternativas econômicas, porém articulando-se com um projeto político de sociedade mais amplo: o socialismo”.(Depoimento de um coordenador da APACO).

“É uma instituição que surgiu através da interpretação da realidade. Sentiu-se a necessidade de criar uma associação, para congregar os grupos que já estavam surgindo e para mudar as perspectivas dos movimentos. Ela tem uma característica diferente pois fornece assessoria técnica e científica e tem uma proposta auto gestonária em relação aos grupos, embora existam conflitos neste sentido”.(Idem).

³⁷ Na área da produção elaborou-se o projeto de implementação da 1ª Leitaria Comunitária, no Estado de Santa Catarina, no município de Quilombo, com 30 vacas de raça holandesa e as instalações.

³⁸ Segundo os estatutos os objetivo da APACO são:

a) Ser um fórum de discussão política dos problemas relacionados com a pequena produção familiar e com grupos de pequenos agricultores associados; b) Prestar assessoria técnica, política e administrativa aos grupos de pequenos agricultores associados; c) Coordenar as atividades de comercialização conjunta dos grupos de pequenos agricultores associados; d) Buscar alternativas de organização e planejamento da produção agropecuária, tendo como base a pequena produção familiar; e) Lutar pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores; f) Ser um instrumento nas mãos dos pequenos agricultores para a construção de um novo projeto político de sociedade; g) Contribuir para a estruturação econômica dos pequenos agricultores associados com o objetivo de viabilizar a sua organização; h) Contribuir com a formação político-ideológica, técnico-administrativa e cultural dos pequenos agricultores.

“A APACO surgiu porque os sindicatos caíram no vazio, pois não levavam em conta a técnica. Seu método ficou sem forças e a APACO surgiu para centralizar e organizar os grupos que estavam espalhados.”(Idem).

No âmbito econômico, não havia dúvida sobre qual seria o papel da APACO. No âmbito político, os objetivos davam margem a interpretações diferenciadas, o que modificava concretamente a definição de qual seria o seu papel, sua forma de se relacionar com o movimento de cooperação agrícola e com as outras entidades que também eram mediadoras de tal processo. Havia duas tendências dentro da APACO, que de certa forma também atingia o Movimento de Cooperação Agrícola como um todo. As diferenças entre estas tendências eram oriundas de formas diferentes de entender o processo político e a organização do Movimento de Cooperação Agrícola. A primeira tendência, constituída por alguns coordenadores da APACO que eram concomitantemente sindicalistas, diretores da CUT e do PT, entendiam o político como atuação partidária. Segundo sua compreensão, o papel político da associação deveria ser o de um canal para a atuação do movimento sindical e do Partido. A essa tendência chamarei de ‘*Partidista*’.

A segunda tendência, que chamarei de ‘*Movimentista*’, era representada pela equipe técnica e alguns coordenadores da Associação. Eles entendiam o político de uma forma ampla e, nesse sentido, o político partidário seria apenas uma forma de expressão do político. A Associação, no entender da tendência *Movimentista*, não deveria atrelar-se a partidos, mesmo que fossem pautados pelos mesmos ideais, devendo manter sua autonomia em relação àqueles. As decisões da Associação deveriam ser votadas apenas

por seus sócios, os grupos filiados, o que não impossibilitaria o debate e a articulação entre os sindicatos, PT e CUT.

A tendência *Movimentista* acreditava na autonomia do MCA, pois entendia que ele, tendo a APACO como um instrumento de auxílio, poderia criar as alternativas para resolver seus problemas.

“Não cabe à coordenação da APACO, das CEMAS, ou CGAs determinar o que os grupos irão fazer, mas apenas acompanhar, discutir conjuntamente e encaminhar as deliberações tomadas pelos agricultores; sempre orientando a sua intervenção de forma a garantir a participação de todos nas decisões e construir as diversas instâncias da APACO como um espaço democrático.(...) Neste sentido a não burocratização da Associação tem sentido importante, uma vez que os CGAs ou CEMAS não ficam esperando soluções externas, mas partem eles mesmos em busca de alternativas que possam resolver seus problemas”. (HAAS, 1990, p.4).

Os representantes da tendência *Partidista*, em relação à questão do relacionamento entre o MCA e o partido tinham uma proposta vanguardista, achavam que este deveria dar as diretrizes políticas para o Movimento de Cooperação Agrícola e para a Associação.

“Acho que o Partido, o PT deve ser o fórum máximo da sociedade e que precisa ser discutido nele o que a APACO vai ser. Acho que é necessário discutir com outras instâncias, com a CUT, CPT e MST. Pois (o PT) tem interesse de hegemonia.” (Depoimento do coordenador geral da APACO)

Os *Partidistas* entendiam que a verdadeira organização ou a conscientização não surgia espontaneamente das massas. Ela deveria ser garantida pela atuação de dirigentes mais esclarecidos que dariam as diretrizes do MCA e não acreditavam no desejo de mudança do pequeno produtor, principalmente porque o consideravam ...

“muito atrasado na questão cultural e na tecnologia ele é muito discrente” (depoimento de um representante da tendência *Partidista*). Devido ao fato de reduzir a esfera do político à atuação partidária, achavam que, se o movimento não fosse por eles dirigido, não seria verdadeiramente revolucionário. A cooperação agrícola para os *Partidistas* era uma das formas para se atingir a transformação social e chegar ao socialismo, pois acreditavam que o partido proletário iria tomar o poder através da conquista hegemônica da sociedade, o que se daria através de sua atuação, formando e dirigindo os movimentos populares.

A tendência *Movimentista* considerava que o movimento de cooperação agrícola era um movimento regional, que buscava alternativas para a pequena produção familiar, portanto era um movimento social e como tal não deveria ser vinculado diretamente a nenhum partido político especificamente. Os *Movimentistas* tinham uma visão pluralista e articulista do processo político, achavam que todas as entidades deveriam participar, desde que cada uma mantivesse seu papel específico, sem uma interferir na autonomia da outra. Para que o MCA se tornasse efetivo, eles consideravam que deveria

“Através das experiências das compras, das alternativas na produção, o agricultor vai aprendendo a se organizar e vai criando a sua opção política. Se colocar a política partidária como primeira, se ele identificar que a APACO é do PT, ele pode fugir. Não se pode aparelhar partidariamente a APACO, ela deve ser o fórum de articulação de um projeto. Este para ser viabilizado precisa se articular com várias entidades, sejam elas governamentais ou não, nacionais ou internacionais. A APACO deve ser a representante de uma idéia, esta seria a de traçar estratégias para a construção de uma agricultura alternativa, de um desenvolvimento regional auto-sustentado e não a viabilização de uma estratégia sindical para viabilizar um partido político”. (Depoimento do engenheiro agrônomo da APACO, em 1991).

No dia-a-dia da Associação o conflito foi se acirrando, o que levou a um impasse. Na terceira assembléia realizada pela Associação, a questão da autonomia da APACO foi discutida e votada. A tendência *Movimentista* ganhou na votação por 22 contra 8 votos da *Partidista*. A partir daí, os sindicalistas perderam o direito de serem votados e de votar, enquanto representantes dos sindicatos, nas assembléias da Associação.

“Houve modificações no funcionamento da APACO, embora o objetivo geral continue o mesmo. Houve divergências e os dirigentes sindicais e da CUT não têm mais direito a voto. Eles devem dar apoio e não a direção ao movimento. Hoje se discute que os agricultores têm condição de dar direção ao MCA. Os grupos vão definir o futuro do movimento, por que eles querem dar direção? Eles não fogem da ditadura, eles acham que são as direções que devem dar administração. Eles têm medo de perder o seu poder, não querem mais voltar a ser colonos, querem garantir o emprego e continuar na direção”... (Agricultor, coordenador da APACO).

A deliberação da terceira assembléia da Associação não encerrou o conflito a respeito da autonomia do MCA. Aliás, serviu para acirrará-lo ainda mais. Os representantes da proposta *Partidista* não aceitaram estas decisões, pois sentiam-se perdendo o seu espaço de consciência constitutiva no Movimento.

“Se continuar no mesmo caminho, ela (A APACO) vai ser a única alternativa. Ela acabará administrando até os sindicatos. Os sindicatos estão em crise. Os únicos agricultores que sobreviverão serão os cooperados, ainda que capenga, a não ser que mude a política agrícola”. (Agricultor, coordenador da APACO).

Os *Partidistas* eram acusados de autoritários e de dirigistas pelos representantes da tendência *Movimentista* que, por sua vez, não poupavam críticas em relação à forma de atuação dos primeiros no movimento sindical.

“Existe o grupo da CUT regional, que não quer perder o poder, em suma, eles querem defender o método de trabalho que eles utilizaram até agora. O método do dirigismo político, contra o outro projeto que a APACO tem. O fato de os agricultores darem opinião é ruim para eles, que é de definir nas cúpulas. Essa é a visão que eles tem dos movimentos populares”. (Agricultor, coordenador da APACO).

A maioria dos coordenadores, tanto da APACO, como das CEMAS são ou já foram sindicalistas e estão participando. A CUT deve participar, aliás ela participa sempre, desde a organização dos encontros que geraram a APACO, nas assembleias ela também participa. A minha proposta não é excluir a participação, a troca de experiência ou de idéias. Se aparelhar vai confundir os papéis, o papel da política partidária não é o mesmo que o papel de um movimento social. Pode haver ideais em comum, só que cada instituição deve manter a sua especificidade, cada um deve manter o seu papel. Os atuais representantes da esquerda aqui do Oeste não têm claro esta questão. O pequeno agricultor não é um Sem-Terra, ele até já está sentindo que poderá cair fora do processo, mas ele não tem as mesmas condições”. (Depoimento de engenheiro agrônomo da APACO, em 1991).

O conflito entre as duas tendências implicava em desgaste nas atividades cotidianas da associação e gerava polêmica dentro do Movimento. Os agricultores percebiam a disputa que se travava no seio da Associação. Havia um clima de desconfiança entre representantes das duas tendências. Na atuação junto às bases este clima institucional aparecia, mediante uma disputa, onde a tática mais usada era a do liquidacionismo³⁹. Em meados de 1991, o coordenador geral da APACO conseguiu o apoio da maioria dos coordenadores da Associação e demitiu o engenheiro agrônomo da equipe técnica, principal representante da tendência *Movimentista*. A decisão foi tomada por eles, sem a autorização prévia da assembleia, fórum máximo de decisão da associação. Esta atitude, considerada anti-democrática, gerou revolta nos representantes

da tendência movimentista, o que os levou a se retirarem da APACO, conjuntamente com outros membros da equipe técnica que pediram demissão.

SCHERER-WARREN (1993) mostra o quanto os NMS (Novos Movimentos Sociais) apontam um projeto alternativo em construção, resultante da ruptura que esses grupos tentam estabelecer diante de várias crises da sociedade contemporânea no que diz respeito aos seus modelos econômicos, estatais e culturais. Estes movimentos têm um potencial transformador muito grande pois buscam a criação de um novo modelo cultural, de um novo sujeito social, o qual define um espaço novo para a cidadania. Ocorre a transformação de necessidades e carências em direitos. A construção deste novo modelo cultural caracteriza-se, ainda, pela tentativa de democratização das práticas internas ao grupo e da consequente ampliação da participação popular.

Todavia este tipo de prática não está insenta de contradições internas, principalmente nos movimentos que contam com a influência de mediadores externos, que, por vezes, são portadores de atitudes vanguardistas do passado, sentindo-se como “donos do movimento”. O papel do mediador é sem dúvida de grande relevância para a organização e articulação do grupo, porém sua postura autoritária poderá contribuir para o fechamento do movimento em torno de si mesmo, acentuando-se ainda mais a tendência à fragmentação.

A autonomia é um ponto não resolvido na dinâmica dos movimentos sociais. O atrelamento direto geraria formas autoritárias do fazer político, caindo em práticas clientelísticas, centralizadoras e eleitoreiras.

³⁹ Conceito usado por MORAIS (1986) que no caso serve para explicar tal situação. Liquidacionismo é um vício da forma artesanal de trabalho que consiste no uso da crítica

A relação entre grande parte dos NMS com os partidos políticos geralmente é problemática. Há as influências de certas lideranças de esquerda, que em seu conjunto mesclam velhos com novos modos de fazer política, gerando geralmente tensões no seio dos movimentos sociais.

A formação de um novo fazer político encontra um paradoxo a ser superado pelos membros destes movimentos sociais: o apego ao passado paternalista e autoritário diante do desejo de emancipação e autonomia.

indiscriminada e constante, onde se desqualifica a atitude do outro em função do benefício próprio.

PARTE II - O PROJETO CAMPONÊS E O MOVIMENTO DE
COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

“P – E do futuro próximo, o que vocês esperam enquanto agricultores?”

R – Safras boas, que a família tenha sempre saúde, que continue essa união do grupo e que cresça sempre mais.

P – Como é que vocês imaginam o grupo daqui a uns 3 anos?”

R- Que cresça sempre mais, a gente não tem planos só em fazer aviários, nós queria ver se a gente constrói açudes em grupo, a gente tem lugar muito bom para isso.” (Agricultora, grupo do Aviário).

“P – O que o senhor acha que tem que ser organizado, assim a curto prazo, na agricultura?”

R – Que o governo voltasse a olhar para a agricultura. Que criasse um custeio, um financiamento, um juro subsidiado, a longo prazo. Melhorar o preço dos produtos. Que o sindicato de cada município que se organizasse, elaborasse uma proposta pra agricultura. Talvez não saia por parte do agricultor. A curto prazo, não podemos esperar nada, acho. Acho que tudo depende de nossa organização. Cair do céu prontinho, não vai acontecer”. (Agricultor, grupo do Grêmio Serraria e liderança do MCA).

CAPÍTULO 4 - O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL⁴⁰

4.1 - LOCALIZAÇÃO

Segundo MINETTO (1986), Caxambu⁴¹, como era chamado a princípio, foi criado como distrito em 25 de abril de 1919, pertencendo ao município de Chapecó⁴². Em 1962, tornou-se município e seu nome passou a ser ‘Caxambu do Sul’.

O Município está localizado na Microrregião Colonial Oeste, contida na Região Oeste Catarinense e possui uma área de 263 km². Quanto à hidrografia, o município é banhado pela bacia do Rio Uruguai, sendo este seu principal curso de água que apresenta, como principais afluentes, os rios Bonito e Lambedor.

O município tem como limites territoriais: ao norte o município de Planalto Alegre; ao sul, o estado do Rio Grande do Sul; ao leste, o município de Chapecó; e a oeste, o município de Águas de Chapecó.

⁴⁰ Os dados desse capítulo são resumidos do PIDSE - CAXAMBU DO SUL (1990).

⁴¹ Segundo MINETTO (1986), Caxambu vem do vernáculo indígena Caa (mato) xa (ver) e umbú (riacho) então Caxambú é igual a “mato que vê riacho”. Quem batizou o local com uma cruz de água benta no chão foi o colonizador Joaquim Elias de Castro, que tivera no Rio Grande do Sul uma fazenda chamada Fazenda Caxambú. Fugiu de lá porque foi saqueada pelos revolucionários federalistas e veio para Caxambú do Sul.

⁴² Segundo Campos (1987), no início deste século toda a Região Colonial Oeste Catarinense pertencia aos Campos de Palmas, Chapecó foi o primeiro município criado nesta região, fato ocorrido em 1917.

MAPA II - MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

O relevo é constituído, segundo técnicos do PIDSE, ⁴³ de um planalto de superfícies planas, onduladas e montanhosas, fortemente dissecadas, de formação basáltica, cujo solo possui média e baixa fertilidade, atividade de argila normalmente média ou alta, solo com pequena espessura e presença de pedras, calhaus e matações na superfície, o que significam na verdade, restrições no manejo da terra.

O clima do município de Caxambu do Sul classifica-se como mesotérmico úmido, sem estação seca, com verões quentes, apresentando uma temperatura média anual de 18,8 °C.

4.2 - POPULAÇÃO E COLONIZAÇÃO

O Município de Caxambu do Sul é eminentemente rural, 74% de sua população, que em 1989 era 9.349 habitantes, dependia diretamente da agricultura para sobreviver. Dos 2.947 trabalhadores estimados a nível da população economicamente ativa - PA, 65% estão envolvidos com atividades agropecuárias.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM CAXAMBU DO SUL

Ano População	1970		1980		1989(**)		TMGCA(*)	
		%		%		%	70/80	80/89
Urbana	916	10,67	1.779	19,74	2.481	26,86	6,86	3,73
Rural	7.668	89,33	7.231	80,26	6.913	73,59	-0,59	-0,49
Total	8.584	100,00	9.010	100,00	9.349	100,00	0,48	0,46

(*) TMGCA = Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual

(**) Estimativa SEPLAN/SC 1989.

⁴³ Em 12/12/91, o Distrito de Planalto Alegre emancipou-se do município de Caxambu do Sul formando um novo município, conforme mostra o mapa. Os dados deste capítulo são referentes a Caxambu do Sul incluindo ainda Planalto Alegre como distrito.

FONTE: PIDSE, 1990. pg. 12 baseado na Fundação IBGE, Censo Demográfico de SC, 1970 e 1980.

Devido a uma série de fatores, não foram criadas alternativas de emprego para toda a população do município. É justamente o setor primário que têm gerado maior excedente populacional nos municípios do interior. Como podemos verificar, ocorre uma tendência à evasão da população rural para os espaços urbanos, sendo que, de 1970 a 1989, esta decresceu em 755 pessoas. Esta evasão é determinada, sobretudo, pelo incremento das atividades industriais e comerciais dos centros mais desenvolvidos, pela falta de estímulo ao setor agrícola e pela urbanização do próprio município, caracterizando-se por dois fluxos migratórios distintos: no primeiro encontram-se pessoas, deslocando-se para o Mato Grosso do Sul e Mato Grosso em busca de novas terras e, no segundo, na maioria jovens, deslocando-se para centros maiores em busca de empregos.

Uma vez que as cidades pólos, na região, esgotaram sua capacidade de absorção do excedente populacional, é preocupante o destino dos jovens. Dados estimativos apontam que cerca de 367 jovens estariam à disposição do mercado de trabalho no município nos próximos anos, sendo necessário, a partir de 1987, a geração de, no mínimo, 183 novos empregos por ano, o que o município não tem conseguido fazer. (PIDSE, 1990:13).

Os primeiros habitantes, conforme MINETTO (1986), na maioria descendentes de italianos, vieram do Rio Grande do Sul, principalmente dos municípios de Guaporé, Antônio Prado, Marechal Borman, Garibaldi, Cotegipe, Erexim, Gravataí, Nonoái, refugiando-se da Revolução Federalista, em 1893. Procuraram as margens dos rios, instalando-se nas localidades do município que são hoje a Linha Loureiro, Linha Lambedor, Linha Humaitá, Linha Barra Bonita, Linha Laranjeiras, onde construíram residência e permaneceram.

No início, os colonizadores dedicavam-se principalmente à cultura da cana, que era transformada em rapadura, açúcar mascavo, cachaça e melado. Esses produtos eram levados em cargueiros para Nonoaí, município do Rio Grande do Sul, onde eram trocados por sal, erva-mate, sabão, café, tecidos, etc. Além do cultivo da cana, havia pequenas lavouras de sobrevivência com o cultivo de milho, feijão, arroz, mandioca, batata e legumes e também criavam-se porcos, galinhas e bois. Assim, a agricultura e a pecuária são as atividades básicas. Caxambu do Sul também vendia madeira, principalmente o pinheiro, que era levado de balsa nas cheias do rio Uruguai para a Argentina.

4.3 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA, UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Quanto à estrutura fundiária, verificamos o predomínio de propriedades com área de até 50 ha. Dos 1.357 estabelecimentos rurais, 97% são caracterizados como minifúndios e ocupam, aproximadamente, 88% do total das terras agrícolas do município. Se considerarmos a área em termos médios, que é de 14 ha por propriedade, constatamos que as famílias do município estão explorando a terra utilizando-se de técnicas não recomendadas pelos atuais padrões de desenvolvimento agrícola. A distribuição das terras representa um obstáculo aos agricultores, juntamente com o aumento do preço dos insumos que é maior do que o preço dos produtos agrícolas dificultando, assim, a tecnificação das atividades. Esta poderia aumentar a capacidade produtiva das atividades, elevando a renda das famílias.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES QUANTO À ÁREA EM CAXAMBU DO SUL.

Grupos de área	Número de Estabelecimentos			Área Total (ha)		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985

Até 20 ha	667	911	1.026	6.146	8.434	9.406
20- 50 ha	323	308	297	9.684	8.861	8.646
50- 100 ha	41	43	30	2.728	2.754	1.890
100-500 ha	06	04	04	834	681	610
500ha ou +	--	--	--	--	--	--
Total	1.037	1.266	1.357	19.392	20.730	20.552

FONTE: Tabela do PIDSE, 1990, pg. 14. Baseado na Fundação IBGE, Censo Agropecuário de SC 1970 e 1980 e Sinopse Preliminar 1985 .

No município de Caxambu do Sul a liderança é do setor primário, sendo que o setor terciário depende quase que exclusivamente daquele. Apesar das dificuldades enfrentadas devido a um modelo de desenvolvimento nacional contrário à permanência do pequeno produtor no campo, as pequenas propriedades continuam resistindo. No período de 1960 a 1985, houve uma ampliação de 35% do número das propriedades com menos de 20 ha, em consequência, provavelmente, da divisão entre os membros de uma mesma família.

O desenvolvimento que ocorreu no município ao longo das últimas décadas dependeu da ampliação da fronteira agrícola como um dos únicos fatores de expansão da base produtiva e ampliação do volume de produção. Com o esgotamento dessa fronteira, há um avanço sobre áreas florestais. No período de 1970 a 1985, foram incorporados mais 3632 ha (13,8% da área) com lavouras temporárias. Em decorrência disso, dos 24% de cobertura vegetal com matas nativas existentes em 1970, restam menos do que 5% atualmente.

As características gerais do solo e do relevo de Caxambu do Sul diferenciam-se um pouco da maioria dos municípios na região Oeste Catarinense. Praticamente 50% dos solos são aptos à agricultura intensiva, o restante têm condições similares à maioria dos solos da Região Oeste Catarinense, os quais não são mecanizáveis devido à alta declividade e pedregosidade, são pouco férteis e ácidos.

Os solos, de uma maneira geral, não receberam um tratamento adequado. A erosão constante e a falta de reposição de nutrientes constituem uma forma de esgotamento das potencialidades naturais do município. Essa forma de utilização dos recursos naturais acaba reduzindo ainda mais a possibilidade de um desenvolvimento auto sustentado.

A predominância de uma estrutura agrária caracterizada por minifúndios favorece o desenvolvimento de lavouras com ciclos de vida mais curto, de pecuária leiteira e de criação de animais.

TABELA 6 - FORMA DE UTILIZAÇÃO DAS TERRAS NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

Utilização das terras	1970		1980		1985	
	Área(ha)	%	Área(ha)	%	Área(ha)	%
Lavoura temporária	8.720	45,0	12.352	59,6	12.459	60,6
Lavoura permanente	201	1,0	225	1,1	169	0,8
Pastagem natural	2.393	12,0	1.150	5,5	(x)	(x)
Pastagem plantada	354	2,0	1.638	7,9	(x)	(x)
Matas naturais	4.596	24,0	1.943	9,3	1.006	4,9
Matas plantadas	25	0,2	44	0,2	276	1,3
Não utilizadas/descanso	1.615	8,0	1.398	6,7	(x)	(x)
Improdutivas	1.489	7,8	1.984	9,6	(x)	(x)
TOTAL	19.393	100,0	20.734	100,0	20.552	100,0

FONTE: copiada do PIDSE, 1990, pg. 15. Baseado na Fundação IBGE, SC - 1970, 1980 e Sinopse Preliminar 1985

(x) Não disponível

Na forma de utilização das terras, em relação à produção agrícola, observamos que nos últimos 15 anos o desenvolvimento das lavouras temporárias ocupou cerca de 61% da área agrícola do município. No período de 1970/80, ocorreu um acréscimo das pastagens, devido ao incremento da bovinocultura no município.

Quanto à produção agropecuária, Caxambu do Sul tem importância por sua diversificação de culturas, apresentando alguns produtos que se destacam na microrregião,

como é o caso da laranja e do feijão, onde o município ocupa, respectivamente, o segundo lugar e o sexto lugar. Na análise da composição do valor da produção agrícola, o milho se sobressai como a principal cultura, seguido pela mandioca (17%), feijão (15%) e soja (11%). O milho é responsável por 45% do valor da produção, tornando-se a principal fonte de renda do agricultor caxambuense. Com relação ao valor da produção pecuária, a bovinocultura é a mais representativa, com aproximadamente 68% do valor bruto da produção, seguida pela avicultura (15%) e suinocultura (13%). Podemos ressaltar a importância de outros produtos da pecuária (leite e ovos), como fonte de renda do homem do campo.

Algumas culturas apresentam rendimento médio superior ao da microrregião, como é o caso das lavouras de feijão, mandioca, milho, soja e plantação de laranja.

TABELA 7 - PRODUTOS AGROPECUÁRIOS MAIS REPRESENTATIVOS EM CAXAMBU DO SUL EM 1987 (IMPORTÂNCIA RELATIVA DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA):

PRODUTO/UNIDADE	QTIDADE PRODUZIDA	TOTAL NA MICRO/REG.	% PART NA MICRO/REG.	COLOCAÇÃO NA MICRO/REG
AGRÍCOLAS				
Milho ton.	34.650	671.183	5,20	11a
Feijão ton.	4.250	67.685	6,30	6a
Soja ton.	4.200	99.605	4,20	9a
Trigo ton.	1.260	24.934	5,10	7a
Laranja mil	5.000	23.203	21,60	2a
Uva ton.	122	8.467	1,40	9a
Mandioca	8.000	140.150	5,70	8a
Arroz ton.	156	8.417	1,8	13a
Fumo ton.	106	5.212	2,00	13a
PECUÁRIOS				
Suínos cabeça	13.595	556.654	2,44	14a
Aves cabeça	415.588	11.634.282	3,57	6a
Bovinos cabeça	11.354	298.083	3,87	12a
Leite l	2.267.562	69.407.876	3,27	14a
Mel Kg	5.087	74.602	6,82	6a

Fonte: PIDSE, 1990, pg 16. Baseado na Fundação IBGE - Produção agrícola e Pecuária Municipal de 1987.

O município de Caxambu do Sul produz em torno de 44.516 toneladas de cereais (milho, feijão, soja e trigo) e possui uma capacidade estática de armazenagem de aproximadamente 12.180 toneladas, isto significa que 41% da produção municipal de grãos não têm como ser armazenada adequadamente. Por causa da falta de condições de armazenagem, 20% da produção é perdida, o que se equipara à perda de uma safra a cada 5 anos.

A maior parte da produção agropecuária é exportada, principalmente para os pólos regionais e suas agroindústrias.

Tanto no setor secundário como no setor terciário, Caxambu do Sul perde mercado para as cidades vizinhas, principalmente Chapecó. Isso ocorre porque esses setores são pouco desenvolvidos, devido à falta de diversificação do mercado local e por não ser competitivo no item preço. A queda do poder aquisitivo da população vem se agravando de maneira geral, devido à elevação dos custos dos insumos, à falta de recursos

para o custeio agrícola, ao aumento das altas taxas de juro e à crise do mercado da suinocultura. Atualmente existem alguns condicionantes que dificultam o desenvolvimento do setor agropecuário, que vão desde a obtenção de créditos para o plantio, passando pela política de preços mínimos, até o baixo nível de comercialização e armazenagem.

Conforme mostramos no decorrer deste capítulo, no município de Caxambu do Sul, embora a maioria da população resida e dependa do meio rural, ocorre uma evasão desta para Mato Grosso do Sul e Mato Grosso ou para os centros urbanos. Essa evasão é provocada pelas dificuldades na qual foi lançada a agricultura do município.

As principais dificuldades encontradas pelos agricultores são a escassez de terras e a diminuição do tamanho das propriedades. Um fator que poderia ajudar os agricultores a superar tal situação seria a incorporação de tecnologia, pois esta elevaria a sua capacidade produtiva. No entanto, para ampliar o patamar tecnológico, faz-se necessário recurso financeiro, o que o agricultor não tem. A falta de crédito agrícola subsidiado, o manejo inadequado das terras, os preços altos dos insumos em relação aos preços dos produtos agrícolas que estão defasados, isso sem falar no problema com a armazenagem, que dificulta a barganha na hora da comercializar os produtos, pois a venda precisa ser rápida, não permitindo esperar pela entressafra. Diante de tal cenário, fica caracterizada, portanto, a situação de crise na qual se encontra a agricultura do município.

CAPÍTULO 5 - QUEM É O AGRICULTOR ESTUDADO NESTA PESQUISA?

Os agricultores estudados na segunda etapa desta pesquisa, em número de dezoito, com exceção de um, **participam** ou **participaram** dos grupos de cooperação agrícola do município de Caxambu do Sul. Os cinco grupos aos quais os agricultores pertencem ou pertenciam são: o grupo do Aviário (seis agricultores), do Armazém Comunitário (três agricultores), da Confecção (dois agricultores), do Grêmio Serraria (três agricultores) e, D. José (três agricultores). Alguns agricultores entrevistados participam em mais de um GCA, sendo que a participação foi contada só uma vez. Os dois últimos grupos só fizeram as compras juntos.

A situação de Caxambu do Sul, no que tange ao MCA (Movimento de Cooperação Agrícola), não é diferente dos outros municípios da região Oeste do Estado. Quando foi fundada a APACO, os grupos que já existiam no município associaram-se. Foi criada a CEMA (Central Municipal de Apoio). Duas lideranças do MCA local faziam parte da coordenação da APACO. O município, segundo um dos coordenadores da APACO, registrou, em 1992, o número de 17 grupos de cooperação agrícola.

A CEMA (Central Municipal de Apoio) tinha conseguido um técnico agrícola, pago pela prefeitura municipal, para atender às demandas dos grupos. Porém, sua contratação durou poucos meses, porque o técnico não recebia o pagamento em dia e não tinha à sua disposição a infraestrutura necessária para trabalhar. Com isso, perdeu o estímulo para continuar trabalhando.

Em 1991, segundo dados da APACO, a relação dos grupos de Caxambu do Sul nela cadastrados era a seguinte:

TABELA 8 - RELAÇÃO DOS GRUPOS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA EM CAXAMBÚ DO SUL

Nome do Grupo	Comunidade	Nº de agricultores
Associação Progresso	Volta Grande	13
Associação Novos Tempos	São Félix	20
Armazém Santo André	Linha Ceccon	21
Grupo Dom José	Dom José	08
Associação Planalto Alegre	Planalto Alegre	08
Grupo Grêmio Serraria	Grêmio Serraria	15
Grupo Sanga Rosa	Sanga Rosa	06
Grupo Linha Humaitá	Linha Humaitá	13
Total	08	104

Por uma série de motivos, analisados no decorrer deste capítulo, os GCAs não conseguiram se fortalecer e, em março de 1993, quando realizamos a segunda etapa da coleta de dados dessa pesquisa, havia em funcionamento três grupos de cooperação agrícola no município, que são o grupo do Armazém Comunitário, do Aviário e da Confecção.

Com exceção de um agricultor que é agregado, os demais agricultores são pequenos proprietários, sendo que a área média de suas propriedade é de meia colônia, 14,52 hectares. Nenhum agricultor entrevistado possuía mais de uma colônia de terra.

Em relação às atividades produtivas, a situação é diversificada, sendo que dos 18 agricultores entrevistados, 12 (66,%) são integrados às agroindústrias de suínos, de aves ou de fumo. De maneira geral, esses são os mais modernizados. Tanto os agricultores integrados como os que não são integrados produzem, milho, feijão, soja, leite, etc.

A maioria dos agricultores situa-se na faixa etária de 30 a 45 anos e possui em torno de 2 a 3 filhos. O nível de escolaridade geralmente não é mais que o primário, sendo que 3 deles cursaram o 2º grau.

Neste trabalho, não pretendemos achar rótulos para definir os atores estudados e não se procura a “essência” da qual o camponês seria portador, independente de suas condições e relações sociais. Conforme aponta VELHO (1982, p. 130)

“A situação é complexa e não deve, de maneira alguma, ser confundida com a imagem de uma sociedade em que as pessoas possuem posições fixas e imutáveis. Existe uma intensa mobilidade intra-grupo em que um lavrador pode conseguir, acionando uma série de mecanismos sociais, transformar-se em comerciante (e, portanto, em patrão), e um pequeno comerciante pode fracassar ou, pelo contrário, mudar-se para cidade já numa escala superior da patronagem comercial.”

VELHO (1982, p. 86) considera que a análise política dos camponeses deve se basear nas suas próprias condições de vida, que estão referidas a situações históricas concretas, o que aceitamos plenamente.

“Poder-se-ia indagar que análise é essa que não se baseia nas próprias condições de vida de seus atores. A resposta seria que efetivamente não pode deixar de se basear nessas condições, mas que do ponto de vista dessa análise as condições sociais não se restringem à caracterização de modos de produção, mas estão referidas a situações históricas concretas.”

Concordamos com SHANIN (1980), quando diz que o purismo dedutivo do marxismo destruiu os vínculos da teoria com a realidade, que é heterogênea. Os camponeses não devem ser reificados, pois eles são processo e parte de uma história social mais ampla, e possuem, ao mesmo tempo, generalidade e particularidade. O termo camponês, quando aqui utilizado, não implica numa homogeneidade dos atores estudados, esses diferem de um contexto para outro e, também, dentro de um mesmo contexto. É necessário analisá-los em cada situação concreta, pois esses

... “necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. O conceito de camponês é seletivo; a questão é o que podemos aprender valendo-nos apenas dele. Os camponeses são uma mitificação; o problema é quando o são, como e quando não o são...” (SHANIN, 1980, p. 75).

É com essa concepção de camponês que realizamos esse trabalho. Outro conceito que achamos necessário esclarecer é o conceito de pequena produção. Para tanto nos referimos a WANDERLEY (1990), que faz uma discussão interessante e útil a este respeito. Segundo esta autora, o debate em torno da diferenciação da pequena produção no Brasil não é recente e nem nasceu no Brasil. Esse ganhou espaço, entre os estudiosos brasileiros, na década de 70, quando foram instigados pela resistência de um grande número de pequenos produtores no campo, mesmo diante de uma agricultura que se modernizava com rapidez.

Segundo WANDERLEY (1990), atualmente abriu-se uma nova fase da reflexão que aponta para a diversidade e complexidade do processo de diferenciação, superando-se a idéia de que a diferenciação representava a decomposição do campesinato. Hoje permite-se investigar os processos de transformação que afetam a trajetória destes em período recente, precisando os contornos atuais da produção familiar na agricultura.

“...o processo de desenvolvimento, longe de uniformizar a sociedade, tende a diversificar o tecido social e a tornar cada vez mais complexa a teia de referências em que se situam os indivíduos e os grupos sociais, no meio rural como na cidade, na agricultura como na indústria. Desta forma, não é absurdo admitir que existem, vivendo no meio rural, e/ou trabalhando na agricultura, categorias sociais que são diferentes entre si, no que se refere ao modo de vida, à forma de produzir, à visão do mundo, etc.” (WANDERLEY, 1990, p. 2 e 3).

Buscamos ao diferenciar a pequena produção, a unidade e a diversidade, pois ambas não são excludentes, mas sim complementam-se. No que se refere à constituição da unidade familiar, temos que ela é demarcada, por um lado, por movimento de origem externa, que lhe fixa as possibilidades gerais e, por outro lado, por um movimento interno, que busca o espaço de autonomia da família proprietária.

“A unidade de produção familiar constitui-se, assim, como um espaço dado e construído, que espelha a capacidade que possui o proprietário que trabalha, de efetuar escolhas, de traçar estratégias, que, incorporando as imposições da forma de produzir e das condições de vida, socialmente dadas, orientem o estilo de vida no presente, e as perspectivas futuras da própria família.” (Id, ibid, p. 9 e 10).

O camponês não é totalmente determinado pelo meio onde ele vive e também não é um ser isolado. Só através da compreensão da sua situação se torna inteligível as ações desencadeadas por esses na luta pela sobrevivência. Concordamos com WANDERLEY (1990, p. 6), quando considera que o campesinato,

“... carrega em toda a sua história a marca profunda da precariedade: acesso precário à terra, intensa mobilidade espacial, agricultura rudimentar, dieta insuficiente, vida social restrita, ausência de direitos sociais, etc.” (Id, ibid, p. 6).

5.1 - OS AGRICULTORES BUSCAM A MODERNIZAÇÃO

Os agricultores estudados são, respeitando a as diferenças existente entre eles, agricultores modernizados. A importância dada por eles à tecnologia é muito grande. O desejo de ter acesso a todas às tecnologias, desde as mais simples até as mais complexas é

intenso, pois essa representa para o agricultor a possibilidade de “progredir”, de aumentar o patrimônio da família e de ampliar a capacidade de trabalho, tornando-se mais produtivo. O agricultor vê a tecnologia como sua aliada na luta contra a precariedade, a favor da preservação do que já está conquistado.

Segundo PAULILO (1990), a imposição do modelo produtivista acentuou-se na década de 70, período da modernização agrícola. As políticas de créditos facilitavam o acesso aos recursos financeiros emprestando dinheiro a juros negativos. Os empréstimos ficavam condicionados ao uso de tecnologias modernas. Hoje, após vinte anos, percebemos que este é um caminho sem volta, pois a capacidade de incorporação de tecnologia serve como critério para permanência no campo.

“A imposição de uma mentalidade produtivista na cabeça do pequeno produtor rural no Brasil tem uma história bem delimitada no tempo e bastante conhecida. A década de 70 ficou marcada como o período da ‘modernização agrícola’. O processo inicia-se em 1965, com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, que institucionalizou o empréstimos de dinheiro a juros negativos aos produtores rurais. (...) Os bancos fornecedores de crédito condicionavam os empréstimo ao uso de tecnologias modernas e os extensionistas tiveram papel importante na orientação dos produtores.” (PAULILO, 1994, p. 194 e 195)

A pequena agricultura no Brasil mudou de patamar tecnológico e a inovação técnica faz parte do cotidiano dos agricultores. Aqueles que não puderam acompanhar a modernização através da incorporação da tecnologia são os que “ficaram para trás”, os que “não conseguiram permanecer no campo”. Os agricultores sabem disso, só que, como a tecnificação implica sempre certa disponibilidade de recurso financeiro, o que agricultor não tem, essa incorporação torna-se muito difícil.

*“L - Como é que o senhor imagina a sua propriedade daqui a um ou dois anos?
H - Nós estamos tentando uma saída, não sei se vai dar ponto, né? Estamos formando, tipo um grupão, formando aí, está formado já, na compra de um trator, prá trabalhar na agricultura, trator de esteira. Isso aí pra nós vai ser um grande movimento. Nossas terras aqui está faltando muito incentivo para fazer esses terraços, ninguém faz. Veio essa micro-bacia aí, está pra vir, não sei quando é que vai vir à nossa região. Se vier, vai ser uma boa pra mim. Porque nossas terras melhores, a cada chuva que dá, estão indo parar lá pro (rio) Uruguai.*

L - E o que mais o senhor imagina?

*H - Que nem estava dizendo, que nem do calcário, se viesse para nós seria uma grande coisa. (...) O calcário corrige as terras. Pode ser que em vez de nossa terra ficar mais fraca, ficará mais forte. Deixando do jeito que está aí cada ano dá menos. Tem muita coisa ainda pra fazer na nossa agricultura, mais incentivo, muitas coisas aí, (...) Nesse grupo que nós estamos foi incrementado o equipamento, de pôr uma retro-escavadeira, mas com esteira, que esta retro-escavadeira trabalharia pra agricultura na parte deste banhado, isso aí era uma recuperação de terra boa. A melhor terra nossa está no banhado.”
(Agricultor, grupo do Grêmio Serraria).*

A luta de um pequeno produtor não é a luta pela posse da terra, mas sim para conseguir viabilizar-se no campo. Para tanto ele sabe que necessita tornar-se produtivo, por isso sua luta é para conseguir incorporar tecnologia e por políticas agrícolas que o ajudem nesse sentido. Atualmente a condição de ter a propriedade não garante mais a reprodução de sua condição de pequeno produtor. Ocorre uma valorização da técnica por parte do agricultor. Ele considera que é necessário aprender técnicas novas, pois a “prática” antiga não lhe serve mais.

“L - O que o senhor imagina pra sua propriedade pra daqui 2, 3 anos?

A - Cada vez mais pior. Se não mudar as coisas e cada vez ser pior, porque o produto não está dando mais nada, não sei se é a terra ou é a semente ou que tem isso aí, que o produto está difícil. Tem que todo mundo estudar porque agora, até a gente né, que não tem estudo. É estudar uns, e voltar pra roça, para trabalhar de técnico agrícola. O agricultor tem um problema que ele, ele assim não tem estudo e não tem prática.

Acho que a maioria dos agricultores deveria estudar um pouco, pelo menos uma prática, pra tentar pegar alguma coisa. Tentar conhecer mais, aprofundar mais com a técnica, na propriedade da gente. Então como a gente não tem

estudo, a gente tem que chegar e tentar na prática, né?” (Agricultor, grupo do Armazém Comunitário).

As principais dificuldades encontradas pelos agricultores entrevistados estão relacionadas às políticas agrícolas atuais, que têm como prioridade o modelo de desenvolvimento concentrador. Os pequenos produtores encontram-se numa situação de desespero e de impasse, provocada pelo atual modelo de desenvolvimento agrícola, pois, sem crédito rural subsidiado, com os preços mínimos defasados, o alto valor do preço dos insumos, a baixa fertilidade do solo que necessita de correção, etc, esses ficam impossibilitados de fazer novos investimentos. Tornam-se cada vez mais descapitalizados, caindo, assim, num ciclo vicioso, no qual o fato de não conseguir investir para produzir tem como consequência a diminuição da produtividade que, por sua vez, lhes diminui os rendimentos e os descapitaliza mais ainda.

O DECONOR (Defesa do Consumidor Organizado) divulgou os seguintes dados:

TABELA 9 - RELAÇÃO ENTRE PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR, CUSTO DE PRODUÇÃO E PREÇO PAGO PELO CONSUMIDOR.

Produtos	Evolução custo de produção		Evolução preço recebido pelo agricultor		Evolução preço pago pelo consumidor	
	Ago. 94	Jul./Ago. 95	Set. 94	Set. 95	Set. 94	Set. 95
Carne suína (R\$/kg)	0,73	0,81	0,80	0,75	3,19	3,20
Carne bovina (R\$/kg)	0,40	0,48	1,53	1,44	3,70	3,60
Leite (R\$/lt)	0,23	0,29	0,17	0,21	0,52	0,63
Banana caturra (R\$/kg)	0,03	0,05	0,13	0,08	0,51	0,41
Tomate (R\$/kg)	0,12	0,20	0,59	0,16	1,78	0,55
Arroz (R\$/kg-casca)	0,18	0,28	0,20	0,19	0,56	0,60(s/ casca)
Aipim (R\$/kg)	0,08	0,17	0,14	0,24	0,36	0,48
Feijão (R\$/kg)	0,35	0,58	0,50	0,41	0,91	0,99

Batata (R\$/kg)	0,25	0,33	0,43	0,15	0,66	0,48
Alho comum (R\$/kg)	0,69	1,20	1,01	0,75	3,05	4,20
Milho grão (R\$/kg)	0,10	0,16	0,10	0,11	0,35	0,38(fubá)

Fonte: EPAGRI/ ICEPA/CEASA/PROCON

Essa situação faz com que o agricultor fique numa grande insegurança quanto ao seu desempenho, o que gera nesse uma forte aversão ao risco. Os agricultores adotam, a partir daí, uma série de estratégias, através das quais, com mais segurança, buscam a sua sobrevivência. As principais estratégias citadas pelos agricultores foram a sua vinculação ao complexo agroindustrial, a policultura ou diversificação produtiva, a não realização de empréstimos bancários e o lançar-se para os movimentos sociais.

5.2 - A VINCULAÇÃO DO AGRICULTOR AO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL

A vinculação do agricultor à integração (agroindústrias e cooperativas) é uma estratégia para manter um certo patamar tecnológico, podendo assim modernizar-se. Conforme já nos referimos, a maioria das famílias entrevistadas estão integradas ao complexo agroindustrial, na avicultura, na suinocultura ou na fumicultura. Aqueles agricultores que não estão integrados desejam conseguir uma vaga para integrar-se.

A avicultura e a suinocultura representam 28% da produção agropecuária do município de Caxambu do Sul e são respectivamente a duas primeiras opções dos agricultores. A avicultura foi escolhida como primeira opção devido a três motivos que são:

primeiro, é necessário pouco tempo de trabalho para cuidar do aviário⁴⁴; segundo, há o aproveitamento do esterco para adubar as roças⁴⁵; e terceiro, o custo para realizar o investimento, embora maior do que o do fumo, é menor que o de suínos e gado. Para iniciar a construção do aviário, não há financiamentos por parte da empresa integradora ou dos bancos, o agricultor necessita dispor de recursos próprios para tal fim. Parte do processo produtivo da avicultura é mecanizável, fazendo com que o agricultor utilize menos horas de trabalho para cuidar do aviário.

“L - Sim, por que vocês escolheram o aviário e não outro investimento?

E - por causa da mão-de-obra que vai pouca, (...) (e de) nós de desembolsar pouco dinheiro.

L - É mais barato?

E - Seria a construção, né? E depois dá o adubo. É, e com o tempo vai surgir novas idéias. Você vai indo e vai indo e o próprio grupo... Nós era pra construir um aviário, eu construir não tenho condições sozinho. qualquer um de nós não têm condições, um só. Então com pouco cada um, começamos com um... Pode ser que daqui 6, 7 anos nós temos, em seis, temos seis aviários.

L - E por que todo mundo vai agora fazer aviário?

V - É, o pessoal acha que é a única saída da gente, né? Colono aqui é no aviário. Tirou adubo para jogar na roça. E aquela rendazinha que dá. Ele dá uma renda boa.” (Agricultor, grupo Dom José).

A segunda opção citada pelos agricultores é a suinocultura. Esta é mais trabalhosa, pois a polciga é pouco mecanizada. Também os custos necessários para iniciar os investimentos iniciais (plantel) são maiores que os da avicultura. Dois agricultores entrevistados tinham condomínios de suínos. Eles explicaram que para ser suinocultor, é

⁴⁴ O tempo gasto para um agricultor cuidar de um aviário de 50 metros, considerado de tamanho médio, é de no máximo duas horas diárias, conforme depoimento de um agricultor entrevistado. O restante do tempo ele e sua família podem se dedicar a outras atividades.

⁴⁵ Este é de qualidade superior ao estrume do suíno e é mais fácil de transportar até a lavoura, porque é mais seco que o outro.

necessário “ter força”, ou seja, recursos para aguentar os períodos de crise da suinocultura. O preço dos suínos oscila com frequência.

O milho, principal fonte de renda do agricultor do município, é usado em larga escala na suinocultura e na avicultura, pois serve como ração. As cooperativas compram quase a totalidade do produto vendido pelos agricultores e a Região Oeste importa milho. Esse produto, apesar de requerer bastante terra para o seu cultivo, dá pouco trabalho para produzir. PAULILO (1990) mostra que o milho tem uma significação especial na vida do agricultor, pois ele serve para alimentar os animais da propriedade e para o consumo da família.

O milho tornou-se fundamental para a alimentação dos suínos, principalmente após o surgimento da suinocultura tipo carne. Segundo os agricultores, vale mais a pena produzir milho para convertê-lo em carne, do que simplesmente produzi-lo para vender. A relação do milho com a unidade produtora de suínos pode ser melhor compreendida, conforme PAULILO, se usarmos os conceitos de “autoconsumo intermediário” e de “forças marginais” de TEPICH (1976).

“Para esse autor, uma das formas de aumentar a renda familiar é o autoconsumo intermediário, sobretudo a transformação de produtos primários vegetais em produtos mais valiosos como carne, leite e ovos. Esse autoconsumo fica claro quando vemos que os suinocultores encaram a lavoura de milho como uma fase da produção de porcos, a ponto de dizerem que ‘produzem milho transformado em porco’”.(PAULILO, 1990, p. 115).

Em Caxambu do Sul, o milho é tão importante que chega a ser usado como “moeda” pelos agricultores. É comum vê-los realizando negociações, cujo valor é estipulado em “bolsas de milho”. O depoimento dessa agricultora é ilustrativo.

“P - como vocês fizeram para adquirir as máquinas para o grupo da confecção?”

R - A princípio nós ganhamos, mas depois nós fomos pagando a troca de milho, nós tínhamos que dar tantas bolsas de milho por máquina, nós éramos em sete sócias e nos tínhamos que dar sete bolsas de milho cada uma.” (Agricultora, grupo da Confecção).

A terceira opção mais citada pelos agricultores é o desejo de colocar condomínios de gado leiteiro. Só que na prática esta opção torna-se inviável, devido ao alto custo financeiro.

Quando o agricultor não consegue a integração através da avicultura e da suinocultura e, também, não pode investir no gado leiteiro, sobra ainda, em termos de integração, uma terceira possibilidade que é a fumicultura. Essa traz como vantagem o fato de o agricultor poder usar o paiol ou o rancho em outras atividades da propriedade. Em caso de ele deixar a atividade, o rancho também pode servir de estrebaria ou o seu material pode ser usado para construir outro tipo de investimento, como por exemplo o aviário.

O investimento que é necessário para iniciar-se na fumicultura é menor do que na avicultura ou na suinocultura e há vaga nas agroindústrias locais, o que não acontece nas outras duas atividades.

Existe uma grande objeção, que marcou o depoimento dos agricultores entrevistados, em relação ao fumo, que é o uso de muito “veneno”, isto é, agrotóxicos nocivos à saúde.

“Nunca, veneno eu sou contra. Não gosto, até hoje eu não investi no fumo só por causa do veneno. Não gosto de passar veneno. Até agora só usei um litro de veneno no potreiro. (...) Mas, na lavoura não gosto. Sou contra o veneno, então não passo.” (Agricultor, grupo Grêmio Serraria).

Os agricultores têm claro que o fumo prejudica a saúde. Esse por não ser um produto alimentar não tem o mesmo “status” que as aves e os suínos. O fumo também é a cultura que mais exige mão-de-obra. Devido a esses fatores negativos o fumicultor é um tanto desvalorizado socialmente. É comum dizer que o agricultor que “está bem de vida” não planta fumo, só o faz quando arrenda suas terras para um agregado produzi-lo.

“P - E o fumo?”

R - O fumo eu não sei, por aqui, eu não sei. Um pouco é o jeito que o pessoal planta. Por aqui não deu muito, eu acho. Tem gente até que teve que puxar dinheiro. Por enquanto não. Eu até queria, daí se a gente arrumasse um agregadozinho que se dedicasse a plantar. Tem que colocar um galpão, mas por aqui não arruma gente boa. Então por enquanto o fumo... O fumo seria bom, apesar de ter o veneno. O veneno prejudica muito. A pessoa não se protege quando vai passar. (...) também a gente tem medo do veneno. O pior do fumo é o veneno.” (Agricultor, grupo Dom José).

Apesar das desvantagens que o fumo traz em relação aos outros investimentos, ainda é melhor ser fumicultor do que não ser integrado, pois a agroindústria subsidia os insumos, fornece assistência técnica e o fumo é um dos produtos mais seguros em termos de preço.

A opção que o agricultor faz em relação ao tipo de investimento que deseja realizar é delimitada pelas condições que ele tem. A maioria dos agricultores não tem os recursos necessários para se tornar integrados de aves e suínos. Em termos de desejos, há uma hierarquia, na qual as atividades mais desejadas pelos agricultores são a avicultura, a suinocultura, a bovinocultura e a fumicultura.

“P - O senhor pensa em pôr o aviário?”

R - Se tivesse um tipo de financiamento que não fosse um juro, que tu pudesse dar um giro (de capital) né? Não seria um bicho de sete cabeça pra construir né? O equipamento que eles estão vendendo já estão vendendo em dólar, sobe

todo dia e a gente não tem possibilidade de pagar.”(Agricultor, grupo Grêmio Serraria).

Em relação à condição dos agricultores pesquisados não há uma homogeneidade. Existem aqueles que, conforme mostramos no depoimento acima, não conseguem se integrar, bem como, aqueles que já integrados querem aumentar a produção.

“P - Vocês já estão integrados e estão fazendo mais um aviário agora?

R - Sim. Ali nós já temos 50 metros ali dentro e está fazendo mais 50. É, daí para o ano que vem a gente quer ver se faz um chiqueiro, também uma estrebaria. Para ter assim um pouco diferente, não só um aviário. Agora está indo bem, é nossa idéia.

P - Então vocês estão pensando em ampliar o aviário e investir na suinocultura? Mas o porco, (é) porque vocês querem se integrar também ou é mais para vocês, para o gasto?

R - O porco é também para se integrar. Não adianta criar porco, se a gente não é integrado. Porque os vizinhos aqui para cá estão todos eles integrados. Estão contentes também.

P - Vocês estão gostando, estão pagando bem?

R - Sim, agora está num preço bom.”(Agricultor, grupo Dom José).

Mediante a falta de outras alternativas em relação à integração, o raciocínio que os agricultores fazem é o seguinte: mesmo que a empresa pague pouco eles se sentem seguros ao se relacionarem com as integradoras, pois assim eles têm a certeza de que venderão todo o seu produto, que receberão subsídios para os investimentos iniciais e que receberão assistência técnica.

As agroindústrias precisam ser competitivas para não ficarem à margem do processo produtivo. A cada dia investem mais na qualidade e na produtividade, tornando-se mais seletivas em relação aos agricultores integrados. Exigem melhor desempenho desses e diminuem as vagas para novos integrados.

“P - O que eles exigem pra poder ser integrado?”

R - Eles exigem muito. Uma boa renda, vamos supor que nem mais conseguimos uma vaga nessa outra, por causa que nós estávamos acima da média deles, da Sadia. Durante o tempo que nós temos o aviário ali, nosso lote sempre passou da média que eles exigem, né? Então conseguimos mais uma vaga.”(Agricultor, grupo Dom José).

COSTA (1993) ao estudar o grupo SADIA e a produção integrada, analisou o **Projeto 21**, que vem sendo desenvolvido por essa empresa desde 1988 e tem como objetivo garantir a produção de suínos, na qualidade e quantidade desejadas pela empresa⁴⁶. O Projeto 21 pretende estabelecer para integrar-se à empresa integradora uma propriedade padrão para o ano 2000, que deverá possuir as seguintes características:

“área mínima de 20 hectares; reserva florestal de 20% da área total (preservação permanente); área mecanizável de 8 hectares; área com pastagem de 2 hectares, incluindo capineiras; uso do solo de acordo com a capacidade; conservação em toda área de cultivo; água em quantidade e qualidade; plantel de 15 porcas; 5 vacas de leite mestiças, com produção média diária de 10 a 12 litros; aviário com capacidade para 6 mil aves; aproveitamento integral dos dejetos, mão-de-obra de 4 pessoas; produção de 900 sacos de milho; plantar 2 hectare de trigo; soja consorciada em 4 hectare, feijão da safrinha plantado em 1 hectare; capacidade de armazenamento de toda a produção, horta para o abastecimento doméstico; pomar com predominância de citros, açude para produção de peixe e reserva de água; ter boa via de acesso, luz elétrica, telefone; proprietário com capacidade administrativa, bem informado e acessível a inovações (COSTA, 1993, p. 191 e 192).

⁴⁶ Segundo COSTA (1993, p. 191) os outros objetivos do Projeto 21 são os seguintes: “garantir uma produção estável de suínos para o frigorífico. Assegurar a qualidade da matéria-prima. Aproveitar e manter a produção da matéria-prima próximo da empresa. Viabilizar um sistema seguro e estável. Estimular a produtividade criatória. Fomentar a produção de milho. Conjuguar agricultura e pecuária. Aproveitar o real potencial das propriedades. Levar ao criador um programa claro e definido. Dar uma nova dimensão à assistência técnica e ao Fomento Agropecuário”.

Diversificação produtiva e capacidade administrativa são dois quesitos básicos exigidos do agricultor pela empresa integradora, que deseja tornar a pequena propriedade uma microempresa, onde o planejamento econômico ocupará um papel central.

A maioria dos agricultores não terá condições concretas para tornarem-se os produtores do ano 2000. Segundo COSTA (1993), as empresas não estão preocupadas com o êxodo rural, buscam manter no campo apenas aquela parcela de pequenos produtores que possam garantir a matéria-prima necessária a suas atividades.

Os agricultores que têm postura crítica em relação ao sistema social são ou desejam ser integrados ao complexo agroindustrial, pois eles sabem que não existe outra alternativa mais segura. As reclamações dos agricultores em relação ao complexo agroindustrial são em relação ao preço da matéria-prima entregue que é considerado baixo.

“P- Você acha que vale a pena criar suínos?”

R - Não temos outra alternativa, que tu vai produzir o grão, o milho, época de colheita tem que vender. Tu recebe aquele dinheiro e vai ter que aplicar se tu quer ter sempre um dinheirinho disponível. Se tu converter o milho em carne, todo o mês tem aquele giro, aquele movimento, embora que dê pouco lucro, mas sempre dá mais que vender o milho. E botamos o esterco nas roças, terminemos agora uma esterqueira, falta cobrir. Antes tirava direto para os canal, não tinha outro armazenamento de esterco.” (Agricultor, grupo Grêmio Serraria e liderança do MCA).

O conceito de integração vertical como um campo de forças, usado por PAULILO (1990) mostra como o agricultor integrado tem consciência do que ganha e do que perde ao ligar-se a empresas. A decisão de integrar-se é avaliada pelo agricultor sempre mediante as outras possibilidades existentes para este, que não são muitas.

As cooperativas (Cooperalfa, Cooper Itaipú, Cooper Áureo Verde, Coopédia e Cooper Arco Íris) fazem parte da vida dos agricultores estudados. Estes vendem a elas os

seus produtos (o feijão, o soja, o milho, as laranjas, o leite, etc) e também realizam compras nos seus armazéns ou supermercados. Elas fazem parte do comércio local e são encaradas pelo agricultor do mesmo jeito que esse encara sua relação com as agroindústrias: necessária mas aquém de suas expectativas ou desejos. A vantagem das cooperativas é que elas são mais tolerantes nas negociações. Mesmo cobrando juros determinados pelo mercado, “na hora do aperto” o agricultor pode contar com elas, para tomar de empréstimo algum dinheiro, comprar a prazo e ainda pagar as compras realizadas com seus produtos.

“P - O senhor participa da Cooperativa?

R - Sim, da cooperativa eu participo, ela traz benefício para você e traz também coisas ruins, porque ela não perde. A Cooperativa hoje é uma empresa muito grande. Ela diz que é do agricultor, mas geralmente isso aí ela leva para ela, ela não perde. E a gente é sócio ali, vai lá e compra e favorece, você compra a prazo e se você quer um dinheiro adiantado ela te ajuda, essas coisas, então resolve muitos problemas, só que na hora de pagar ela não vai perder nada, ela te tira o que for necessário.(...) Então ela não está perdendo, ela apenas te faz um favor e a gente acaba pagando esse favor com o produto que a gente paga e dá sempre. Ela tira porque senão não tem como financiar, né? É uma coisa boa.”(Agricultor, grupo Grêmio Serraria).

5.3 - A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA COMO FORMA DE LIDAR COM O RISCO

A estratégia da diversificação produtiva, caracterizada por várias maneiras de combinar tipos diferentes de produção, não é uma novidade, nem na literatura sobre o campesinato, nem na realidade agrícola do Estado de Santa Catarina. Os agricultores entrevistados se utilizam desta estratégia. O fato de o agricultor ser integrado, não faz com abandone outras formas de produção. O que ocorre é que integração e diversificação

produtiva se complementam. No município de Caxambu do Sul, o fato de os agricultores produzirem aves/suínos/gado/fumo não inviabiliza a produção de milho/feijão/soja/mandioca. Esses produtos formam as mais variadas combinações. Um exemplo bastante comum é o binômio suínos/milho, que pode ser complementado com feijão e gado. Outro exemplo importante é o caso da junção de aves/milho/feijão/soja/gado. Outro exemplo se dá quando o agricultor planta fumo/milho/feijão/soja. Em todos esses casos o leite pode entrar de forma complementar. Quando o agricultor não é integrado, este planta bastante milho, feijão e/ou soja para vender. Assim, sucessivamente, poderíamos enumerar uma série combinações diferentes. Os depoimentos dos agricultores demonstra o que escrevemos acima.

“É. Se fosse que nem nós, nós não vamos atrás do que os outros vão atrás. Nós plantemos de tudo um pouco, se não dá num tem o outro. É, a gente nunca até hoje nunca plantou só o milho ou só soja, ou só feijão. Vamos supor, a gente planta 5 ou 6 bolsas de feijão, planta igual milho, só trigo a gente não está plantando.” (Agricultor, grupo do Aviário).

A diversificação produtiva protege o agricultor das crises que os produtos geralmente sofrem na agricultura. Assim, enquanto um produto estiver em baixa ou em crise o agricultor pode contar com a renda dos outros produtos. A estratégia da diversificação produtiva é uma das mais usadas pelos agricultores para se defenderem dos riscos gerados pela insegurança da agricultura. As próprias agroindústrias estimulam esse comportamento.

GUIVANT (1992) mostra, na pesquisa que realizou com horticultores catarinenses, que em geral os agricultores tomam suas decisões em contexto de insegurança. Esse contexto se modifica de acordo com o tipo de produção, com a forma

pela qual os agricultores lidam com a tecnologia e com os riscos nos quais estão envolvidos.

Diante da situação de insegurança na qual a agricultura foi lançada, o agricultor ficou mais avesso ao risco. Ele prefere produzir menos, fazendo menos investimentos, do que lançar-se para uma situação na qual ele não sabe qual será o resultado.

“P - O senhor tem feito financiamento bancário nos últimos anos?

R - Nos últimos anos não, porque, no fim das contas, a gente pega e vai pagar um juro alto aí não te convém, então é melhor você ter uma coisa a menos e fazer a própria produção a menos na lavoura, que você vai ganhar. Porque se eu produzo 70, 80 ou 90 sacos de milho por hectare e eu vou ponhar (colocar) esse adubo posso produzir 150, 160, mas só que esse 50, 60 em retorno, que me dá porque eu investi a mais. Então eu não vou, no fim das contas dar esse dinheiro para eles ali do banco.” (Agricultor, grupo Grêmio Serraria).

Quanto maior a insegurança, mais os agricultores constroem estratégias para se defenderem dos riscos. Muitos agricultores preferem ser menos produtivos que arriscar nos investimentos, pois se fizerem dívidas e algo der errado, vai pôr em risco a posse de sua terra, como já aconteceu com outros agricultores. Segundo GALBRAITH (1979, p. 56),

“Toda inovação envolve, ou supõe-se que envolva, um certo risco (...). Mas o risco, no presente contexto, tem um caráter especial de premência. Para o agricultor próspero do Ocidente um prejuízo na colheita significa perda de renda. Isso é desagradável, mas nem sempre acarreta perda física e, certamente, nunca da própria vida (...). Para a família, entretanto, que vive dentro do limite estreito da subsistência, o prejuízo na colheita significa a fome, possivelmente a morte. Assim encarado, o risco não é coisa que deva ser aceita casualmente. Entre os muito pobres, a aversão ao risco, como é denominada pelos economistas, é muito forte - e por motivos perfeitamente razoáveis”. (citado por ABRAMOVAY, 1992, p.87).

5.4 - O CRÉDITO SUBSIDIADO NÃO EXISTE MAIS

Todos os agricultores entrevistados consideraram importante a existência de crédito agrícola com juros subsidiados, o que não existe mais. Devido a esse fato, os agricultores não estão mais fazendo empréstimos bancários para a obtenção do crédito agrícola.

“P - Vocês fazem financiamento bancário?”

R- Agora não mais, não queremos mais, a gente gostaria de trabalhar com o banco se tivesse um juro bom.”(Agricultora, grupo do Aviário).

A possibilidade de realizar financiamentos, com juros fixos é importante para o agricultor. Assim ele pode incorporar tecnologia para tornar-se mais produtivo e menos descapitalizado.

“P - Pra esse ano, o que o senhor acha que devia ser feito pra melhorar a sua situação?”

R - O governo tem que tomar uma alternativa e largar um dinheiro no mínimo com uns 3, 4 anos com juro fixo, pra recuperar as terras. Se for recuperado a terra, aí você não investe tanto.”(Agricultor, grupo do Grêmio Serraria).

A ausência de recursos subsidiados para investimento, a falta de equilíbrio entre o preço de venda e o de compra dos produtos, no qual os primeiros podem ficar defasados em relação aos segundos, o fato de ser necessário o aumento da produtividade, de lhe faltar assistência técnica adequada lança o agricultor numa série de tentativas, no intuito de encontrar uma saída para essa situação. Como disse um agricultor “a gente experimenta de tudo”. Surgem muitas idéias que são sugeridas pelos órgãos de assistência, mas como viabilizá-las se “não tem como dar o giro?”, ou seja, condições financeiras para iniciar os investimentos. Os agricultores desejam investir na avicultura, na plantação de arroz irrigado, nas plantações de melancia, etc.

“P - E para os próximos 2 anos o que o senhor está planejando para a sua propriedade?”

R - A esperança era que nem o fumo aí, se desse uma produção boa né? Tentar colocar até um aviário, madeira teria, falta o resto do custeio, comprar equipamento, essas coisas, não está fácil, né? A casa também está chovendo dentro. Tem muita coisa pra fazer né? E o ganho é pouco.

P - Mas o senhor pensa pôr o aviário então?

R - Se tivesse um tipo de financiamento que não fosse um juro, que tu pudesse dar um giro né? Não seria um bicho de sete cabeça pra construir. (...) Acho que tem muitas coisas que dá e nós não plantamos. A melancia... tão investindo ai na Volta Grande e tá dando, agora tem gente mais perto da cidade vão investir esse ano. A maioria vão plantar melancia. O arroz dá, mas ninguém incentiva.” (Agricultor, grupo Grêmio Serraria).

A década de 70 foi uma época de glória para os financiamentos bancários subsidiados para a agricultura. Com esse dinheiro os agricultores compravam máquinas agrícolas, construía benfeitorias, aviários, polcigas e estufas. Os agricultores que gerenciaram de forma adequada esses recursos conseguiram se modernizar.

Investir, capitalizar, corrigir o solo são fatores considerados de extrema necessidade pelos agricultores. Segundo PAULILO (1990), os agricultores dessa época se utilizavam de empréstimos subsidiado não só para se modernizar na agricultura mas também usavam o dinheiro para outras atividade que não eram agrícolas.

“Ele era usado para acumular bens, para ‘fazer negócios’, para o colono ‘se fazer na vida’. Compravam-se, inclusive, pequenos pedaços de terra no meio rural ou mesmo lotes urbanos para que os filhos que fossem para cidade tivessem onde morar. Era uma maneira de compensá-los do fato de que a terra do pai, se dividida não daria para todos os herdeiros. (PAULILO, 1990, p. 87).

A maneira de produzir, conforme PAULILO, foi bastante alterada com a modernização. O produtor, em termos de quantidade e qualidade, precisa satisfazer as exigências de um mercado cada vez mais competitivo. Assim,

“O dinheiro emprestado passou a fazer parte dos pressupostos da produção e, por isso, o agricultor age com relação a ele da mesma forma que o faz com relação a outros bens necessários, procura baratear seu preço. Queixa-se dos juros, mas não do financiamento.” (Id, ibid, p. 88).

CAPÍTULO 6 - O DESEJO DE PERMANECER NO CAMPO E O FUTURO DA PEQUENA PROPRIEDADE

O desejo do agricultor de permanecer no campo está relacionado com a forma como esse entende o futuro da pequena propriedade. Essa deve estar a serviço dos projetos que ele tem para a sua família. Existe, por parte dos agricultores entrevistados, um clima de desânimo em relação a esse futuro.

O desalento dos agricultores vem acontecendo há algum tempo na região Oeste Catarinense. Uma pesquisa realizada por DALMAZO & SORRENSON (1988) constatou que mais de 80% dos agricultores encontravam-se num clima de forte desânimo, pois não viam futuro para o colono e achavam que a colônia estava fracassando.

P - O que o senhor imagina para sua propriedade daqui uns 2 ou 3 anos?

R - Cada vez mais pior. Se não mudar as coisas cada vez vai ser pior, porque o produto não está dando mais nada, não sei se é a terra ou a semente ou o que tem isso aí, que o produto está difícil”. (Agricultor, grupo do Grêmio Serraria).

“P - Como é que o senhor imagina, a curto prazo, a pequena propriedade?

R - Eu penso que conforme vai indo o sistema, cada vez mais difícil fica para a pequena propriedade. Com a abertura do Mercosul também, dificulta mais. Tem que se organizar em grupo e tentar uma saída. Se não dá com porco, com outras coisas né? A solução não é o agricultor sair para a cidade. No meu caso vou ter que ir levando até que os filhos se formam né? Quero ver se consigo formar os filhos. Pelo menos a gente tem uma garantia né?” (Agricultor, grupo do Grêmio Serraria e liderança do MCA).

Atualmente, é importante para o agricultor possuir a propriedade da terra, mas devido ao seu tamanho, que é muito pequeno (geralmente meia colônia), ele não consegue que seus filhos permaneçam na propriedade, mesmo que tenha prole pequena. Uma estratégia que poderia ser adotada, nesse caso, é a incorporação de novas tecnologias que poupam terra, porém dado o alto custo, essas se tornam inacessíveis. Mesmo quando o agricultor consegue utilizar tecnologias desse tipo, fica difícil manter todos os filhos na terra. Consciente de tal situação, o agricultor vê uma saída na possibilidade de que alguns filhos estudem, para que esses adquiram uma profissão urbana, uma alternativa.

Todos os filhos dos agricultores entrevistados em idade escolar estudam. A escolarização é bastante valorizada pois o estudo é visto como algo que serve tanto para trazer retorno para o campo, formando um técnico agrícola, como para preparar o filho para as profissões urbanas. Mesmo o filho que ficar no campo deve estudar, de preferência ele deve ser técnico agrícola, profissão bastante respeitada pelos agricultores. Um dos agricultores entrevistados era técnico agrícola e o filho de outro agricultor estava fazendo esse curso.

“P- E para as crianças o que planeja para o futuro deles?”

R - Tem que fazer alguma coisa agora pra eles.

P - Querem dar estudo?”

R - Claro. Podendo! Dentro da família surja algum técnico, médico (risos), pessoas que trazem benefícios para o campo, né.”(Agricultora, grupo do aviário).

“P - E os seus filhos, o que o senhor está planejando para eles?”

R - a gente está conseguindo dar o estudo. Tem a moça que quer fazer a faculdade de informática e ele quer ser técnico agrícola.” (Agricultor, grupo do Grêmio Serraria).

As diferenças na maneira de como os agricultores visualizam o futuro dos seus filhos depende de uma série de fatores e de como esses fatores se articulam. De acordo com ZAGO (1991), faz parte desse conjunto de fatores desde a própria situação da unidade de produção (estrutura, tamanho, nível de tecnificação e tipo de atividade), a composição do grupo familiar (divisão por sexo e número de filhos), da bagagem sócio-cultural dos pais, até a crença na viabilidade da pequena produção face ao contexto de crise. Percebe-se, então, que as preocupações do agricultor, de maneira geral, com o futuro de sua família não passam necessariamente pela reprodução da sua situação de pequeno produtor. Essa não é um fim em si mesma, mas uma forma de viabilizar uma determinada situação familiar.

A valorização por parte do agricultor da escolarização dos seus filhos deve-se não apenas ao fato de que no campo não há mais terra para todos, mas também há dois outros motivos. O primeiro é a associação que existe entre estudo e modernização, e o segundo, alguns agricultores planejam que seus filhos não se tornem agricultores como eles, o que demonstra desencanto com a sua condição. Estudo não significa necessariamente sair da agricultura. A idéia de sair é defendida por aqueles que não acreditam mais na agricultura familiar.

*“P - E os seus filhos, o que o senhor planeja para eles quando crescerem?
R - Tem que estudar. Até quando vai dar pra estudar? Eu acho que quem passa por um caminho difícil, ele não quer que os filhos passem por esse caminho difícil. E como nós achamos que a agricultura foi difícil para nós, acho que a gente tem de fazer de tudo pros filhos. Só que não dá também de todo mundo estudar e todo mundo deixar a agricultura. Tem que ter alguém que fique.”
(Agricultor, grupo do Armazém Comunitário).*

*“P - O senhor acha que é melhor ser agricultor ou ser operário?
R - Ultimamente eu digo que de empregado está melhor que na agricultura. Porque a agricultura, você vê, não tem valor nenhum. O porco que seria pra nós, o colono, é pro grande. Porque quem está criando é o grande, o pequeno não adianta mais criar. É capaz deles (as agroindústrias) nem vir mais pegar*

os porcos. Qual é a alternativa que o colono tem? Vai colocar 100 cabeças de gado em cima de meia colônia de terra? Eu até vendi um pedaço pra colocar o aviário. Estava devendo um pouco, daí vendi, paguei e comprei as coisas pro aviário, pra tentar e, o que tem de gente vendendo terra! Terra você encontra aí por... Se tem 5 alqueires, vende 2 ou 3 e coloca um aviário e, outro vende e vai tentar outra coisa, maior parte vai para a cidade de Chapecó.

P - E os seus filhos também estão indo embora?

R - Todo mundo quer ir para a cidade, é que a colônia não tem mais jeito, pronto! Hoje quem tem máquina, tem que vender, porque não consegue manter as máquinas. Não tem explicação. Se planta um saco de soja, outros anos um saco de soja se colhia 100 sacos de soja, hoje você tem que colocar adubo e botar uréia na soja, pra poder colher. A terra está fraca, um pouco é a peste, um pouco é a semente fraca.” (Agricultor, grupo do Grêmio Serraria).

Os agricultores que querem ir embora para a cidade não desejam lá tornarem-se operários ou empregados. Eles objetivam abrir um comércio ou algum negócio próprio. Essa é uma estratégia buscada pelos agricultores que deixam a agricultura.

“P - E vocês gostam de morar aqui?

R - Estamos com o pé mais na cidade que ...

P - Por que vocês querem ir embora pra lá?

R - Faz 30 anos que trabalhamos aqui e estamos sempre na mesma, né? O pequeno quer sair, ele vai jogar bola, a moça vai estudar. Faz 3 anos que ele está pra cá e pra lá na escolinha (de futebol).

P - O que o senhor pretende fazer na cidade?

R - De repente, acho que dá mais botar qualquer movimento (comércio) na cidade, que na roça do jeito que nós estamos. Pouca terra aqui. Depois o produto vale pouco, financiamento se for sem juro dá pra pegar ainda o dinheiro, se não, não dá mais pra pegar.” (Agricultor, grupo do Aviário).

O agricultor não aceita a idéia de tornar-se empregado, seja no campo ou na cidade. Essa condição é por ele representada como uma espécie de escravidão. Os agricultores preferem ser agricultores que ser operários, pois o agricultor “faz seu horário, não precisa ficar debaixo da ordem de ninguém, manda na sua vida. Quando chove ele não precisa sair na chuva para ir trabalhar”.

“P - O senhor gosta de ser agricultor?”

R - Goste ou não goste a gente tem que lutar igual. O agricultor é discriminado, mas a gente não tem capacidade para ser uma outra coisa lá.

P - É melhor ser agricultor aqui ou trabalhar de operário?”

R- Não, ai prefiro ser agricultor.” (Agricultor, grupo do Armazém Comunitário).

“P - Então você também compartilha do ponto de vista que é melhor ser agricultor do que ir para a cidade?”

R - Sim, porque a gente não tem uma formação pra ser um funcionário público, e estando na roça, fome não passa. É um pouco difícil de manter, sustentar a família, pagar estudo para os filhos, comprar roupa, comprar o conforto que a gente precisa, mas quanto à alimentação não falta nada. Eu não iria para a cidade, a classe trabalhadora em si, pra tudo é difícil. Porque poder dominante espreme mesmo.” (Agricultor, grupo do Grêmio Serraria e liderança do MCA).

Alguns agricultores citaram as dificuldades que encontrariam caso decidissem ir morar na cidade. Embora considerem-se discriminados enquanto agricultores, eles dizem que na cidade o “salário é pouco, tudo é comprado e na roça pelo menos tem para comer, tem casa para morar”. Também eles se ressentem da falta de estudo para conseguir um emprego qualificado. O agricultor nem cogita ser operário. Para isso, teria capacidade.

Apesar das dificuldades, ser pequeno proprietário ainda é o desejo de muitos agricultores, desde que essa situação lhe possibilite viver com o que considera um mínimo de dignidade.

“P - E do futuro próximo, o que vocês esperam enquanto agricultores?”

R - Safras boas, que a família tenha sempre saúde, que continue essa união do grupo e que cresça sempre mais

P - Como é que vocês imaginam o grupo daqui a uns 3 anos?”

R- Que cresça sempre mais, a gente não tem planos só em fazer aviários, nós queria ver se a gente constrói açudes em grupo, a gente tem lugar muito bom para isso.

P - É uma boa trabalhar em grupo?”

R- Prá nós sim.”(Agricultora, grupo do Aviário).

O agricultor joga com uma série de possibilidades e de estratégias que estão relacionadas a um conjunto de condições e de desejos. Ser agricultor não acontece de forma independente das condições concretas. Recortar a família camponesa referindo-a a si mesma é dar-lhe uma autonomia que ela não tem. O agricultor só pode realizar o desejo de permanecer no campo, tornando-se produtivo e competitivo, através da incorporação de investimentos, o que depende de condições oferecidas pela sociedade mais ampla, condições que podem ser conseguidas através da mobilização, para isso sendo necessário organização.

“P - O que o senhor acha que tem que ser organizado assim a curto prazo, na agricultura?”

R - O governo voltasse a olhar para a agricultura. Que criasse um custeio, um financiamento, um juro subsidiado, a longo prazo. Melhorar o preço dos produtos. Que o sindicato de cada município que se organizasse, elaborasse uma proposta pra agricultura. Talvez não saia por parte do agricultor. A curto prazo, não podemos esperar nada, acho. Acho que tudo depende de nossa organização. Cair do céu prontinho, não vai acontecer”. (Agricultor, grupo do Grêmio Serraria e liderança do MCA).

“Talvez não saia por parte do agricultor” mostra a consciência da impossibilidade de isolamento. É através da organização e da mobilização para as lutas políticas que muitos agricultores procuram soluções para a situação desfavorável na qual se encontra a pequena produção. O ingresso no grupo de cooperação agrícola é uma estratégia para atingir tais objetivos.

CAPÍTULO 7 - POR QUE O AGRICULTOR ENTRA NO GRUPO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA?

As propostas da Agricultura de Grupo, colocada pelos mediadores do MCA, apesar das diferenças, tinham em comum a luta pela resistência e viabilidade da pequena produção. Para isso eles consideravam necessário incorporar à pequena propriedade ganhos econômicos, organizativos e políticos. Buscava-se contraposição ao modelo econômico e político brasileiro, tendo como objetivo a criação de um novo modelo de desenvolvimento. Os mediadores do MCA compartilhavam da idéia de que, através da cooperação agrícola, poderiam atingir tais objetivos. Os mediadores, cada um a seu modo, colocavam ao agricultor a necessidade de ele começar a participar do MCA, para garantir a sua permanência no campo.

Existe a crença por parte desses mediadores de que a agricultura de grupo traria soluções para os impasses nas quais se encontravam os pequenos produtores. Essa ‘utopia’⁴⁷, potencializou grandes esforços, levando os agricultores a formar inúmeros GCAs. O MCA tornou-se um espaço de socialização e de aprendizagem, onde ocorreram conquistas e também derrotas.

⁴⁷ “O termo *Utopia* tem sido usado com pluralidade de sentidos nem sempre livres de ambiguidades. Contudo, por um de seus significados, podemos tornar o conceito de um projeto (para mudança) mais preciso, considerando simultaneamente seus componentes ideológicos. Nesse sentido, *utopianismo* implica: a) Uma crítica profunda das atuais condições de vida. b) Um projeto de mudança, como contraposição e melhoria da situação presente.” (SCHERER-WARREN, 1993, p. 27).

Por parte do agricultor existe o desejo de superação da insegurança gerada pela instabilidade da agricultura e, também, existe o desejo de melhorar as suas condições de vida. A forma como esses agricultores subjetivaram sua condição torna-se o elo homogeneizador das reflexões que os levam a optar por participarem na formação de um GCA. Essas reflexões são marcadas, num primeiro momento, pela consciência do estado de precariedade em que vivem. Nessas circunstâncias, torna-se significativa a forma como esses agricultores representam suas carências. É o desejo de se modernizar, para viabilizar-se no campo, de uma forma mais segura, que os leva a se lançarem para a agricultura de grupo.

O GCA constitui-se, portanto, a partir da constatação por parte de seus integrantes de que há uma ameaça ou perigo que é comum a todos. A necessidade de fazer algo contra essa ameaça leva-os a um entrelaçamento de objetivos, em que se propõem-se a uma tarefa em comum, fazendo com que cada membro do grupo dependa dos demais. Ocorre aí uma interdependência de interesses, garantindo a ação grupal.

...“O nosso grupo se formou através da necessidade, né?”... (Agricultor, grupo do Armazém Comunitário).

...“Os agricultores ficavam com os olhos brilhando, empolgados com as idéias né, parece que aquilo ali ia ser a salvação deles no momento né? Se empolgavam muito com as idéias da cooperação, de falar em fazer um grupo em que gerasse dinheiro. Falar nos números que isso ia projetar né? As compras, as vantagens que tinha. Fazia uma compra apresentava uma vantagem. Aquela vantagem de 30, 40% parecia uma coisa que nunca ia acontecer. Eles ficavam super contentes. Um dos aspectos muito forte é a parte econômica, o ganho econômico que vá ter no momento. A não ser também o fator de organizar a produção”... (Agricultor, grupo Dom José).

Os agricultores explicaram os motivos que os levam a optar pela formação dos GCAs. Desses, o mais citado foi o de que, através do GCAS, torna-se mais fácil para

conseguir iniciar novos investimentos. Essa facilidade é ocasionada pelo fato de existirem incentivos financeiros para a cooperação agrícola, vindos de várias fontes: tanto governamentais como não governamentais. Quando não há esse incentivo financeiro externo, através da união de algumas famílias é possível somar os recursos financeiros, para iniciar os novos investimentos.

“P - E o que vocês esperavam desse grupo que formaram?”

R- Conseguir coisa do governo, sei lá de quem, fazer em grupo porque individual já foi experimentado e não se conseguiu nada. Fizemos em grupo sempre. Devia de ter assim um fundo perdido, que venha assim pros grupos. Que garante bem pra todos os municípios, né? Devia vim financiamento, com troca-troca, com 4 ou 5 anos pra pagar, daí. É que há 10 anos atrás era diferente, será que não pode voltar mais a ter financiamento?” (Agricultor, grupo do Aviário).

O oferecimento de crédito a fundo perdido, de máquinas e de animais, por parte de agências governamentais e não governamentais, vinculado à aceitação da proposta de cooperação agrícola atrai o agricultor para formação dos GCAs e, apesar de existir uma série de tentativas desfeitas, os agricultores sempre estão dispostos a formar novos grupos. As políticas de crédito fácil e barato através dos bancos acabaram e a cooperação surge como uma forma de compensar essa falta.

“P - Então, o fato de formar um grupo é uma estratégia que alguns tem pra conseguir investimento?”

R - Sim. Talvez no início não tivesse essa intenção, mas depois surgiu ele se apegou e pegou”.(Agricultor, grupo do Armazém Comunitário e liderança do MCA).

Um exemplo é o grupo do Aviário, criado em 1993. Esse grupo é formado pela união de 6 famílias, que são parentes (3 irmãos + 3 irmãs) e vizinhas. Formaram o grupo

para somar a quantidade de recursos necessários para construir o aviário, o que uma família sozinha não conseguiria. Cada sócio, de acordo com a sua condição, colaborou com a quantidade de recursos necessária. O grupo do Aviário, através dessa estratégia, espera conseguir ampliar o número de aviários até que cada família consiga ter sua própria instalação.

“P - O que vocês esperam do grupo do aviário?”

R - A gente pensou começar com um e depois ir construindo mais aviários né? Aos poucos construir um para cada sócio, mas sempre trabalhando junto”. (Agricultor, grupo do Aviário).

O grupo do Armazém Comunitário surgiu em função do problema que os agricultores tinham com a armazenagem de seus produtos. Esse grupo existe há 10 anos e, atualmente, possui em torno de 35 sócios. Formou-se através do programa troca-troca realizado pela CIDASC. Os sócios pagaram os custos do investimento através de seus próprios produtos, no caso, o milho. Um técnico da EPAGRI ajudou-os na organização do grupo e foi elaborado um estatuto. A distribuição das cotas por agricultor sócio do grupo é diferenciada, sendo que essas definem o quanto cada agricultor pode usar do armazém comunitário. O grupo paga um sócio como funcionário para que ele organize as atividades do Armazém Comunitário.

...“O grupo do armazém comunitário surgiu por causa do problema que nós tinha aqui, na safra de feijão. Nosso lugar produzia muito bem feijão na safra de inverno e todos os anos tinha dificuldade de colher (guardar) este feijão. Foi o ano que perdemos bastante feijão que nos reunimos pra poder montar o armazém comunitário.” (Agricultor, grupo do Armazém Comunitário).

Nos grupos de cooperação, os agricultores fizeram e fazem os mais diversos investimentos: tem-se o exemplo do grupo do Aviário, do Armazém Comunitário, dos Condomínios de Suínos, da Confecção (de roupas), etc. Os agricultores relataram que eles tem interesse em formar grupos para investir na avicultura, na suinocultura, na bovinocultura de leite, no engenho de cana, etc. O grupo do Grêmio Serraria, composto por 15 sócios, não conseguiu iniciar o investimento coletivo planejado. Porém, realizava compras coletivas. Os sócios desse grupo desejavam investir em laticínio, ou em condomínio de suínos ou em engenho de cana. Esse grupo não estava mais funcionando, pois ficou sem assessoria técnica e auxílio financeiro para continuar as suas atividades.

“P - Como o senhor entrou para os grupos de cooperação?”

R - Apesar de não estar funcionando eu sou o presidente do grupo e no começo eu estava muito faceiro, né, e estava funcionando.

P - O que vocês estavam planejando fazer no começo?”

R - Aqui, no começo, o pessoal queria ponhá (colocar) o engenho de cana, pra fazer cachaça, tinha gente que queria por vaca leiteira, tinha gente que queria para porco então tudo isso estava sendo planejado para o pessoal fazer o projeto e vir verba do governo federal. E o pessoal estava motivado”.(Agricultor, grupo do Grêmio Serraria).

O grupo da Confecção foi formado por sete sócias (mulheres) em 1991. As sócias realizaram o projeto com o auxílio técnico do agrônomo da APACO. Compraram as máquinas e a malha para a realização das confecções com o auxílio financeiro da diocese de Chapecó, que pagaram com a própria produção de milho. O grupo produzia e vendia as confecções, dividindo as tarefas entre as sócias. Em 1992, alguns meses após a sua criação, devido a conflitos ocorridos entre seus membros, o grupo resolveu dividir a sociedade.

“P - E qual era a idéia de vocês, o que vocês queriam com o grupo?”

R - Comprando a malha e costurando assim que um dia a gente chegava numa loja mais grande. Mas depois não deu bem certo com elas, lá meio desconfiavam um pouco lá, as costureiras não se acertaram e nós dividimos a sociedade”. (Agricultora, grupo da Confecção).

A preferência dos agricultores por condomínios de gado leiteiro (laticínio) pode ser explicada pelo fato de essa já ser uma atividade consolidada no município e também há indicação dos técnicos aos agricultores para que esses invistam na bovinocultura, pois consideram que ela é uma alternativa adequada à agricultura do município. Após a visita que os agricultores realizaram ao grupo “25 de Dezembro”, da comunidade de Serra Alta (município de Quilombo) que possui um laticínio, ficaram ainda mais motivados a investir na bovinocultura. O projeto do grupo D. José, composto por 8 sócios, quando fundado, em 1990, era de investir em laticínio. O Grupo Dom José encontrava-se na mesma situação do grupo Grêmio da Serraria, realizara compras coletivas mas não estava funcionando devido à falta de assistência técnica e de recursos para iniciar os investimentos.

“P - E o teu grupo como começou?

R - O grupo foi criado quando eu estava na APACO, eu tinha contato com o pessoal. O fato de eu estar na APACO incentivou muito, o pessoal foi à luta, que tinha as compras e a gente tentava fazer. Daí começamos a discutir um grupo, daí surgiu o interesse de compra coletiva. Inicialmente, nas primeiras reuniões participavam umas 10 lideranças, era necessário filiar o pessoal, inscrever para o grupo.

L - Vocês não tinham ainda a discussão de um projeto de produção?

H - Não, foi depois. Daí, mais adiante, quando surgiu o projeto coletivo de gado leiteiro de Serra Alta (no município de Quilombo) e foi um ônibus municipal lá visitar. Viajou pra lá, daí quiseram colocar um condomínio de leite como o deles. Daí até foi feito uma reunião lá em casa, que o grupo formasse uma diretoria permanente”. (Agricultor, grupo Dom José).

O fato de participarem das compras e vendas coletivas foi citado pelos agricultores como outro motivo que os levava a entrar para o MCA. As compras eram organizadas pela Associação Regional, sendo que cada CEMA organizava o seu município e cada coordenador de grupo organizava o seu grupo. O MCA entendia as compras como uma atividade estratégica para chamar o agricultor para o Movimento. Essas, além do retorno financeiro imediato que traziam, serviam para mostrar ao agricultor o poder de barganha que ele teria, caso se organizasse coletivamente para realizar suas comercializações. Existia, por parte do agricultor, um grande interesse em participar das transações coletivas, pois através dessas os agricultores conseguiam retorno financeiro rápido vendendo em mercados maiores (cerca de 20% de ganho em relação ao comércio local).

...“E as compras de mercadoria que a gente fazia enquanto não tinha dinheiro, a gente usava comprar o adubo, química, uréia, comprava as sementes, miudeza de casa a gente comprava né, fizemos uma vez uma compra. Então ela valia. O pessoal participou. Gostava, valia a pena. Mas eu achava legal no começo e tinha o benefício de que a gente comprava a semente e o adubo bem mais barato. Então valia a pena e valia pela organização do pessoal. Não tanto pelo lucro que podia trazer, como pela organização que a gente tinha”.(Agricultor, grupo do Grêmio Serraria).

Para fazer as listagens das compras os agricultores organizavam-se fazendo reuniões. Em Caxambu do Sul elas geralmente ocorriam após a realização do culto comunitário. Nessas reuniões as lideranças começavam a discutir com os agricultores as propostas da cooperação agrícola. As compras traziam vantagens econômicas imediatas e ensinavam o agricultor a negociar a sua produção.

“P - No começo quando vocês tinham os grupos né, quando começou a funcionar, como é que funcionava?”

R - Quando terminava o culto nós chamava o pessoal do grupo, se reunia e discutia ali mesmo, se tinha alguma compra pra comprar, foi feito compra. É foi tudo feito a nível de município. Na COPACS (Associação Municipal de Grupos de Cooperação Agrícola de Caxambu do Sul), cada grupo tinha seu coordenador, tinha uma lista de preço e de produto e o coordenador de grupo fazia dentro do grupo os pedidos, levava pro técnico e ele que fazia as compras.” (Agricultor, grupo do Armazém Comunitário).

“P - Mas por que o pessoal participava?”

R - Participava porque além do lucro, vinha a organização. Que daí a gente demonstrava força para eles. Então tudo era bom. Porque além de você comprar tudo isso, porque você descobria como as coisas aconteciam. Então na compra do adubo a gente comprou uma imensidão, a gente até naquela vez calculou, a cooperativa ganharia dois gols (carros) zero quilômetros. Então a gente fazia esse esforçozinho e ia até o município buscar de carroça. Mas o pessoal fazia com gosto, porque se sentia que o pessoal fica aí uma hora ou duas aqui e assim reunia o pessoal. O pessoal debatia, via os problemas e era mais fácil. E assim você não tendo nada para comprar o pessoal então não se reúne para nada” (Agricultor, grupo do Grêmio Serraria).

Para participar das comercializações coletivas o agricultor precisava estar filiado aos GCAs. Nesses grupos, os agricultores deveriam, além de participar das comercializações, começar a discutir um projeto de produção coletiva. Com a ajuda dos assessores da APACO, os grupos deveriam buscar formas de viabilizar tais projetos. Cada grupo teria autonomia para escolher o tipo de investimento e de funcionamento que achasse mais adequado à sua situação. Não havia por parte da APACO um modelo pronto para dar aos grupos, esses deveriam criar cada um o seu. À Associação Regional caberia orientar os grupos formados para desenvolverem os seus projetos.

Outro motivo que faz os agricultores formarem GCAs é o de que, quando eles realizam as atividades conjuntamente, eles sentem **mais força** e **mais ânimo** frente a sua situação.

“Fazer uma lavoura na roça, se vai uma turma anima a trabalhar, mas se vai um só num pedaço grande desanima já. É assim em todos os grupos. Tinha aqueles grupos da reflexão, aquele também é bom participar daqueles grupos, ensina muita coisa”. (Agricultora, grupo do Aviário).

Os agricultores envolvidos com o MCA, na sua maioria já haviam participado ou participavam de outros movimentos populares, como por exemplo das atividades Pastorais, da OMA, do Movimento Sindical, ou das atividade político-partidárias do PT, entre outras. Os agricultores que aceitam as proposta de cooperação com mais facilidade são aqueles que já possuem uma trajetória nos movimentos populares locais, como por exemplo na OMA, nas atividades das CEBS, no sindicato, no PT, etc.

“P - Como é que a senhora começou a participar dos grupos de cooperação?

R - Foi com o Movimento de Mulheres. Depois, elas convocaram uma reunião. Até nós nem queríamos entrar nesse grupo. É porque meu marido já estava na coordenação da APACO, e pra ser sócio precisa estar nos grupos. Então ele (o marido) falou comigo e disse: será que dá pra nós entrar? No começo não tinha dinheiro pra começar um grupo e para as máquinas. Depois elas (outras sócias do grupo) fizeram um projeto com as irmãs (freiras) e então nós ganhamos as máquinas pra começar e também 30 metros de malha, que depois nós pagamos em milho”. (Agricultora, grupo da Confeção).

“P - Como a senhora começou a participar das atividades comunitárias?

R - Foi na época da ACARESC, que tinha as extensionistas, elas começaram a reunir as mulheres, ensinar a fazer comida, fazer trabalhos, depois a horta, arvoredo. O meu marido se formou ministro (da eucaristia). Ele quis que eu também crescesse com ele. Daí eu fiz um curso de um ano e meio. Um curso de liderança e aí fui vendo a vida diferente.(...) Depois que comecei a participar vi que a vida era melhor. Daí até a vida da gente mudou, né? Tinha um diálogo mais aberto. A organização de mulheres saiu de um clube de mães. A gente fazia trabalhos na escola. Daí o clube das mães chegou à conclusão que a gente não ia viver a vida inteira dentro de uma sala de aula fazendo esses trabalhos, comendo pipoca, fazendo essas coisas. Daí a gente começou a discutir os direitos de uma professora né? Quando ela engravidava ela tinha direito a salário maternidade e nós mulheres da roça, nós nunca tinha isso. E durante tudo esse estudo a gente chegou a conclusão que uma família só não tinha condição de levantar uma confeção, alguma coisa. Então a gente

começou a discutir, isso levou dois anos, pra gente amadurecer essa idéia do grupo da Confecção”. (Agricultora, grupo da Confecção).

O agricultor, desamparado pelas políticas agrícolas, mediante a insistência de todos os mediadores da necessidade de formar GCAs, acredita que realmente deva formar os GCAs. Existe da parte do agricultor um potencial para a mudança, no qual ele vai se dando a chance de experimentar novas possibilidades. Nas suas próprias palavras: *“a gente tenta de tudo, pra ver no que vai dar!”*

Todos os agricultores entrevistados achavam que o fato de formar GCA poderia ajudá-lo a enfrentar sua situação. Existia, nesse sentido um sentimento favorável à constituição de grupos de cooperação. Mesmo aqueles agricultores que já haviam participado de experiências que haviam sido desfeitas, eram favoráveis à cooperação agrícola. Para os agricultores, essa é um meio encontrado para viabilizar seus projetos, cujo principal objetivo, conforme já escrevemos, é o de tornar-se um agricultor modernizado.

CAPÍTULO 8 - COMO FUNCIONA O GRUPO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA?

Neste capítulo, vamos nos referir ao processo de apropriação, por parte dos agricultores, da proposta de cooperação agrícola, procurando pontuar os desdobramentos que essa apropriação traz. Analisaremos a eficácia e os impasses (pontos de tensões e de rompimentos) da cooperação agrícola.

O agricultor ao entrar para o MCA busca encontrar através desse uma alternativa para a situação de impasse na qual se encontra. É o objetivo comum que está na gênese e na constituição do grupo de cooperação agrícola.

8.1 - A EFICÁCIA E OS IMPASSES DA MORAL CRISTÃ NA CONSTRUÇÃO DOS GRUPOS DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

A crença que a solidariedade e a união dos agricultores entre si os tornariam mais fortes econômica e politicamente é a base comum a todos os mediadores do MCA e dos agricultores que formam os grupos de cooperação agrícola.

“P - Então o senhor acha que vale a pena o trabalho coletivo?”

R - Vale a pena. Ajuda. Um só é um e faz por um e dois, talvez faça por três. Aqui quem está individualista não está indo pra frente, cada vez está enredando (andando) pra trás. Então a maioria ainda concorda com os grupos.” (Agricultor, grupo do Aviário).

Pedagogicamente, mediadores e lideranças têm como objetivo a formação de uma ideologia produtivista e também “progressista” (CEBs, Novo Sindicalismo e PT). Busca-se, além das vantagens econômicas, ensinar valores que são de **solidariedade**, **igualdade** e **união**. Na base da formação do grupo de cooperação agrícola estão os grupos de reflexão das CEBs. Reunir-se no grupo de reflexão de sua comunidade para debater os seus problemas é algo que faz parte do cotidiano de grande parte dos agricultores, pois é assim que esses, sob orientação da nova forma de entender a religião, expressam a sua religiosidade.

É inquestionável a capacidade pedagógica que as CEBs têm nessas comunidades e é nesse sentido que a Igreja dá uma contribuição muito grande para a construção da cidadania do povo brasileiro. Ela consegue, através de sua ação religiosa, transformar a postura política dos sujeitos, junto aos quais constrói a sua nova missão. O fato de o agricultor participar de tais grupos faz com que esse uma religião e política, o que em muitos momentos o conduz para uma indiferenciação entre ambas.

“P - Foi por isso que vocês se escolheram, que critérios vocês usaram para definir quem seria sócio do grupo?”

R - A gente já tem o grupo de reflexão de famílias, da igreja. Sempre participa essas 6 famílias e a gente sempre se deu bem.

P - Como é que vocês fazem para decidir, para fazer as coisas juntos?”

R - A gente se organiza de noite, faz uma reunião as 6 famílias. Faz até 2 vezes por semana se preciso. Quando aparece um assunto a gente se reúne. Não temos datas estabelecidas. A gente decide junto.

P - E quando 3 querem uma coisa e 3 querem outra, como é que vocês fazem?”

R - Ah, isso nunca acontece. Cada um conta sua idéia, e a gente vai dar sempre pela melhor. Que seja de um casal só ou de dois, três, mas sempre a gente aceita conversando. (Agricultora, grupo do Aviário).

A junção da religião com a política é realizada de forma tranqüila pelo agricultor, se a idéia de política for usada no sentido amplo do termo, significando a

conscientização para a luta na busca de solução para problemas; tem-se, assim, um cidadão conscientizado pelos princípios do comunitarismo cristão. É aí que ocorre a eficácia das CEBs, pois elas formam uma nova base cultural, impulsionando os agricultores para a luta pela cidadania.

Esse tipo de cultura política aparece como uma novidade, mediante a cultura política anterior, cujas bases se vinculavam a relações sociais de dominação. Até a chegada de mediadores imbuídos da ideologia dos Novos Movimentos Sociais, as relações clientelísticas predominavam. O mandonismo local, sustentado na troca de favores, ditava naturalmente as regras do jogo político.

“Eles (os políticos) fazem muitas promessas. Depois eles acabam esquecendo e o povo tem memória tão curta, que eles não ligam para aqueles dois, três anos que eles esqueceram deles. Que vale que eles estão prometendo, uns três meses antes das eleições. Eles se esforçam e até fazem o impossível pra poder agradar. (...) Eles trabalham com um método assim, eles têm as comunidades, então as comunidades têm pessoas de família importante, famílias chaves, que é as pessoas que sempre trabalham bem. Famílias de tradição. Então eles fazem sempre bem para esse pessoal. Para essas poucas pessoas. Depois na hora da eleição o pessoal, esses aí vão fazendo a cabeça dos outros, mantendo o cabresto na própria comunidade, né? Então a conversa que gira é que eles estão sempre fazendo o bem” (Agricultor, grupo Dom José).

O agricultor possui uma rede de relações construídas, na qual ocorre a comercialização e a prestação de serviços que recebe dos órgãos públicos locais. Quando o MCA, através de seus agentes busca uma nova forma de encarar essa realidade, essas relações de dominação são questionadas, exigindo mudanças, que não acontecem de forma tranquila, traduzindo-se em uma série de tensões. A forma de agir dos agricultores, que não aderem às propostas do MCA, é desqualificada pela atuação desses novos agentes.

Alguns agricultores, por razões ligadas a suas trajetórias individuais, conseguem incorporar de forma mais intensa os objetivos das CEBs e tornam-se os agentes das suas Pastorais locais exercendo o papel de líderes comunitários. Entendem sua atuação como missão, incumbindo-se de levar ao povo os princípios da Pastoral⁴⁸. Geralmente esses líderes possuem uma relação próxima com o pároco local.

As lideranças consideram os agricultores que não aderem à proposta do MCA como responsáveis pelo que entendem ser o fracasso do Movimento, isso ocorre devido ao seu **individualismo, falta de consciência, de preparação política e de união**.

“P - Além da confiança, o que você acha que é necessário para funcionar bem o grupo?”

R - Para ir bem o grupo precisa boa vontade. Agora não dá certo, por exemplo, se existir uma pessoa dentro do grupo, ou uma família que não tem consciência do que é uma organização, que não tem consciência do que é um grupo e não sabe o sistema que é o país hoje, aí não dá certo, essa é a grande questão.” (Agricultor, grupo do Aviário).

“L - Por que ele (o agricultor) é desconfiado?”

D- Pelos estudos que a gente teve nos encontros, isso vem da família, porque antigamente eles procuravam, que o agricultor fizesse a casa numa ponta da minha terra e o outro que fosse lá na outra ponta, pra gente não ter muito contato, discutir, chegar uma conclusão. É o individualismo, cada um para si, o agricultor ainda hoje é muito individualista.” (Agricultora, grupo da Confecção).

Os agricultores acreditam que o fator mais importante para o êxito do grupo é a **confiança** que deve existir entre os seus integrantes. Essa é conhecida e determinada através das relações já existente na comunidade.

⁴⁸ Situação semelhante aconteceu na pesquisa de Lígia Dabul, “Fé e Política; uma questão da Igreja Católica no Brasil Hoje”, que estudou as ações dos agentes da Pastoral Popular de Goiás, Mato Grosso e Rio de Janeiro (In: ESTERCÍ, 1984).

“R - Aquele que integra a família e integra num grupo, tem que ter uma certa confiança um no outro. Porque a primeira coisa é a confiança. Porque se um desconfiar do outro não adianta nem formar um grupo porque, provavelmente não dá certo. No nosso caso nós estamos em seis famílias no grupo e convivemos juntos há 30 e poucos anos. E sempre a opinião de um vale para os outros, quando a gente dá uma idéia, outro acata, né? Não é uma teimosia um contra o outro. A gente tenta sempre um diálogo. Por isso a gente começou o grupo aqui. Então nós tinha um grupo na comunidade já que moramos pertinho, formamos nosso grupo porque um já tinha confiança no outro, já conhecia bem o outro.”(Agricultor, grupo do Aviário).

A compreensão que o agricultor faz a respeito do funcionamento do grupo é permeada pela explicação moral do “fracasso” ou “sucesso” do grupo, esse fato não o leva a analisar os motivos que dificultam a viabilização dos grupos, incluídos os oriundos dos conflitos políticos, causados pelo sobreinvestimento ideológico, e dos choques causados pela tentativa de junção da lógica empresarial proposta pela coletivização e da lógica da unidade familiar. O fato de os agricultores não conseguirem resolver os problemas advindos de tais dificuldades, talvez por reduzirem suas causas a uma questão moral, os leva à inviabilização de muitas experiências de coletivização.

8.2 - O SOBREINVESTIMENTO IDEOLÓGICO: O GRUPO COMO ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA

O MCA objetiva a construção de uma sociedade socialista, através da implementação da coletivização. Suas lideranças também representam o Novo Sindicalismo e o PT, o que resulta em um investimento ideológico intenso sobre os grupos, causador de uma série de tensões, de conflitos e de rupturas, tanto ao nível grupal, como nas relações existentes entre os mediadores que representam MCA e as outras instituições municipais. A

esse investimento ideológico de “esquerda”, caracterizado, na prática, pela atuação implícita e/ou explícita dos referidos mediadores, chamaremos de “sobreinvestimento ideológico”. Esse fato não é exclusividade do fenômeno por nós estudado, pois também acontece com outros movimentos sociais⁴⁹. A literatura referente aos movimentos sociais tem analisado a polêmica relação entre os partidos políticos e os movimentos populares.

Na concepção dos entrevistados, o “sobreinvestimento ideológico” causa conflitos no MCA. Esses apontam duas posições na tentativa de superação de tal cenário. A primeira, defendida pelas principais lideranças, entende que os participantes deveriam ser todos partidários da mesma ideologia, identificada como a de “esquerda”. Nesse caso, só comporiam o MCA os agricultores que já tivessem realizado a opção política de “esquerda”.

“Eu gostaria de pegar aqui cinco, seis líderes que tem aqui nesta região. Eu duvido se não funcionava(o grupo). Eu volto a jogar a minha cabeça. Mas tem que ser liderança, aqueles que participa, que já tem uma proposta, vou supor, que já tem uma visão, aí funciona. Agora pegando uma pessoa assim e explicando, aí é tempo perdido.” (Agricultor, grupo do Armazém Comunitário e liderança do MCA).

A segunda opinião entende que a “política”, ou seja, o sobreinvestimento ideológico é responsável pelo “fracasso” de grupos, dividindo seus membros. Defende que a política partidária não deve se infiltrar nos movimentos populares.

⁴⁹ CASTELLS & PAULILO (1991, p. 8), ao estudarem um assentamento de Reforma Agrária do MST de Santa Catarina, cujo nome é “Putinga”, referem-se ao sobreinvestimento da seguinte forma: *“Quando falamos em “sobreinvestimento ideológico”, falamos da esperança que alguns líderes e mediadores têm de que os assentamentos sejam os ‘germes de uma nova sociedade’ ”*. Também ZIMMERMANN (1994, p. 222 e 223), ao estudar um assentamento de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul, afirma que: *“ O primado do ‘coletivo’ e de outras formas modelares acaba*

“O pessoal acha que política tem que ser para político. Tá sendo muita a divisão, é uma divisão no município, gerado por essa política. Uma inimizade entre vizinho, na cidade é uma separação de grupos que tá louco!

P - Mas é por causa da política?

R - Em vez de outros anos, nunca tinha isso ali, até na política (ano eleitoral), nas vésperas sempre tinha os grupos, mas passou a política, encerrou e pronto. Em vez agora está dividido de um jeito que a gente fica até admirado de ver.” (Agricultor, grupo do Grêmio Serraria).

“P - E agora, como é que está o momento atual?

R - Agora tá parado. Antes, um pouquinho antes das eleições, descambou. Quando começou a campanha já disseram que não iam ficar junto do grupo do PT, e daí não participaram mais.

P - E vocês fizeram campanha daí para Frente Popular?

R - Fizemos. As lideranças fizeram. É claro, eu era desde o primeiro ano que chegamos aqui, era conhecido. Porque quando eu cheguei aqui tinha campanha para o Lula.

P - Aí o senhor fez também?

R - Fiz a campanha, inclusive tenho uma placa bem grande lá . E então, eu coloquei uma placa bem grande lá . Então aqui todo mundo me conhecia por Lula.” (Agricultor, grupo Dom José e liderança do MCA).

“P - Mas qual era a política que tinha? Era política partidária? Havia discordância por causa disso no grupo?

R - Mas, Deus o livre!! Isso é em toda parte!

P - E no grupo do senhor, quantos sócios tinham?

R - Ali era dividido, uma parte era do PMDB, outra parte era do PT, outra do PDS, outra... O sindicato ia mais ou menos bem, por fim, os caras que entraram lá dentro (diretoria), em vez de cuidar do sindicato, se atracaram na política.

P - Fazer política pra quem?

R - Pro PT, ou do PMDB, ou do PDS, era tudo, a maior parte sempre saía do PT.” (Agricultor, grupo Grêmio Serraria).

O fato de as lideranças do MCA atuarem nas várias entidades ligadas à esquerda faz com que os agricultores identifiquem a sua atuação político ideológica. Em novembro de 1992, quatro meses antes da realização desta parte da pesquisa, ocorreu a eleição para a prefeitura municipal, marcada por disputa intensa, polarizada entre o

por desrespeitar o ritmo e a conduta democrática de convivência que, juntamente com o trabalho de formação teórica, atuam como sustentáculos do crescimento conjunto da consciência política.

candidato da frente ligada ao PMDB e o candidato da frente ligada ao PT. Os representantes do MCA faziam parte da última.

O padre do município defende a ideologia da frente composta pela esquerda do município. Na sua atuação, quando está rezando a missa ou mesmo em outros espaços, critica o individualismo, o egoísmo e a falta de união, de conscientização e de organização dos fiéis. O agricultor identifica o discurso como petista.

“P - O padre também tem um partido político?”

R - O padre é do lado do PT.

P - E o pessoal não gosta?”

R - Não é que não gosta, é que o pessoal não entende isso aí, é pro certo, é pro errado, existir esse tipo de política na igreja ou..

P - Mas o padre fala de política partidária na igreja?”

R - Mas Deus o livre !

P - E o pessoal aqui da comunidade, qual é o partido que a maioria votou?”

R - Nessa região aqui a maioria votou no PMDB. Você veja bem, nós tivemos 4 anos de mandato do prefeito do PMDB e o padre e o prefeito não se davam. E onde se viu, as maior autoridade no município andarem desse jeito, não tem explicação!! Nosso país pra endireitar tem que eliminar essa política que está aí. Não pode!” (Agricultor, Grupo Grêmio Serraria).

Na avaliação de um líder de esquerda, o PT é visto como um partido radical, porque na sua história municipal nunca aceitou coligações com os partidos tradicionais do município e não conseguiu viabilizar um projeto popular ampliado. A frente de esquerda, composta pelo Sindicato, Igreja e PT, produz uma configuração que não é entendida pelo agricultor não identificado com essa ideologia e é criticada mesmo por algumas lideranças.

“Então o PT sempre foi visto como radical, o pessoal da luta nessa época era radicalismo, até nós, tudo era radical demais. Então o PT formou aquela liderança e ficou nisso aí. No sindicato o pessoal participava no começo, né? Ficou por isso aí depois.(...) Era muita mistura de sindicato, a Igreja e o padre tem o discurso de petista. A partir de 85 pra cá, então ele (o padre) também entrou com esse discurso, então o pessoal também conhecia mais ou

menos e identificava. Todos eram contra o PT. O PDS era contra, o PFL era contra, PDT era contra, tudo era contra o PT. O PMDB era contra, existia muito radicalismo (por parte do PT).

P - Como era esse radicalismo?

R- Desde o fato de não coligar com ninguém, então isso ali era a primeira coisa que tinha, isso revoltava os políticos da cidade.(...) Depois acho que era muito fanatismo também, né?” (Agricultor, grupo Dom José).

A distinção entre os dois grupos políticos culminou no processo eleitoral de 1992, sendo que a disputa pela prefeitura foi acirrada, resultando na vitória da frente do PMDB por um número pequeno de votos, mantendo esse partido na prefeitura do município por 16 anos. A perda das eleições provocou desânimo nas lideranças do MCA. As relações das lideranças do MCA com o poder municipal são tensas. Esse discrimina os representantes do MCA, não atendendo suas solicitações, enquanto aqueles criticam sua administração.

“R - Politicamente dentro do nosso município, faz 16 anos que manda um partido e a gente tem uma visão de muito tempo já, a gente tá fazendo oposição a este partido. Principalmente o prefeito que passou, a gente fez oposição. E oposição onde de que a gente vê onde que está errado. Bom, nós precisamos de apoio da prefeitura para fazer a terraplenagem do aviário, nós tivemos que pegar um trator particular de Chapecó, porque a prefeitura não veio fazer.

P - Vocês pediram para ela?

R - Pedimos. Ficamos seis meses sendo enrolados, seis meses enrolados, toda semana nós ia pedir e diziam que era semana que vem, não tinha combustível, estava quebrado, isso e aquilo e ia enrolando.” (Agricultor, grupo do Aviário).

A partir da campanha eleitoral, as relações entre as lideranças do Movimento e a Prefeitura foram interrompidas, lançando o MCA em dificuldades. O apoio municipal é importante, pois esse pode financiar projetos, pagar assessoria técnica, enfim, ajudar na infra-estrutura para o MCA implementar seus objetivos.

“Precisava ter alguém liberado e ser pago por alguém pra explicar tudo isso. Mas quem vai pagar? Nós tentamos com o prefeito, não tem jeito. Ele liberou, mas não adianta, fazer um projeto lá pra outros países, pra liberar alguém aqui, é difícil. Se tivesse um técnico que explicasse bem essas coisas, pro grupo ou pra comunidade, melhoraria. Mas quem vai pagar isso?”

P - Será que a prefeitura não pagaria?

R - Depois de terminar de almoçar, aquele dia no seminário em Caxambu, ele (um sujeito relacionado ao prefeito) me atirou algumas propostas. Queria que eu ficasse de novo na coordenação dos grupos, ele acha que tem alguma proposta do prefeito, pelo que ele me contou. Mas só que tem que andar de braços dados com o prefeito. Você sabe que os grupos de coordenação, 90% é petistas e contra o prefeito. Então não tem como chegar. Então pela proposta dele, ele queria ajeitar tudo. O prefeito liberava o técnico, até me ajudava a pagar um pouco por mês pra eu fazer umas reuniões. Mas tem que ser um pelego para o prefeito. (...) A visão deles é essa. É chegar e esconder os erros deles.

P - E não dava pra tentar negociar, sem necessariamente ser pelego? Se ele (o prefeito) pagasse um técnico seria uma coisa boa, quem sabe ele quer fazer junto?

R - Só que quando se está num grupo assim, se tem outras atividades junto. É a escola, é a estrada, é tudo. Então vêm as queixas e tu tens que chegar e denunciar. Ir contra muitas vezes ele. E ele te libera um técnico. Tu ir contra, denunciar, ele pode te cortar o técnico. Não é fácil. Se fosse um prefeito que entendesse, chegasse na comunidade: olha eu não venho fazer essa estrada que está sem cascalhamento, porque o negócio assim não é político, eu posso fazer na hora que o tempo melhorar. Mas o negócio é político mesmo: vocês foram contra e eu não te faço.” (Agricultor, grupo do Armazém Comunitário e liderança do MCA).

O MCA, enquanto proposta de cooperação agrícola, representa as expectativas dos agricultores, desde que ele não coloque o socialismo ou a política partidária como fator decisivo para a adesão do agricultor a ele. “O sobreinvestimento ideológico” exige que o agricultor tenha que fazer uma opção político-partidária. A isso, grande parte se recusa, por considerar um “cabrestamento” de sua autonomia.

Esses agricultores querem ter a liberdade para usar o seu voto como lhe seja conveniente. MOISÉS (1990) mostra, ao estudar as eleições presidenciais de 1988, que os eleitores atualmente usam o voto como arma para punir governos considerados incapazes ou como forma de protesto contra o arcaísmo da tradição política brasileira. O agricultor

procura manter sua autonomia política, pois suas relações dependem de uma teia complexa, que envolve as relações com o poder local, (cooperativas, casas de comércio, órgãos municipais, etc). Nessas relações, ele procura segurança para enfrentar os riscos da agricultura. Optar pela cooperação agrícola, na qual ficará vinculado a lideranças, representantes de entidades “consideradas radicais” e que estão em conflito com o poder local significa investir em algo novo, o que implica um risco alto, do qual o agricultor foge.

Além disso, inúmeras pesquisas de opinião têm mostrado que a maior parte dos eleitores avaliam com severidade as instituições democráticas e que não confiam nos políticos, pois sabem que esses usam a política em prol de interesses particulares, em prejuízo dos interesses sociais. Existe na cultura política uma idéia negativa da política partidária.

Existe no campo o medo do comunismo que foi provocado pela atuação da Igreja e outras instituições conservadoras, em décadas passadas. Nas eleições de 1988, a UDR, representando as elites agrárias, soube reforçar esse aspecto da cultura política do agricultor, acusando o candidato da Frente Popular de comunista, de socialista, de ameaçar o direito de propriedade do agricultor. Assim, o agricultor pesquisado não habituado com as idéias da “esquerda”, tem medo do socialismo e do comunismo. Esse depoimento de uma liderança é ilustrativo, pois mostra que alguns agricultores, por medo do comunismo, não votaram no PT.

“P - Mas por que os agricultores têm tanto medo dos petistas?

R - É porque desde que eu cheguei aqui (em Caxambu do Sul), então me disseram assim: tem que ter cuidado para discutir política, porque lá é PMDB daqueles roxo. E se você discutir política lá você apanha. E eu nunca tive esse problema. Eu discuti política na bodega. Só que eu nunca ofendi partido, só discutia as propostas. Tinha um que quando queria ofender eu dizia não, mas... A proposta do partido nosso é esse, agora a proposta do PMDB é outra.

Inclusive, aqui eu fui um dia numa festa lá, estava bem no topo da campanha do Lula. Eu cheguei lá, acho que se reuniram mais de trinta em roda e eu cheguei lá com a camisa do Lula e eu estava bem barbudo e quando eu desembarquei lá que eu estava indo assim e gritaram: “está chegando o Lula” e começaram a gritar, o pessoal arrodiam (cercaram) e daí então começaram falar, porque se o Lula não tivesse coligado com o partido comunista, mas ele está coligado com o partido comunista...” (Agricultor, grupo Dom José e liderança do MCA).

A atuação do PT nas eleições presidenciais de 1988, segundo MOISÉS (1990), não possibilitou um esclarecimento adequado nesse sentido, o que o fez passar para uma parcela da opinião pública como o defensor da via autoritária e centralista na construção do socialismo, o que o PT não é. A crise do Leste Europeu também foi usada amplamente para criticar a Frente Popular, colocando-a como representante de um modelo de sistema social já falido.

Todos esses fatores levam a maioria dos agricultores a encarar a partidarização do MCA com desconfiança, levando-os a uma postura de recuo ou de fuga. Seria necessário criar novas situações, permitindo que a proposta do MCA estabelecesse uma relação mais próxima à cultura desses agricultores, para que pudesse se tornar possível a troca, o diálogo.

A compreensão dada pelos mediadores e apropriada pelos agricultores, baseada na racionalidade religiosa, sendo portanto de ordem moral, mascara questões de ordem estrutural: econômica, política, fundiária e organizacional.

FREIRE (1985) afirma que a ação educadora no campo não pode basear-se num modelo educacional que englobe ações que coisifiquem o camponês e o negam como ser da transformação. Conhecer não é um ato dócil e passivo, exige a presença curiosa e transformadora do sujeito frente à realidade, utilizando o conhecimento nas situações

existenciais concretas. Impor conteúdos alheios, que contradiz a própria realidade do agricultor é uma invasão cultural, que reproduz as relações de dominação que já existiam.

“Estamos convencidos de que, qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado ao esforço de uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão”. (FREIRE, 1985, p. 33).

Faz-se necessário que os mediadores partam das contradições já existentes, pois daí podem surgir alternativas. A ação que não incorpora as contradições é mantenedora das antigas relações de dominação ou de situações de impasses, inviabilizando os objetivos democráticos.

Parte dos agricultores está insegura de sua própria capacidade, subjetivou a impotência, amedrontando-se diante das novas possibilidades. Para entender a sua falta de participação é necessário buscar as razões nas condições históricas, sociológicas, culturais e psicológicas nas quais eles se formaram. A falta de participação não existe, como muitos pensam, porque os camponeses possuem uma natureza (essência) apática. A estrutura social, na qual ele se socializou, proporcionou-lhe uma base, rígida e vertical, sem espaço para a cidadania, não ocorrendo a aprendizagem para a participação.

8.3 - OS ENTRAVES DA APROPRIAÇÃO DA LÓGICA EMPRESARIAL PELA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO

O trabalho coletivo exige uma lógica muitas vezes próxima à empresarial: contabilidade, divisão das tarefas e obediência à legislação trabalhista. Difere do modo de produzir do agricultor que está baseado na lógica da unidade familiar de produção, caracterizada por algumas especificidades.

A família camponesa é unidade de produção e de consumo, enquanto que na produção coletiva é necessária a separação das duas instâncias. Para tanto, é necessário a construção efetiva de regras que sirvam para organizar a nova situação.

A forma como o agricultor faz o cálculo econômico é diferente da proposta empresarial.

“Para o colono, o cálculo é outro. Renda é tudo aquilo o que sobra no final do processo produtivo. Investimento é tudo aquilo que fica na propriedade, seja uma máquina, uma benfeitoria ou um pedaço de terra recuperada. Estando o financiamento pago, o bem adquirido é considerado lucro, não importando o montante de retorno que ele traga.” (PAULILO, 1990, p. 102).

Os diferentes ramos produtivos estão integrados na propriedade, transforma-se o milho em porco, aproveita-se o esterco do porco para adubar as roças, etc. O cálculo de cada produto não é computado separadamente. Para explicar tal situação, PAULILO (1990) usa a própria expressão do agricultor *“o colono é um monte só”*, mostrando que esse não faz o cálculo produto por produto porque *“... esse tipo de cálculo não faz sentido para o produtor, porque não lhe serve de instrumento para pensar e decidir sobre o seu dia-a-dia.”* (PAULILO, 1990, p. 102). A fórmula do cálculo econômico da lógica empresarial usada no grupo difere dos critérios usados na lógica familiar.

A família não separa o trabalho de cada membro, pagando-lhe um salário, sendo que as tarefas de um são arranjadas a partir de estratégias baseadas no projeto da

propriedade como um todo. O sistema de parentesco permeia as decisões tomadas, sendo que a hierarquia e a divisão das tarefas do processo produtivo são definidas pelo chefe da família (pai), que é o principal responsável pela organização do trabalho familiar.

A cooperação exige formas de produzir que se diferenciam da dinâmica familiar da propriedade, pois incluem relações de parentesco de forma mais ampla e relações de vizinhança.

A falta de experiência do agricultor com relação à proposta empresarial coloca a necessidade de assessoria técnica para que ela possa se concretizar, principalmente quando ele vai iniciar um ramo produtivo novo. Quando realizei essa pesquisa, os grupos do município de Caxambu do Sul não contavam com assessoria técnica para realização dos seus projetos.

“P - Por que os outros sócios venderam as cotas para você?

R - E depois nosso grupo aqui foi um grupo que ninguém tinha experiência em criar porco. Não sabiam o que era criar um porco. Achavam que vinham aqui e pegavam o dinheiro. E foi o ano de 76, 77 foi o pior ano da suinocultura.”(Agricultor, grupo do Armazém Comunitário).

Diante de tal situação, os agricultores formam os grupos de cooperação respaldados na lógica da unidade familiar e na racionalidade cristã que explica o sucesso ou o fracasso do grupo em termos de quantidade de “conscientização” ou não, como se apenas esse fator viabilizasse a atividade, pretendendo-a “produtiva”.

O aspecto moralizante dessa explicação lança o agricultor numa certa ingenuidade, fazendo com que ele não consiga desvendar as dificuldades causadas pelo processo real com suas contradições.

A cooperação coloca o agricultor numa série de dificuldades, que estão baseadas na falta de condições objetivas para torná-la viável: recursos financeiros, assistência técnica, criação de mecanismos que instrumentalize a organização do grupo, apoio para enfrentar o boicote de forças conservadoras, etc.

O grupo, construído na “confiança” e no “pressuposto da igualdade”, depara-se com uma série de impasses que não consegue administrar, pois fica sem criar os instrumentos para lidar com essas dificuldades, que acabam por gerar uma série de desentendimentos entre os sócios que o formam, entre esses e os mediadores, entre os mediadores e outras entidades externas que se relacionam com o Movimento. Muitos são os casos que servem para elucidar tal situação. Mostraremos a seguir os mais importantes, a iniciar com a organização das horas trabalhadas por cada membro do grupo. Usaremos o grupo da Confecção como exemplo, embora a dificuldade para organizar o processo produtivo faça parte da dinâmica da maioria dos grupos. No grupo da Confecção, a diferença que existia no tempo de trabalho que cada sócia dedicava ao grupo, umas dedicavam mais horas que outras, não era considerada, sendo o lucro dividido igualmente. Esse fato geralmente causa insatisfação no grupo, mas não é explicitada devido ao ideal da “igualdade”. Surgiram questões trabalhistas envolvendo sócios que acumulavam a função de funcionário, sem que houvesse respeito à legislação.

“P - Vocês ganhavam pago os dias que trabalharam?”

R - Mas nada, no começo ninguém ganhava, nem elas que costuravam. Porque não tinha.

P - E quem trabalhava menos tempo no grupo, como que vocês faziam com a divisão do lucro?

R - Era tudo dividido igual. É que nem hoje. A sócia que trabalhou dois anos, até esses dias coitada, ganhou o quê? - Não tinha nada no começo, tu vai fazer como? Então não é fácil você pagar uma funcionária ali com salário no começo, não tinha como? Depois ali no fim elas pagavam meio salário no fim

do ano. Mas pensa meio salário, coitada. Não dava pra nada.” (Agricultora, grupo da Confeção).

Houve, também, o caso de um sócio que processou o grupo, exigindo o pagamento de seus direitos e de outro que matava os leitões pequenos (refugos) do condomínio coletivo, o que causava prejuízo para o grupo e benefício próprio, pois assim conseguia aumentar o seu salário, que era calculado sobre o peso médio dos leitões produzidos. O fato de o grupo contratar um sócio como funcionário geralmente causa dificuldades, que advém do fato de se acreditar que a lógica familiar (baseada nas relações de parentesco) ou a lógica cristã (baseada na idéia de irmandade e igualdade) seja suficiente para garantir tranquilidade nas relações trabalhistas. Quando surgem conflitos de qualquer ordem, o grupo rompe com a lógica inicial e procura na justiça a solução para os conflitos. Segundo as lideranças, quando acontece esse tipo de dificuldade, que é bastante comum, o fato depõe contra a idéia da cooperação, fazendo com que ela apareça como causadora de confusões e de impasses, fato que afasta os agricultores.

“No grupo do Armazém Comunitário agora tem o problema do operador que está no ministério do trabalho contra o grupo. E se fosse uma pessoa estranha! Ele nasceu aqui, está morando aqui em torno de 45 anos e conviveu junto, é parente de quase a maioria dos sócios.” (Agricultora, grupo Aviário).

“Surgiu um problema agora, né? Só existe o problema deste cara que entrou no Ministério do Trabalho. Por parte dele, acho que ele tá querendo desorganizar o grupo. Sempre funcionou bem, desvantagens para nós não trouxe. (...) Agora ele entrou no Ministério do Trabalho, ele estragou bastante. Os sócios ficaram revoltados.”(Agricultura, grupo do Armazém Comunitário).

A dificuldade que o agricultor tem para lidar com a contabilidade também faz aumentar o risco de mal entendidos entre os sócios do grupo, causando uma série de conflitos. A falta de controle sobre as atividades lançam os grupos em dificuldades além

das de relacionamento, que são de ordem organizacional, dificultando o gerenciamento econômico do grupo e, na maioria das vezes, tornando-se um fator determinante para levar o grupo a dar prejuízos financeiros, fazendo com que encerre suas atividades coletivas.

“P - Por que vocês dividiram a sociedade?”

R - É que não dava lucro. E uma sócia começou a desconfiar da outra. Porque não estava dando lucro e uma queria medir tudo, aí um dia fizemos um balanço. Foi tirado tudo as roupas lá de cima, para medir todas as roupas. Ela achava que a outra sócia estava..., pegava coisas. Aí foi uma discussão aquele dia de louco. Então resolvemos dividir, porque uma sócia disse que naquele ambiente não trabalhava mais. Mas sofremos naquele tempo!! Outros em nosso lugar acho que teriam desistido.

P - E porque elas chamaram as freiras?”

R - Depois, nós já tinha dividido tudo e elas disseram que elas saíram perdendo. Então a irmã veio e no início ela também foi meio contra nós, porque as outras foram lá e fizeram a cabeça das irmãs”. (Agricultora, grupo da Confecção).

Condições diferentes e níveis de expectativa diferentes causam conflitos de ordem operacional. Há diferenças entre os sócios - econômicas, culturais, de expectativas - que, por não serem consideradas, também contribuem para desentendimentos entre as partes levando o grupo a desfazer-se. Ao explicarem os motivos da dissolução, os agricultores citam primeiramente os motivos de ordem moral: falta de união, de conscientização, de formação política, o egoísmo, entre outros. A maioria das dificuldades existentes, causadas pelas diferenças existentes, surgiam somente à medida que íamos fazendo as perguntas, nas entrevistas por nós realizadas.

“Um grupo de cooperação dá mais certo, se acha vamos supor cinco, cinco ou seis que tenha o mesmo estudo, a mesma sabedoria. Mesma condição de estudo. É difícil tem que ser unido. (...) O cara que tá dentro da reunião, não tem tanta inteligência, não tem tanto estudo pra conversar, fica até com vergonha de dizer o que pensa, porque ele não tem condição. Então alguém decide de compra, de fazer tal coisa. E ele fica meio magoado, porque tem

menos poder de acompanhar o nível dos outros.” (Agricultor, grupo do Aviário).

Depois de os agricultores citarem os motivos que são permeados pela racionalidade moral, o fato mais citado como sendo responsável pelo desfazer-se de grupos é a falta de lucratividade, acarretando prejuízos financeiros.

“P - Você era sócio do grupo do condomínio, como é que foi desfazendo a sociedade?”

R - Teve muita gente que não tinha parte financeira para escorar os gastos e despesas ali. Outra coisa é os sócios tavam descontentes por causa que a diretoria não fazia as coisas certas. Daí começaram a vender as cotas...

P - Porque os sócios estavam descontentes com a diretoria?

R - A gente fazia uma coisa, um negócio, comprava um medicamento, compra um, talvez milho, dai o pessoal, um achava que não devia, e isso e aquilo. Assim a gente ouvia as conversas.”(Agricultor, grupo do Armazém Comunitário).

“P - O senhor acha mais fácil trabalhar em grupo?”

R - É, mais fácil.

P - Não dá briga?

R - Eu digo que dá certo, bem certo, se todo grupo que entra, entra sempre num mesmo nível, não que um tenha mais, outro menos. Que nem foi aqui, aqui entrou gente muito classe baixa, dai não conseguiu fazer o giro. Desistiram por isso também. Em menos de 14 meses terminou o grupo.”(Agricultor, grupo do Armazém Comunitário e ex- integrante do Condomínio de Suínos).

8.4 - O QUE O GRUPO PRECISA PARA DAR CERTO?

Os agricultores explicaram quais os fatores que consideraram necessários para que os grupos de cooperação agrícola dêem certo. Os motivos mais citados são aqueles que fazem referência à moral cristã. A confiança foi o atributo mais citado, seguida da conscientização e da união. Esses atributos estão garantidos na ideologia da esquerda.

“P - O que você acha que é necessário para os grupos darem certo?”

R - Confiar um no outro, primeira coisa. Trabalhar unido, se organizar, um trabalho que precisa todo mundo participar.” (Agricultor, grupo do Aviário).

Os agricultores concebem que o “sucesso” do grupo está vinculado às semelhanças ideológicas dos sócios que o compõem. Esses devem possuir a mesma ideologia. É necessário que todos os sócios do grupo acreditem na proposta da cooperação, que possuam a mesma ideologia política. Essas semelhanças, segundo os agricultores, são fundamentais para garantir o “sucesso” do grupo.

A participação de todos os agricultores também foi colocada como importante para o bom funcionamento do grupo.

“P - Porque o grupo a nível comunitário não deu certo e vocês fizeram um grupo menor?”

R - Era um grupo muito grande, com diversos tipos de famílias. Tinha de outros partidos que pensavam de uma maneira diferente. Ideologia diferente.” (Agricultor, grupo do Aviário).

Os agricultores consideram que o número de sócios a compor o grupo não deve ser muito grande, limitando-se a 5 ou 6 sócios, pois, quanto maior o grupo, mais diversidade e diferenças ele terá e, como o agricultor possui dificuldades para lidar com elas, procura suprimi-las. A forma que lhe parece mais viável, então, é a formação de grupos pequenos, nos quais os sócios possuam características semelhantes. Essas estão relacionadas à condição econômica, ideológica e cultural do sócio do grupo.

O fato de o grupo ser pequeno garante maior eficiência na sua organização, como por exemplo, facilita a realização de reuniões e maior coesão na tomada de decisões.

“P - E um grupo grande, com uns 15, 20 o que você acha?”

*R - Pode funcionar também, mas não é muito fácil, porque na hora que precisa convocar uma reunião, ou para fazer tal coisa não é fácil. Depois eu acho que um grupo grande assim, é difícil achar todos de acordo com alguma coisa, né? A gente vê que quando é bastante gente já não dá.”
Agricultora , grupo do Aviário).*

O agricultores acreditam que o grupo composto por parentes entre si, desde que não exista conflitos político-ideológicos sérios entre seus membros, é o grupo que tem maior possibilidade de dar certo. Assim procuram manter a lógica da unidade familiar de produção e buscam as semelhanças culturais geralmente existentes na família. Outro fator importante que está relacionado ao item confiança é que no grupo familiar os membros já se conhecem entre si. Os sócios do grupo do Aviário, (parentes, irmãos e vizinhos entre si) já possuíam a experiência da convivência quando formaram o grupo, fato que consideraram importante, pois a possibilidade de vir a ter supresas desagradáveis torna-se menor.

*“P - Vocês acham que o grupo, quando é familiar é mais fácil de dar certo?
R - Ah! sim, tem que ser família. Acho que aqui no nosso grupo gente estranha não entra mais.” (Agricultora, grupo do Aviário).*

Os agricultores também apontam a importância de as propriedades serem próximas, a fim de facilitar as reuniões e as realizações das atividades conjuntas, desde que exista a crença na cooperação.

*“P - O fato de não serem próximas as propriedades também dificulta?
R - Dificulta. Por exemplo eu tenho uma idéia que o grupo de cooperação dá certo, agora o primeiro vizinho do lado ali acha que sociedade não dá certo nem com a mulher. Então o que é que eu vou fazer?” (Agricultor, grupo Grêmio Serraria e liderança MCA).*

Os agricultores buscam as semelhanças, a homogeneidade devido ao fato de sua racionalidade não incluir as diferenças, as contradições. Os problemas advindos das dificuldades de lidarem com as diferenças ficam sem solução, na medida que não conseguem superá-los, devido à racionalidade moral que possuem. DURHAN (1984), ao estudar a construção da cidadania nos movimentos sociais mostra que a criação mítica da comunidade dos iguais, causa a eliminação das diferenças. A manutenção da igualdade leva à restrição da experiência democrática, inviabilizando o espaço das negociações e levando à reprodução da cultura autoritária.

A Igreja reforça o mascaramento das diferenças. Como diz VELHO (1982, p. 135),

“Recorrer, como último recurso, à idéia de que só é possível realizar-se como ‘pessoa humana’ no interior de seu grupo, de sua família e no seu local de origem representa levar às últimas conseqüências um discurso antiindividualista que, ao invés de ser revolucionário, por contrapor-se a movimentos que também devem ser apreciados em sua face libertadora, corre o risco de tornar-se anacrônico e autoritário, não muito longe em termos de seu embasamento mais profundo do ethos mais tradicional da Igreja, que buscava como valor maior manter o rebanho unido em torno de um só pastor. “

A concepção de que a firmeza moral é condição suficiente para se alcançar os objetivos da cooperação traz em seu bojo uma desconfiança quanto à preparação dos agricultores para assumirem seu destino. Em estudos realizados em assentamentos rurais, a mesma desconfiança aparece. MEDEIROS & ESTERCÍ (1994, p. 20), ao fazerem uma introdução geral a uma coletânea sobre assentamentos rurais, discutem o controle exercido sobre os assentamentos dizendo:

“Esse controle parece indicar, em última instância, uma certa desconfiança e deslegitimação em relação aos caminhos que supostamente seriam seguidos pelos ocupantes (muitas vezes qualificados de ‘individualistas’) (...). No entanto, se a dominação se faz presente, não há passividade frente a ela ...”

Existem exceções às situações acima colocadas. Alguns grupos, apesar dos problemas que surgem, conseguiram viabilizar-se, demonstrando que os agricultores aprendem com a própria experiência e estão buscando, baseados na lógica moral ou ainda combinando essa com outras, alternativas para as dificuldades que surgem. Na medida em que a cooperação é colocada como meio de viabilização de seus projetos, existe o desejo de conseguir encontrar alternativas.

O grupo do Armazém Comunitário existe há 10 anos e não partiu do princípio da igualdade para organizar-se. Incluiu as diferenças existentes entre os sócios desde a sua criação, quando dividiu o uso das cotas de forma proporcional à capacidade de cada agricultor. Assim, o número de cotas é diferenciado entre os sócios, fato que serve para determinar quanto cada um poderá usar o armazém e, também, quanto cada sócio terá de despesas quando ocorre algum problema que provoca gastos financeiros. As decisões são tomadas nas assembléias, onde o voto define as diretrizes que serão tomadas. O Armazém Comunitário é coordenado por uma diretoria eleita, cujo tempo de mandato é de dois anos e possui um estatuto para ajudá-lo funcionar.

*“P - Lá no grupo do armazém como é que vocês fazem lá pra usar as cotas?
R - Ali é tudo proporcional, né? Quem tem mais, se precisar pagar a despesa da máquina, também paga mais, é proporcional, né? Quem tem menos, paga menos, quem tem mais cota tem condição de secar mais produto na parte dele, quem tem menos seca menos. É pago tudo proporcional. Quem lidera lá dentro é o operador de máquina, ele que controla desde a /saída de produto, secagem, descascado de arroz, ele controla tudo lá dentro. Tem a diretoria. Final de mês, dois meses, presta conta.” (Agricultor, grupo do Armazém Comunitário).*

O grupo do Aviário, para evitar a centralização das atividades sobre alguns sócios, dividiu as tarefas, definindo-as entre os seus seis sócios. O critério usado pelo grupo para decidir a tarefa mais adequada a cada membro foi baseada na experiência que cada um possuía anteriormente. O grupo está iniciando as atividades e ainda não elaborou o estatuto oficial (escrito e registrado). Para organizar as suas atividades possui um conjunto de regras acordadas entre os sócios, sendo as mais importantes: a necessidade de realizar reuniões constantes para trocar informações decidindo sobre os passos que o grupo dará e a necessidade de discutir todas as dúvidas que possam existir na interioridade do grupo, onde cada ponto de vista deve ser respeitado, procurando garantir a tomada de decisão, a partir do consenso grupal, sustentado através do diálogo.

“P - Como é que vocês fazem para repassar as informações deles(sócios que representam o grupo nas reuniões externas ao próprio grupo) para os outros sócios?”

R - Dai 2 dias, 3 dias, naquela semana, a gente se reúne. E eles(sócios que representam o grupo nas reuniões externas ao próprio grupo) explicam tudo o que se passou na reunião.

P - E lá naquele condomínio que não deu certo, como é que vocês faziam?”

H - Lá era só a diretoria, inclusive eu era vice-presidente e o (...) era o presidente. Então como os outros não tinham carro para sair naquele tempo lá, eles não tinham, saímos nós, nós só cobrava o combustível e um pouquinho mais, as diárias nossas não cobrava nada. Muitos comentava por fora. Uns achavam que cobrava demais, outros pouco e assim foi começando. E por isso que uma idéia que eu achei ali, fazer assim, um grupo menor e cada dois ter o compromisso do grupo.” (Agricultora, grupo do Aviário).

Os agricultores, de maneira geral, citaram a necessidade de orientação técnica para a realização dos investimentos e para organização dos grupos de cooperação agrícola (estatutos, distribuição das cotas, divisão de tarefas, orientações na área da econômicas, da produção, etc).

“P - Vocês têm estatuto?”

R - Ainda não, mas dentro do que a gente sempre comentou no grupo a gente tá elaborando.

P - E quais as regras mais importantes que o grupo tem?”

R - Pode discutir tudo, mas sempre havendo um acerto. Não deve ficar brigado. Isso geralmente, nosso grupo não aconteceu nunca. Depois a gente vai comprar um livro de ata e tudo o que a gente decidir em reunião vai ser passado em ata. Nós tinha pensado de convidar o técnico, ou o Coordenador da CEMA, pra ajudar a gente formar um estatuto do grupo.” (Agricultor, grupo do Aviário).

Sem dúvida, a assessoria técnica é importante para o agricultor conseguir viabilizar seus investimentos, pois a agricultura cada vez mais está vinculada a uma nova ordem produtiva, que exige para tornar-se competitiva, planejamento, capacidade para incorporação tecnológica, informações sobre o mercado, entre outros.

No caso da produção coletiva, a organização do grupo é muito importante para sua futura viabilização, tornando-se necessária, para isso, a construção efetiva de instrumentos que possibilitem, a partir das condições existentes, incluir as diferenças e contradições.

As condições colocadas pelos próprios agricultores devem ser consideradas, privilegiando-se o processo de criação de normas, regras, estatutos que organizam os grupos. Normas pré-estabelecidas evitam que questões organizativas se tornem brigas pessoais. É nessas atividades cotidianas, através da participação e da convivência democrática que surgem os novos caminhos para a conquista da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização da agricultura foi um caminho sem volta. Os agricultores que não conseguiram incorporar tecnologia e atingir certo patamar produtivo são aqueles que ficaram para trás, engrossando as correntes migratórias para as cidades ou para novas áreas.

O atual modelo de desenvolvimento agrícola, concentrador e excludente, baseado nas políticas neoliberais, lança a maioria dos agricultores numa situação de abandono e isolamento. Falta-lhes assistência técnica, crédito agrícola subsidiado, canais de comercialização e de infra-estrutura básica.

O Movimento de Cooperação Agrícola nasce conjuntamente com outros movimentos sociais rurais para lutar contra a exclusão desses trabalhadores. Possui um potencial democratizador, tanto das próprias organizações dos trabalhadores rurais, de seus espaços de trabalho e de vida, como das relações e práticas político-institucionais nas quais se inserem.

Segundo GRZYBOWSKI (1994), as lutas sociais no campo, desde a derrota da reforma agrária na Constituinte em 1988 e, em particular, desde a instalação do governo COLLOR, sofreram derrotas e perderam muito de sua anterior vitalidade. A atual conjuntura impõe novos desafios, expressados por contradições não resolvidas e por interesses sociais não atendidos. A crise que sofrem os movimentos sociais é mais a expressão de certas formas de movimentos, de certas mediações e de certos projetos e não da vontade de mudar. Em suas diversas formas de trabalho e vida, os agricultores continuam lutando por seus interesses, caracterizando a diversidade.

Percebemos que os agricultores de várias maneiras buscam alternativas para a situação em que vivem. Através da modernização buscam novas formas de se organizarem. O fato de os agricultores não aceitarem as propostas prontas e, para aderir ao MCA, não quererem vincular essa adesão a partidos políticos mostra que sua perspectiva de mudança é demarcada pelo desejo de autonomia e de algo realmente novo. O engajamento nas lutas populares é aceito com tranquilidade desde que não incorra em rupturas drásticas com a sua situação anterior. Quando o MCA é colocado, por algumas lideranças, como atividade político-partidária que exige do agricultor opção nesse sentido, ele foge. Em nível de poder local existem conflitos entre lideranças fazendo com que o agricultor não queira realizar uma opção nesses termos. Entre optar pelo novo, incerto e indefinido ou permanecer com as relações já existentes, na maioria das vezes, o agricultor prefere o conhecido, no qual sofrerá menos riscos.

Os mediadores do MCA ao mesmo tempo em que conseguem construir um questionamento sobre a realidade, não conseguem implementar na prática a construção de um projeto amplo e viável de Reforma Agrária. As dificuldades causadas pelo sobreinvestimento ideológico e pela tentativa de explicação moral do processo grupal e de construção da cidadania acabam provocando uma série de dificuldades e até mesmo de impasses, levando a agricultura de grupo ao “fracasso”. Fracasso diante da pretensão dos mediadores, pois, enquanto construção de cidadania o MCA é um espaço importante. Os agricultores, ao iniciarem as discussões a respeito de sua situação e ao buscarem alternativas coletivamente, através de suas próprias experiências criam espaços de aprendizagem que necessitam ser qualificados pelos mediadores. É através desses espaços que se constroem caminhos diferenciados, criando-se novas formas para lidar com o coletivo.

Vivemos hoje no Brasil uma crise de projetos políticos. O projeto alternativo de agricultura e de sociedade, diante da nova conjuntura, precisa ser construído com criatividade, incorporando as contradições, as diferenças e considerando as dificuldades encontradas. Faz-se necessário a democratização de atitudes e práticas; os mediadores precisam desfazer-se dos velhos mecanismos centralizadores e autoritários, apoiando a participação e discussão livre por parte dos agricultores para assim superarem juntos a conjuntura em que se encontram.

O programa que elabora um proposta sem levar em consideração a situação real dos agricultores, sua cultura política, ignorando dificuldades concretas e deixando de contemplar seus problemas mais urgentes, sua tendência é incorrer na reprodução das relações de dominação.

Os principais problemas objetivos com os quais o MCA se defronta no cotidiano, ao tentar construir o projeto de coletivização, são, em primeiro lugar, a dificuldade de comunicação dos mediadores entre si e destes com os agricultores, não lhes permite avançar no sentido de buscar solução para os problemas que lhes são comuns. O já referido discurso moral tem grande importância na reprodução dessa incapacidade de comunicação.

Em segundo lugar, a resistência à negociação que advém do fato de ser a primeira vez que muitos agricultores começam a participar de algo coletivo. Em terceiro, incorporação pelas lideranças dos discursos dos mediadores, distanciando-se dos demais agricultores, passando a atuar de forma desarticulada da realidade destes. Essa situação impede o diálogo — uma relação dialética — entre o projeto do MCA e os projetos dos agricultores, o que dificulta a criação de novas formas de organização.

O projeto alternativo, para conseguir se implantar, deve levar em consideração as alternativas tecnológicas viáveis. Para isso faz-se necessário preocupar-se com assistência técnica e planejamento econômico compatível com esse propósito.

Concordamos com PAULILO (1993) quando diz que é necessário relativizar os conceitos de “fracasso” e de “sucesso” pelos quais costuma-se avaliar as experiências coletivas. Só podem ser compreendidas certas situações se levarmos em conta as trajetórias de vida em termos de acesso à modernização e condições de trabalho. O espaço no qual o agricultor está inserido não é um espaço vazio, mas sim uma complexa rede de relações sociais.

A ideologia política autoritária possui uma visão equivocada que desqualifica a importância do subjetivo na análise política. O subjetivo faz parte da realidade e é impossível tentar reduzi-lo ao coletivo. Aceitamos a definição de LHULLIER (1992) quando diz que o comportamento humano não resulta apenas das determinações dos fatores externos, mas da interação complexa de elementos subjetivos e objetivos, da paixão e reflexão, de condicionantes espaciais e temporais, de lembranças e expectativas, de elementos reflexivos e irreflexivos.

A contribuição das Ciências Humanas, através da interdisciplinariedade, torna-se fundamental para que se alcance êxito nas políticas de desenvolvimento rural. O projeto alternativo de sociedade, realmente baseado na democracia está para ser construído. Segundo EVERS (1984), é muito audacioso procurar adivinhar a direção que esta construção utópica tomará. Por outro lado, apenas antecipações audaciosas podem ajudar a transformar a utopia em realidade. O caminho desse processo criativo é necessariamente aberto, descontínuo e permeado de contradições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: UNICAMP, 1992.
- _____. “Agricultura familiar e capitalismo no campo”. In: STÉDILE, J. Pedro. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: ed. da Universidade/UFRGS, 1994. p.285-296.
- ANDRADE, Edinara T. “Cultura Política: uma tentativa de conceituação e operacionalização”. Trabalho apresentado à disciplina Teoria dos Movimentos Sociais” do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, 1991, mimeo.
- ANTUNIASSI, M. H. R.; AUBRÉE, M. CHONCHOL, M. E. F. de. “De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais no Estado de São Paulo”. Trabalho apresentado no seminário “Agricultura familiar e projeto de modernidade”. Campinas, 1993, mimeo.
- ARNS, Paulo C. “Cooperação Agrícola”. Relatório de estágio apresentado no Curso de Agronomia/UFSC, Florianópolis, 1991, mimeo.
- AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabloca. Fpolis: Ed. da UFSC: Assembléia Legislativa; São Paulo: Cortez Ed. e Livraria, 1984.
- AZEVEDO, Sérgio & PRATES, Antônio A. P. “Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva: a questão do Estado e populações periféricas no contexto brasileiro”. Trabalho apresentado no XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG), 1990, mimeo.

- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Tradução de Marco Aurélio da Nogueira.
- BOLETIM INFORMATIVO DA APACO, nº 1, Chapecó, 1992, mimeo
- BOLETIM DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE. “Solidários na dignidade do trabalho. Diocese de Chapecó, 1991, mimeo.
- BOLETIM DO CEPAGRO (Cento de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo). Florianópolis, nº 1, outubro/90.
- BRANDÃO, C. Rodrigues. “Parentes e Parceiros, relações de produção e relações de parentesco entre camponeses de Goiás”. In: ARANTES, A. A. et al. Colcha de retalhos: estudo sobre a família no Brasil. 3ª ed. Campinas, São Paulo: ed. da Unicamp, 1994. p. 115-159.
- BUCHMANN, Eriberto. “A redefinição e o futuro da unidade familiar de produção frente à expansão do capitalismo no campo”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1991, mimeo.
- CALAZANS, M. J. C. “Espaços de trabalho em educação: para compreender as práticas dos trabalhadores rurais na contraditória questão agrária brasileira”. S/d., mimeo.
- CAMPOS, Índio. “Os colonos do rio Uruguai; relações entre pequena produção e agroindústrias no Oeste Catarinense”. Dissertação de Mestrado apresentada no curso de Mestrado em Economia/UFBp. Campina Grande, 1987, Mimeo.
- CASTELLS, Alícia N. G. “Sem-Terra: o coletivo no cotidiano”. Trabalho apresentado no 3º Encontro Regional do PIPSA SUL, Porto Alegre, set/1990, mimeo.

- CASTELLS, Alícia N. G. & PAULILO, M. I. S. “Programa de alimentação popular: a visão dos usuários.” Boletim de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais/CFH/UFSC. Florianópolis, 1990.
- _____. “Subsistência, Autofagia e Ecologia: os diferentes tempos da sobrevivência”. Trabalho apresentado no 4º Encontro Regional do PIPSA SUL. Florianópolis, 1991, mimeo.
- _____. “Assentamentos: permanência ou mudança?”. Trabalho apresentado na 45ª Reunião Anual da SBPC. Recife, 1993, mimeo.
- CARVALHO, Abdias V. “Transição política e democracia: um espaço para a Reforma Agrária?” Trabalho apresentado ao XIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu (MG), 1989, mimeo.
- _____. & D’INCAO, M. Conceição (orgs.). Reforma Agrária: significado e viabilidade. Petrópolis: Ed. Vozes/CEDEC, 1981.
- CENSO AGROPECUÁRIO DE 1980 - SANTA CATARINA. Rio de Janeiro: IBGE, 1980
- CEPAGRO (Centro de estudos e promoção da agricultura de grupo). Agricultura de grupo em Santa Catarina. Florianópolis: GTZ, 1992.
- CHAYANOV, A. V. “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”. In: SILVA e STOLCKE (orgs.). A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CORADINI, Odací L. “Os movimentos sociais no campo no Sul do Brasil”. In: SANTOS, J. V. Tavares dos. Revoluções Camponesas na América Latina. Campinas, UNICAMP; São Paulo: Ícone, 1985. p. 137-185.
- COSTA, A. J. Dalla. “O grupo Sadia e a produção integrada; o lugar do agricultor no complexo agroindustrial.” Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-

- graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1993, Mimeo.
- DALMAZO, Naldo L. & SORRESON William J. “A Colônia esta Fracassando”. Relatório de pesquisa realizado através do convênio ACARESC/EMPASC/GTZ, Chapecó, 1988, mimeo.
- DABUL, Lígia. “Missão de conscientização: agentes e camponeses em experiências comunitárias”. ESTERCI, Neide (Org.) Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1984. p. 99-136.
- D’INCAO, Maria Conceição. “Assentamento de trabalhadores rurais sem terra: avanços e recuos da transição democrática brasileira”, mimeo. Texto elaborado a partir de resultados da pesquisa realizada em colaboração com Gérard Roy, através de convênio de cooperação internacional CNPq/CEDEC/ORSTOM (França).
- _____ . “Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de Reforma Agrária”. Revista Lua Nova. São Paulo: CEDEC, (20): 89/120. 1990.
- _____ . “A experiência dos assentamentos - contribuição ao debate político da Reforma Agrária.” Revista Lua Nova. São Paulo: CEDEC, (23): 83/106. 1991.
- _____ . & ROY, Gérard. Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DURHAN, Eunice R. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. Novos Estudos do CEBRAP, São Paulo, CEBRAP, nº 10, 1984, p. 24-30.
- ESTERCI, Neide. “Roças comunitárias: Projetos de transformação e formas de luta”. ESTERCI, Neide (Org.) Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1984. p. 34-63.

- EVERS, Tilman. "Identidade - a face oculta dos movimentos sociais. In: Novos Estudos (CEBRAP), São Paulo, n. 4. abr. 1984, p. 11-23.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GABRIEL, Almond. Uma Teoria da Política Comparada. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- GAUTHIER, David. "A justiça como escolha social". In: KRISCHKE, Paulo J. (Org.) O contrato social; ontem e hoje. vários tradutores. São Paulo: Cortez, 1993. p. 225-238.
- GERMER, Claus. "O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a Reforma Agrária". In: STÉDILE, J. Pedro. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- _____. "Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90. In: STÉDILE, J. Pedro. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- GOODE & HATT. Métodos em Pesquisa Social. São Paulo: Ed. Nacional, 1972.
- GOODMANN, D. E., SORJ, B. WILKINSON, J. "Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais - análise recentes sobre agricultura brasileira". In: Revista de Economia política. vol 5, n 4, out/dez, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira, In: A modernização dolorosa; estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 1982, p. 126-141.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: Ed. Vozes/FASE, 1987.
- _____. "Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas". In: STÉDILE, J. Pedro. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: ed. da Universidade/UFRGS, 1994. p.285-296.

- GUIVANT, Júlia S. “O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação: um estudo de Sociologia Ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz-SC.” Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1992, mimeo.
- HAAS, Ricardo. “Projeto de desenvolvimento agrícola e armazenagem para pequenos agricultores na Diocese de Chapecó/SC”. Chapecó: 1989, mimeo.
- _____. “Programa bienal de assessoria aos grupos de pequenos agricultores no Oeste de Santa Catarina”. Chapecó, 1990, mimeo.
- HAGUETTE, T. M. Frota. Metodologias qualitativas na Sociologia. 3^a Ed. revisada. Petrópolis: ed. Vozes, 1990.
- HASS, Mônica. “Os partidos políticos e a elite chapecoense; um estudo de poder local - 1945-65”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis, 1993, mimeo.
- IANNI, octávio. “Revoluções Camponesas na América Latina”. In: SANTOS, J. V. T. dos (org.). Revoluções Camponesas América Latina. Campinas: UNICAMP, 1985, p. 15-45.
- ICEPA. Estrutura agrária - evolução em Santa Catarina - 1960-1980. Florianópolis: ICEPA, 1984.
- ICEPA-SC (Instituto de planejamento e economia agrícola da Santa Catarina). “Estrutura agrária - evolução em Santa Catarina 1960-1980”. Florianópolis, 1984, mimeo.
- ICEPA-SC (Instituto de planejamento e economia agrícola da Santa Catarina). “Diagnóstico Geral do Setor agrícola: Evolução, situação atual e perspectivas Oeste Catarinense”. Florianópolis, 1990a, mimeo.

- ICEPA-SC (Instituto de planejamento e economia agrícola de Santa Catarina).
“Colonização e evolução econômica: breves considerações - Oeste Catarinense”.
Florianópolis, 1990b, mimeo.
- ICEPA-SC (Instituto de planejamento e economia agrícola da Santa Catarina). “População e mão-de-obra rural - Oeste Catarinense”. Florianópolis, 1990c, mimeo.
- KAGEYAMA, Angela A. e BERGAMASCO, S. M. P. P. “A estrutura da produção no campo em 1980”. Rev. Perspectivas. São Paulo, 1989/90. 12/13: 55/72.
- KAUTSKY, KARL. La cuestión agraria. México: Siglo Veintiuno. 1977.
- KLEBA, J. B. “Notas sobre a cooperação agrícola nos assentamentos de trabalhadores rurais sem terra de Santa Catarina”. Trabalho apresentado no 4º PIPSA SUL, 1991.
Florianópolis, mimeo.
- _____. “A cooperação agrícola em assentamento de reforma agrária no Estado de Santa Catarina”. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis, 1992, mimeo.
- KRISCHKE, Paulo. “Participação municipal e democratização da cultura política: estudo de caso em Santa Catarina.” Projeto de pesquisa do CNPQ, 1990, mimeo.
- _____. “Os movimentos de Bairro de Florianópolis na Nova República: para uma teoria da influência cultural dos movimentos sociais na transição política”. Relatório apresentado ao CNPQ, março de 1991. 35p.
- LAGO, Paulo F. Gente da Terra Catarinense; desenvolvimento e educação ambiental. Florianópolis: Ed. da UFSC: FCC Edições: Ed. Lunardelli: UDESC. 1988.
- LAING, R. D. & COOPER, D. G. Razão e Violência. Trad. de Áurea B. WEISSENBURG. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

- LAMARCHE, Hughes. (Coord.). Agricultura Familiar: comparação internacional. Trad. Ângela M. N. Tijiwa. Campinas, São Paulo: ed. da Unicampo, 1993.
- LAPASSADE, Georges. Grupos, Organizações e Instituições. Trad. de Henrique A. A. Mesquita. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- LENIN, W. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LHULLIER, L. Amaral. “A prefeitura “Petista” de Campinas: o cotidiano contra a História”. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC/SP, 1992, mimeo.
- LISBOA, Tereza K. A luta dos sem terra no Oeste Catarinense. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.
- MAHEIRIE, Kátia. “A Tarefa de Construir-se Agenor na Contradição Campo-Cidade: estudo de uma identidade à luz da fenomenologia dialética de Sartre”. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC/SP. São Paulo, 1992, mimeo.
- _____. Agenor no mundo: um estudo psicossocial da identidade. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1994.
- _____. & SCHNEIDER, D. Ribeiro et. al. “Um estudo sobre grupos sob enfoque do existencialismo moderno”. In: Psicologia Existencialista. Florianópolis: ed. NUCA. 1986. p. 25-33.
- MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MARTINS, J. de Souza. (org.) Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981a.
- _____. Os Camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981b.

- _____. Prefácio. In: ESTERCÍ, Neide (Org.) Cooperativismo e Coletivização no Campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1984.
- _____. A Reforma Agrária e os limites da democracia na nova república. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. Caminhada no chão da noite - emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MEDEIROS, Leonilde et al (orgs). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- MINETTO, Maria M. “Caxambu do Sul: um passado lindo”. Caxambu do Sul, 1986, mimeo.
- MOISÉS, J. Álvaro. “Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades”. Trabalho apresentado no Simpósio Sobre Eleições Presidenciais no Cone Sul, 1990, mimeo.
- MORAIS, Clodomir S. de. “Elementos sobre a teoria da organização no campo”. Caderno de Formação nº 11. São Paulo: MST, 1986.
- MOREIRA, Janine. “A Perspectiva do Agricultor frente ao modelo modernizador: o caso dos produtores de leite de Presidente Getúlio/SC”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC. Florianópolis, 1994, mimeo.
- MUSSOI, Eros M. Política agrícola e modernidade: o que há de novo? Agropecuária Catarinense, Florianópolis : EPAGRI, v.5, n. 1, p. 35-36, mar. 1992.
- NUNES, E. de Oliveira. (org.) A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- OLIVEIRA, J. A. Vieira de - "Relatório da produção de suínos em condomínio" - Gerência de pecuária/setor suinocultura da EPAGRI. Florianópolis, 1991, mimeo.
- OGLIARI, P. J. et al. "Tipificação dos Pequenos Estabelecimentos Agrícolas do Oeste de Santa Catarina". Florianópolis: EMPASC, 1989. 50 p. (EMPASC, Documentos, 103).
- PAULILO, M. Ignez. "A integração no Sul do Estado de Santa Catarina: recorte do objeto." Caderno de Ciências Sociais. Florianópolis, UFSC, vol. 7, nº 2, 1987.
- PAULILO, M. Ignez. Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. 1990a.
- _____. "O 'Ser' e o 'Deveria Ser' no conceito de pequena produção". In: Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília/DF: SOBER, 1990b, p. 77/107.
- _____. "Terra à vista... terra ao longe". Trabalho apresentado ao concurso para Professor Titular junto à UFSC. Florianópolis, 1993, mimeo.
- _____. "Assentamento de Reforma Agrária como objeto de estudo". In: ROMEIRO, A. et al. (orgs.). Reforma agrária; produção, emprego e renda. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE/FAO, 1994.
- _____. "O entrecruzamento de lógicas na organização de um assentamento". Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 1995, mimeo.
- _____. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC: Ed. Lunardelli, 1983.
- PIDSE (Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico) Diagnóstico Municipal de Caxambu do Sul. SEPLAN, SEICT, CEAG/SC. Florianópolis, 1990.
- PRADO JR, Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

- PRETTE, A. Del. “Do estudo de grupos ao estudo dos movimentos sociais: a contribuição possível da Psicologia”. Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, 1991, v. 7, nº 3, pp. 247-253.
- PREZOTTO, Leomar L. “Sobre cooperação agrícola junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”. Relatório de estágio apresentado no Curso de Agronomia/UFSC, Florianópolis. 1990, mimeo.
- PRIM, Lorena de F. “Cultura Política; possibilidade de compreensão das relações de cooperação”. Relatório de estágio apresentado no Curso de Psicologia/UFSC, 1991, mimeo.
- RENK, Arlene A. “A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 1990, mimeo.
- SÁ, L. Mourão. “Prática missionária e resistência cultural”. In: ESTERCI, Neide (org.) & et. al. Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil. p. 19-33.
- SANTOS, A. P. Balthazar dos. “Abordagens teóricas sobre o clientelismo”. Trabalho apresentado na disciplina “Políticas Participativas e Poder Local” no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 1991, mimeo.
- SANTOS, J. Vicente T. dos. Colonos do Vinho. 2ª ed. São Paulo: Ed. Gráfica Nogy Ltda., 1978.
- SARTRE, Jean-Paul. “Questão de método”. Trad. Bento Prado Júnior. Os Pensadores. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1987. p. 109-191.

- SCHERER-WARREN, Ilse. “O caráter dos novos movimentos sociais”. In: SCHERER-WARREN e KRISCHE (org.) Uma revolução no cotidiano?. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica. 3º ed. revista. Ed. da UFSC. Florianópolis, 1989a.
- _____. “O Movimento dos Trabalhadores Rurais no Sul do Brasil: seu papel na democratização da sociedade”. In: DIAS, J. Souza. Santa Catarina em Perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989b.
- _____. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Ed Loyola, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.
- _____. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, n. 37, p.1-33, out. 1982.
- _____. Camponeses ou operários? O significado da categoria “colono” numa situação de mudança. Revista do Museu Paulista, São Paulo, v. 29. 1983/1984.
- _____. Herança e estrutura familiar camponesa. Boletim do Museu Nacional, Rio de Janeiro, n.52, p.1-27, maio. 1985.
- SHANIN, Theodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista”. Estudos do CEBRAP. Rio de Janeiro: Vozes, 26 41/80, 1980.
- _____. Chayanov e a questão do campesinato. 1989, mimeo.
- SILVA, J. Graziano da . “Condicionantes para novo modelo agrário e agrícola”. In: VÁRIOS AUTORES. Crise brasileira, anos oitenta e governo Collor. Instituto Cajamar, São Paulo: 1993.

- SILVA, J. Gomes da. “A Reforma Agrária no Brasil”. In: STÉDILE, J. Pedro. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- SILVA, Luiz A. Machado da. “Associação de Moradores: mapeamento preliminar do debate”. Trabalho apresentado no VII Encontro Anual da AMPOCS, Águas de São Pedro. São Paulo, 1984, mimeo.
- STÉDILE, J. Pedro. “A questão Agrária e o Socialismo”. In: STÉDILE, J. Pedro. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- STOLCKE, Verena. “A família que não é sagrada, sistema de parentesco e estrutura familiar: O caso das fazendas de café em São Paulo”. In: ARANTES, A. A. et al. Colcha de retalhos: estudo sobre a família no Brasil. 3ª ed. Campinas, São Paulo: ed. da Unicamp, 1994. p. 61-114.
- REVISTA AGROPECUÁRIA. Florianópolis: Jun./88, Vol. I, no 2, 56
- RICHARDSON, Roberto J. et. al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 2ª ed. São Paulo: ed. Atlas, 1985.
- RIOS, Gilvando S. L. O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ROSA, S. L. Couto. “A questão agrária brasileira na década perdida”. Anais do XXXII Congresso da SOBER, p. 1135/1158, 1994.
- TAVARES, Ricardo. “Reforma e contra-reforma Agrária na transição política-Brasil (1979-1988)” Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988, mimeo. 56 p.
- TEPICHT, Jaerzy. “Les complexités de l'économie paysanne”. In: Information sur les sciences sociales, dez. p. 51-57, 1969; - Marxisme et agriculture; le paysan polonais. Paris, Armand Colin, 1, p. 13-46, 1976.

- THOMÉ, N. Formação Antropológica do Homem do Oeste Catarinense. Caçador: FEARPE, 1984.
- THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: ed. Pólis, 1987.
- VEIGA, J. Eli da. O desenvolvimento agrícola; uma visão histórica. São Paulo: EDUSP: HUCITEC, 1991.
- _____. “Reforma Agrária Hoje”. In: STÉDILE, J. Pedro. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: ed. da Universidade/UFRGS, 1994.
- VELHO, Otávio G. “A propósito de terra e Igreja”. Sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- _____. “Campesinato e política”. Sociedade e agricultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- VENDRAMINI, Célia R. “Ocupar, resistir e produzir; um estudo da proposta pedagógica do Movimento dos Sem Terra”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1992, mimeo.
- VERÍSSIMO, Marise da S. A política agrária nacional e a formação do sindicato dos trabalhadores rurais em Santa Catarina In: DIAS, J. Souza. Santa Catarina em Perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.
- VIEIRA, Paulo F. “Ciência e tecnologia para o Ecodesenvolvimento - Prioridades para Santa Catarina”. Florianópolis, outubro de 1989. PPG em Sociologia Política, UFSC, mimeo.

VOLPATO, C. Paulo & SANTOS, J. L. Araújo dos et. al. “Da série ao grupo em Fusão: um estudo preliminar”. In Psicologia Existencialista. Florianópolis: ed. NUCA. 1986. p. 20-24.

ZAGO, Nadir. “Perspectivas profissionais e Estratégia de Escolarização: um estudo junto às famílias camponesas”. Trabalho apresentado na XIV Reunião Anual da AMPED, São Paulo, set/1991, mimeo.

ZAMBERLAM, Jurandir. MERCOSUL: caminhos ou descaminhos do pequeno agricultor. Passo Fundo: Ed. P. Berthier, 1993.

ZIMMERMANN, Neuza de C. “Depois da Terra, a conquista da cooperação”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB. Brasília/DF, 1989, mimeo.

_____. “Os desafios da organização interna de um assentamento rural”. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (orgs). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 205/224.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. O camponês: um trabalhador para o capital. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v.2, n. 1, p.13-79, jan/abr. 1985.

WEBER, Ciência e política: duas vocações. São Paulo: ed. Cultrix, 1968

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO DA ENTREVISTA REALIZADA DURANTE O ESTÁGIO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NA APACO:

1 - IDENTIFICAÇÃO PESSOAL:

-Nome:

-Idade:

-Profissão:

-A qual grupo de cooperação agrícola você pertence?

-Qual a função que você ocupa em relação à APACO?

-Como foi o seu envolvimento com os movimentos sociais? (Como iniciou, há quanto tempo, através de quais entidades)

2 - SOBRE A ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA APACO:

-O que é a APACO?

-Por que a APACO surgiu, quais eram os seus objetivos?

-Como a APACO surgiu e qual a sua relação com surgimento da APACO?

-Hoje qual é a função da APACO?

-Houve modificação dos objetivos no decorrer do processo? Porque?

-Como você descreveria o Movimento de Cooperação Agrícola?

-No seu entendimento como é o funcionamento da APACO?

-Existem problemas no funcionamento da APACO?

-Se existem problemas no funcionamento eles são:

- Burocrático:

- De relacionamento:

- De comunicação:

- Financeiro:

- Desconfiança, etc.

-No seu entender o que é responsável por eles?

-Você acha que estes problemas podem ou devem ser superados?

-Como você acha que eles poderiam ser superados?

-Você estaria disposto a ajudar nesse sentido? Como?

3 - RELAÇÕES DA APACO COM OUTRAS ENTIDADES:

-Como você vê as relações da APACO com as outras entidades que atuam conjuntamente com os movimentos populares, como por exemplo a Igreja, os partidos políticos, a CUT, as cooperativas, as agroindústrias, etc?

-Como você considera que a APACO deveria se relacionar com essas entidades? Por quê?

-Sobre o seu relacionamento que outras possibilidades você sugeriria à APACO?

4 - SOBRE AS PERSPECTIVAS:

-Como você vê o papel que a APACO desempenhará no futuro?

-Na sua opinião onde a APACO deseja chegar?

-O que é necessário que ela realize para isso?

-Qual será o futuro do Movimento de Cooperação Agrícola?

-Você gostaria de fazer algum comentário sobre a APACO?

ANEXO 2

ROTEIRO DA ENTREVISTA DO SEGUNDO PERÍODO DA COLETA DE DADOS:

1 - DADOS PESSOAIS:

- Nome do entrevistado
- Idade
- Grau de escolaridade
- Número de filho e idade dos filhos
- Estado civil

2 - DADOS DA PROPRIEDADE:

- Tamanho
- Benfeitorias
- Máquinas, motores e equipamentos
- Composição da mão-de-obra familiar
- Produção agrícola da propriedade
- Produção pecuária da propriedade
- Existe outro tipo de produção? qual?
- Você é integrado?
- Descrever os objetivos do agricultor com a integração

- Descrever o processo de integração
- Descrever a situação atual com a integração
- Quanto tempo mora nessa comunidade
- Gosta de morar nessa comunidade
- Quais os principais problemas que enfrenta como agricultor?
- Usa insumos agrícola?
- Usa ou usou financiamento bancário nos últimos anos?
- Tem algum outro trabalho ou outra fonte de renda além da propriedade e do grupo?
- É associado da cooperativa?
- É associado do sindicato?

3 - SOBRE O PROJETO DO AGRICULTOR:

- Como é ser agricultor (você acha que vale a pena ser agricultor? você considera que ele é valorizado?).
- O que você acha que deveria ser realizado a curto prazo (esse ano) para melhorar a sua situação como agricultor?
- E o seus filhos, o que você espera do futuro deles?
- O que você planeja, para os dois próximos anos, o futuro de sua família e sua propriedade?

4 - SOBRE O PROCESSO GRUPAL:

- Nome do grupo a que participa?

- Há quanto tempo participa desse grupo?
- Há quanto tempo existe esse grupo?
- Porque participa desse grupo?
- Como ficou sabendo e como foi sua entrada nesse grupo?
- Qual era a sua situação quando entrou no grupo?
- Que fatores influenciaram a sua entrada nesse grupo?
- Qual é a sua atribuição no grupo?
- Como é a distribuição de tarefas do grupo?
- Que atividades o grupo está desenvolvendo?
- Como você desenvolve as suas atividades no grupo (reuniões, assembléias, encontro)?
- Como é processo decisório do grupo?
- Como é a participação dos sócios nas atividades do grupo?
- Como é o processo de comunicação do grupo?
- O que o grupo trouxe de mudança na sua vida?
- Atualmente, o que leva você a participar desse grupo?
- Sempre foram os mesmos sócios que participaram do grupo ou alguns saíram?
- Porque eles saíram do grupo?
- O grupo a qual você pertence é filiado à APACO?
- O grupo a qual você pertence é filiado a COPACS?
- Que projetos o grupo que você pertence desenvolveu?
- Que projetos o grupo está desenvolvendo
- Que projeto o grupo tinha antes de ter terminado?
- Que projetos o grupo pretende no futuro?

- Quais as principais dificuldade o grupo encontra (estruturais, assistência técnica, organizacional)?
- Na sua opinião, o que é necessário para o grupo dar certo?
- Qual é o partido político dos sócios do grupo?
- O que é fundamental para o grupo funcionar bem?
- Como você imagina o seu grupo daqui a 2 ou 3 anos?